

Relatório de Gestão Contas 2012



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2012

CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA OCIDENTAL, E.P.E.

Índice	Pág.
1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	05
2. BREVE APRESENTAÇÃO	06
2.1. Área de Influência do CHLO	07
2.2. Especialidades e valências existentes	08
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	10
3.1. Regulamento Interno	10
3.2. Organograma	10
4. BOM GOVERNO DA SOCIEDADE	12
4.1. Governo da Sociedade	12
4.1.1. Missão Objetivos e Políticas da Empresa	12
4.1.2. Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	13
4.1.3. Informação sobre as transações relevantes com entidades relacionadas	13
4.1.4. Informação sobre outras transações	15
4.1.5. Identificação do Modelo de Governo e identificação dos membros dos órgãos sociais	15
4.1.6. Remuneração dos membros dos órgãos sociais	18
4.1.7. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental	20
4.1.8. Viabilidade do cumprimento dos princípios de Bom Governo	24
4.1.9. Existência do código de ética	24
4.1.10. Divulgação de Informação	26
4.2. Descrição da evolução da taxa média anual de financiamento	27
5. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	28
6. ACTIVIDADE GLOBAL EM 2012	30
6.1. Taxa de Execução 2012 face ao Plano de Desempenho e Contrato Programa 2012	30

6.2. Indicadores Globais por Linha de Atividade	31
6.2.1. Internamento	34
6.2.2. Bloco Operatório	38
6.2.3. Bloco de Partos	40
6.2.4. Consulta Externa	41
6.2.5. Urgência	43
6.2.6. Hospital de Dia	45
6.2.7. GDH's Médicos de Ambulatório	46
6.2.8. Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica	47
6.3. Desempenho Económico-Financeiro	49
6.3.1. Análise Económica	49
6.3.2. Análise Financeira	65
6.3.3. Execução Orçamental	70
6.3.4. Investimento	72
6.4. Recursos Humanos	73
6.4.1. Evolução dos Recursos Humanos por Grupos Profissionais	73
6.4.2. Mobilidade de Pessoal	75
6.4.3. Absentismo	76
6.4.4. Estrutura Etária	77
6.4.5. Formação	79
6.4.5.1. Formação Pré-Graduada	80
6.4.5.2. Formação Pós-Graduada - Internato	80
6.4.5.3. Formação em Enfermagem	80
6.5. Sistemas e Tecnologias de Informação	81
6.6. Investigação Clínica	81
6.7. Comissão de Humanização e Qualidade dos Serviços	82
6.8. Comissão de Ética	84
6.9. Comissão de Controlo da Infecção Hospitalar	84
6.10. Serviço Social	85

7. FACTOS MAIS RELEVANTES DURANTE O ANO 2012	87
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	95
10. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	96
10.1. Balanço	97
10.2. Demonstração de Resultados por Natureza	99
10.3. Demonstração de Resultados por Funções	100
10.4. Demonstração de Fluxos de Caixa	101
10.5. Mapa dos Fluxos Financeiros	103
10.6. Mapa de Controlo do Orçamento Económico	105
11. ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	110
12. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	134
13. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	138

Siglas utilizadas:

ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde
ARSLVT – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo
CHLO – Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental
CIPE - Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem
CES – Comissão de Ética para a Saúde
EPE – Entidade Pública Empresarial
GDH – Grupo de Diagnóstico Homogéneos
HEM – Hospital Egas Moniz
HOSA – Hospital de Sant’Ana
HSC – Hospital de Santa Cruz
HSFX – Hospital de São Francisco Xavier
MCD – Meios Complementares de Diagnóstico
MCDT – Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica
ORL – Otorrinolaringologia
POCMS – Plano Oficial de Contas do Ministério da Saúde
SAPE - Sistema de Apoio à Prática de Enfermagem
SIGIC – Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia
SNS – Serviço Nacional de Saúde
TAC – Tomografia Axial Computorizada
UCI – Unidade de Cuidados Intensivos

1 MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os hospitais vivem tempos difíceis sob as fortes medidas de austeridade impostas ao país, que se traduzem em inevitáveis reduções orçamentais. Esta nova conjuntura constitui simultaneamente uma dificuldade acrescida e um enorme desafio para a gestão hospitalar. A situação requer esforço e empenho coletivo no desempenho assistencial para manter a qualidade e a acessibilidade do tratamento dos doentes, e obriga a medidas drásticas de gestão para garantir a sustentabilidade financeira das instituições.

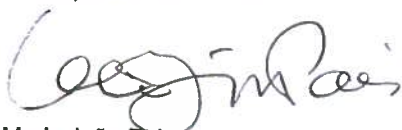
O Conselho de Administração do CHLO orgulha-se deste centro hospitalar ter conseguido cumprir a sua missão assistencial e com bons indicadores clínicos no ano de 2012, apesar do enquadramento desfavorável. Orgulha-se também do CHLO ter conseguido eliminar o défice de dezenas de milhões que a instituição arrastava há anos, e tê-lo conseguido sem negar a nenhum doente os tratamentos necessários, incluindo os de inovação.

Para o cumprimento da missão assistencial e sustentabilidade financeira deste centro hospitalar foram determinantes várias medidas internas e externas, a par de uma política de rigor e contenção na utilização dos meios disponíveis. Destas destacam-se a dura negociação com a indústria farmacêutica e outros fornecedores, a progressiva utilização dos genéricos, a imposição de uma política de austeridade nos recursos humanos e a internalização nas instituições públicas dos meios complementares de diagnóstico e terapêutica.

Mas o conseguir implementar estas medidas e alcançar estes bons resultados só foi possível pela colaboração e bom desempenho dos profissionais do CHLO, que se empenharam no ajustamento a estas novas condições, com um esforço notável na área dos recursos humanos e na contenção da despesa.

Para todos, o nosso reconhecimento.

Lisboa, 30 de Abril de 2013



Maria João Pais

Presidente do Conselho de Administração

2 BREVE APRESENTAÇÃO

O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., é um estabelecimento público do Serviço Nacional de Saúde, dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial e natureza empresarial, criado pelo Decreto Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, resultante da integração, por fusão, do Hospital de S. Francisco Xavier, SA, do Hospital de Egas Moniz, SA e do Hospital de Santa Cruz, SA.

O presente Relatório e Contas foi elaborado em obediência a princípios de clareza e suficiência, objetividade e comparabilidade que permitam ajuizar da eficácia da gestão e da evolução da atividade da empresa.

A contabilidade do Hospital obedeceu aos princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, no sector público da saúde e às regras estabelecidas no POCMS.

2.1. ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CHLO



O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., tem como área de influência as freguesias de São Francisco Xavier, Santa Maria de Belém, Ajuda, Alcântara e Santo Condestável, do concelho de Lisboa, e os Concelhos de Oeiras e Cascais, abrangendo ainda a prestação de serviços diferenciados aos habitantes dos concelhos da Amadora e de Sintra, prestando cuidados de saúde, de acordo com os censos de 2011, a uma população de cerca de 993.000 habitantes.

ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CHLO

	área (ha)	habitantes
Concelho de Oeiras	4.600	172.120
Concelho de Cascais	9.710	206.479
Concelho de Lisboa:	1.404	61.345
Freguesia da Ajuda	315	15.584
Freguesia de Alcântara	439	13.943
Freguesia de St. Maria de Belém	339	8.541
Freguesia de Sto. Condestável	101	15.257
Freguesia de S. Francisco Xavier	210	8.020
Total linha directa	15.714	439.944
Concelho da Amadora	2.300	175.136
Concelho de Sintra	31.650	377.835
Total cuidados diferenciados	49.664	992.915

É a referência para a área de Saúde Mental do concelho de Cascais e constitui-se como hospital de primeira linha para as freguesias do concelho de Lisboa e do concelho de Oeiras identificadas no quadro anterior.

Constitui para as especialidades Cardiológicas e Nefrológicas a última linha de referência não só para as Unidades C e D da Sub-Região de Lisboa, onde se insere, mas também de âmbito nacional.

Para a especialidade de Infeciologia, não tem área de influência definida, abrangendo toda a população. É ainda referência direta para o Centro Hospitalar Conde Castro Guimarães (Cascais), e para o Hospital Dr. Fernando da Fonseca (Amadora – Sintra), na área da Neurocirurgia. Articula-se diretamente com os seguintes Centros de Saúde: Ajuda, Alcântara, Carnaxide, Cascais, Oeiras, Parede e Santo Condestável.

2.2. ESPECIALIDADES E VALÊNCIAS EXISTENTES

A lotação no Internamento em 2012, no CHLO foi de 805 camas, não considerando as camas de Berçário (28 berços). Nesta lotação estão ainda incluídas 10 camas por protocolo estabelecido com o HOSA.

As 805 camas acima referidas encontram-se distribuídas pelas seguintes valências/ especialidades:

LOTAÇÃO 2011/2012

Especialidades	2011	2012	Especialidades	2011	2012
Medicina Interna	173	156	Urologia	23	19
Ortopedia	43	49	Endocrinologia	6	6
Cirurgia Geral	114	114	Gastroenterologia	12	12
Cirurgia Cardiorácica	36	33	Hematologia	13	13
Cirurgia Vascular	15	14	Infeciologia	26	26
Pediatria	29	21	Neurologia	16	16
Ginecologia/Obstetria	54	52	Pneumologia	18	19
Psiquiatria (Agudos)	36	24	Reumatologia	4	4
Psiquiatria (Crónicos)	26	8	Oftalmologia	3	3
Nefrologia	26	27	Otorrinolaringologia	9	9
Cardiologia	36	35	Unidade Oncológica	3	3
Cardiologia Pediátrica	7	8	U.C.I.C	17	17
Cirurgia Plástica	24	24	U.C.I.P	21	16
Neurocirurgia	25	25	Unid. Cuid. Intens. Coronária	6	6
Neurotraumatologia	19	19	Unid. Cuid. Intens. Neonatais	14	14
			Unid. Cuid. Intens. Cardioracicos	12	13
Sub-total	663	609		203	196
TOTAL GERAL 2011			866		
TOTAL GERAL 2012			805		

Não considerando as camas de Psiquiatria (crónicos), o CHLO apresenta em 2012 uma redução de 43 camas em relação a 2011.

A unidade de Oncologia do CHLO tem ainda a responsabilidade técnica da Oncologia médica do HPP Cascais

Além dos Serviços de Internamento acima referidos, o Centro Hospitalar dispõe também dos seguintes Serviços:

- *Dermatologia*
- *Estomatologia*
- *Saúde Ocupacional*
- *Anestesiologia*
- *Anatomia Patológica*
- *Imuno-Hemoterapia*
- *Medicina Física e de Reabilitação*
- *Medicina Nuclear*
- *Patologia Clínica*
- *Imagiologia*

Os Serviços de Urgência do Centro Hospitalar abrangem:

- *Urgência Geral*
- *Urgência Obstétrica*
- *Urgência Pediátrica*
- *Urgência de Oftalmologia*
- *Urgência de Otorrinolaringologia*

De acordo com o plano em curso de metropolização das Urgências da área de Lisboa, a Urgência Pediátrica funciona diariamente até às 22 horas e as Urgências Oftalmológica e de Otorrinolaringologia funcionam até às 20 horas (encerram aos fins-de-semana e feriados). As restantes Urgências funcionam de forma ininterrupta ao longo de todo o ano.

3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

3.1. REGULAMENTO INTERNO

O Regulamento Interno do CHLO, E.P.E., foi homologado por Sua Ex.^a o Secretário de Estado da Saúde, em 27 de Junho de 2006.

3.2. ORGANOGRAMA

A estrutura organizacional é a que resulta do Regulamento Interno do CHLO, de acordo com o previsto no art.º 22º do Decreto - Lei n.º 233/2005 de 29 de Dezembro.



O CHLO adotou um modelo de gestão participada que compreende os níveis de gestão estratégica, intermédia e operacional e que assenta na contratualização interna de objetivos e meios, competindo ao Conselho de Administração (CA), ao nível estratégico, estabelecer objetivos da instituição, controlar e assegurar a sua execução e definir as estratégias e políticas de gestão internas.

Cada um dos hospitais do CHLO tem um Diretor Executivo (Vogal do CA), um Diretor Médico (na dependência hierárquica da Direção Clínica) e um Enfermeiro Diretor (na dependência hierárquica da Direção de Enfermagem).



Ao nível de cada Departamento, as responsabilidades de gestão englobam, a coordenação e articulação das atividades e recursos dos Serviços e Unidades Funcionais que o integram.

Ao nível da gestão operacional, compete aos Serviços e Unidades Funcionais, a prestação direta de cuidados de saúde e as atividades de suporte necessárias, de acordo com objetivos e metas integradas em planos de atividade aprovados pelo CA.

4 BOM GOVERNO DA SOCIEDADE

4.1. GOVERNO DA SOCIEDADE

4.1.1 – MISSÃO, OBJETIVOS E POLITICAS DA EMPRESA

O CHLO tem como **missão** a prestação de cuidados de saúde a todos os cidadãos no âmbito das responsabilidades e capacidades das Unidades Hospitalares que o integram, dando execução às definições de política de saúde a nível nacional e regional, aos planos estratégicos e decisões superiormente aprovados.

Intervém de acordo com as áreas de influência e redes de referenciação, cumprindo os contratos – programa celebrados, em articulação com as instituições integradas na rede de prestação de cuidados de saúde.

O CHLO desenvolve ainda atividades complementares como as de ensino pré e pós-graduado, investigação e formação, submetendo-se à regulamentação de âmbito nacional que rege a matéria dos processos de ensino - aprendizagem no domínio da saúde, sem prejuízo da celebração de contratos para efeitos de organização interna, repartição do investimento e compensação dos encargos que forem estipulados.

Os **objetivos** a prosseguir pelo CHLO são os seguintes:

- Prestação de cuidados de saúde humanizados, de qualidade e em tempo oportuno;
- Aumento da eficiência e eficácia, num quadro de equilíbrio económico e financeiro sustentável;
- Desenvolvimento de áreas de diferenciação e de referência na prestação de cuidados de saúde;
- Implementação de projetos de prestação de cuidados de saúde em ambulatório e ao domicílio, para minimizar o impacto da hospitalização;
- Promoção da investigação clínica
- Formação profissional pré e pós graduada.

No desenvolvimento de todas as suas atividades, o CHLO rege-se pelos seguintes princípios gerais da Ética:

- Humanização e não discriminação;
- Respeito pela dignidade individual de cada doente;
- Promoção da saúde na comunidade;

- Atualização face aos avanços da investigação e da ciência;
- Excelência técnico-profissional;
- Ética profissional;
- Promoção da multidisciplinaridade;
- Respeito pelo ambiente.

4.1.2 – REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS A QUE A EMPRESA ESTÁ SUJEITA

O CHLO é um estabelecimento público do Serviço Nacional de Saúde dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial e natureza empresarial.

O CHLO rege-se pelo regime jurídico aplicável às entidades públicas empresariais, com as especificidades constantes do Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro e seus anexos I e II, pelas normas em vigor para o SNS que os não contrariem e pelo seu Regulamento Interno, homologado pelo Ministério da Saúde. Para mais esclarecimentos sobre a legislação aplicável, consultar

www.chlo.min-saude.pt/Hospital/Legislacao.

4.1.3 – INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Nos termos dos artigos 1.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 23/2008, 5.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 233/2005, e 23.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, o Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, E.P.E. é uma pessoa coletiva pública de natureza empresarial, cuja atividade, apesar de comungar de diversos traços de regime de Direito Público, é maioritariamente regida pelo Direito Privado (cfr. artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 558/99, também aplicável às E.P.E. como disposição geral que é).

Nesse sentido, do (já revogado) artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 233/2005, resultava que nos contratos cuja despesa estimada se cifrasse abaixo do limiar comunitário aplicável à aquisição de bens e serviços (e empreitadas), que é o pressuposto de aplicação das Diretivas comunitárias sobre contratação pública e, para estas entidades, do Código dos Contratos Públicos (de ora em diante, apenas “CCP”; cfr. alínea b), do n.º 3, do artigo 5.º), o Centro Hospitalar não se encontrava sujeito a procedimentos pré-contratuais especificados por lei. Pelo contrário, quando o montante da despesa prevista fosse igual ou superior ao limiar comunitário em concreto aplicável, o Centro Hospitalar adotaria o procedimento pré-contratual (concursal) legalmente previsto para o efeito.

O CCP veio, desde a sua redação inicial e até à entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, confirmar este entendimento, tornando efetiva uma lógica de continuidade com o regime de

contratação pública desenhado no artigo 13.º acima referido, ao eximir os Hospitais E.P.E. do cumprimento da sua Parte II ("Contratação Pública") em todas as aquisições de bens, serviços e empreitadas, cujos montantes sejam inferiores ao previsto na alínea b), artigo 7.º, da Diretiva 2004/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março (cfr. artigo 5.º, n.º 3, do CCP).

Este estado de coisas foi radicalmente alterado com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, o qual procedeu à revogação do artigo 5.º, n.º 3, do CCP, terminando com o regime de exceção (em matéria de contratação pública) até então constantemente conferido aos hospitais E.P.E., sujeitando-os à aplicação integral da sua parte II para todos os procedimentos promovidos após 12 de agosto de 2012 (data em que entrou em vigor o referido Decreto-Lei n.º 149/2012).

Em suma:

- (i) Antes de 12 de agosto de 2012, o Centro Hospitalar promovia os seus procedimentos aquisitivos de bens, serviços e obras, de valor inferior aos respetivos limiares comunitários, nos termos estabelecidos no Regulamento de Contratação Interno (o qual assenta em princípios de economia e eficácia que assegurem a eficiência das transações realizadas no respeito pelos princípios gerais da atividade administrativa em geral e, em particular, dos princípios da transparência e da publicidade, cooperação e da boa fé, igualdade de tratamento e não discriminação, concorrência, qualidade e economicidade, desburocratização e da adequação formal), ao abrigo da exceção conferida pelo artigo 5.º, n.º 3, do CCP, seguindo apenas o regime de contratação da parte II do CCP para todos os restantes contratos que não aqueles atrás enunciados, assim como para os contratos de aquisição de bens, serviços ou obra de valor igual ou superior aos respetivos limiares comunitários;
- (ii) Após 12 de agosto de 2012, o Centro Hospitalar seguiu e segue integralmente os procedimentos aquisitivos previstos na parte II do CCP.

4.1.4 – INFORMAÇÃO SOBRE OUTRAS TRANSAÇÕES

Lista de fornecedores que representam mais de 5% dos FSE:

	(euros)
	2012
SUCH - Ser. Utiliz. Comum Hospitais	4.033.424
ITAU - Inst. Tec. Alim. Humana, SA	2.491.975
NCC - Facility Services, SA	1.800.486
EDP Comercial - Comerc. Energia, SA	1.796.930
Gás Natural Comercializador, SA	1.784.068

4.1.5 – IDENTIFICAÇÃO DO MODELO DE GOVERNO E IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração:

Presidente

Dra. Maria João Reis Silva de Soares Pais

Vogais Executivos

Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira

Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva

Enf.ª Fernanda Maria da Rosa (Enf.ª Diretora)

Fiscal Único:

BDO & Associados, Lda.

Representada por Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias

Modelo de Governo

Cargo	Orgão Sociais	Eleição	Mandato
Conselho de Administração			
Presidente	Dr.ª Maria João Reis Silva de Soares Pais a)		
Vogal (1)	Dr. José Manuel Baptista Marques b)		
Vogal (2)	Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	Despacho de	2011-2013
Vogal (3)	Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira c)	01/01/2011	
Vogal (4)	Enf.ª Fernanda Maria da Rosa		
Fiscal Único			
Efectivo	BDO & Associados, Lda (SROC n.º 29) representada por Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias (ROC n.º 725)	Despacho n.º 111/2012 - SETF de 05/02/2012	2011-2013
Suplente	Dr. João Paulo Torres Cunha Ferreira (ROC n.º 956)		

a) nomeado no cargo de Director clínico a partir de 01/11/2012

b) nomeado no cargo de Director clínico, cessando anteriores funções de Vogal executivo - Despacho 7152/2012 de 16 de Maio. Aposentado em 01/11/2012

c) nomeado Vogal executivo - Despacho 7152/2012 de 15 de Maio.

FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES

O Conselho de Administração é composto pelo presidente e por três vogais, nomeados por despacho conjunto dos Ministérios das Finanças e Saúde sendo um deles o Director Clínico e outro o Enfermeiro Director.

Para além das competências próprias do Conselho de Administração previstas no artigo 7.º dos estatutos dos hospitais E.P.E. anexos ao Decreto-Lei n.º 233/2005 de 29 de Dezembro, das específicas do Presidente do Conselho de Administração previstas no artigo 8.º e do Enfermeiro Director, previstas no artigo 10.º, a cada um dos membros do Conselho de Administração foram atribuídas as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros:

Conselho de Administração

Presidente

Dra. Maria João Reis Silva de Soares Pais: Para além das competências próprias, este elemento acumula as competências de Directora Clínica e coordenará a gestão estratégica dos seguintes pelouros:

- Serviços Clínicos;

- Serviços Farmacêuticos;
- Serviço de Instalações e Equipamentos,
- Departamento de Qualidade e Secretaria Geral (inclui Gabinete de Comunicação e Imagem, Gabinete de Utente e Centro de Documentação/ Biblioteca e Reprografia);
- Departamento de Investigação Clínica;
- Serviço Social.

Vogais Executivos

Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira: Para além das competências próprias, este elemento desempenha funções de Diretor Executivo do HSC e acumula as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros:

- Serviços Financeiros;
- Serviço de Planeamento Análise e Controlo de Gestão;
- Serviço de Gestão de Doentes;
- Serviço de Sistemas e Tecnologias de Informação.

Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva: Para além das competências próprias, este elemento desempenha funções de Diretor Executivo do HEM e acumula as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros :

- Serviço de Administração de Pessoal e Gestão Estratégica de Recursos Humanos;
- Serviço de Gestão de Compras e Logística;
- Serviço Jurídico;
- Serviço Religioso.

Enf.ª Fernanda Maria da Rosa (Enf.ª Diretora): Para além das competências próprias, este elemento acumula as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros:

- Serviços de Gestão Hoteleira;
- Serviço de Esterilização;
- Serviço de Nutrição e Dietética.

Fiscal Único

BDO & Associados, Lda.

Representada por Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias

A natureza, o regime de substituição, o tempo de mandato e o regime de exercício de funções no respetivo termo, bem como as competências do fiscal único, são os constantes dos artigos 15.º e 16.º dos Estatutos dos Hospitais E.P.E..

4.1.6 – REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Estatuto Remuneratório Fixado

Conselho de Administração

Presidente e Diretora Clínica

Dra. Maria João Reis Silva de Soares Pais

Remuneração base de 5.523,24 euros, 14 vezes por ano (opção pelo vencimento de origem)

Despesas de representação de 1.663,39 euros, 12 vezes por ano.

Vogais Executivos

Dr. José Manuel Baptista Marques (até 01/11 /2012)

Remuneração base de 5.239,99 euros, 14 vezes por ano (opção pelo vencimento de origem)

Despesas de representação de 1.261,25 euros, 12 vezes por ano.

Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva

Remuneração base de 3 981,47 euros, 14 vezes por ano

Despesas de representação de 1.393,78 euros, 12 vezes por ano.

Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira (a partir de 23/05 /2012)

Remuneração base de 3 981,47 euros, 14 vezes por ano

Despesas de representação de 1.393,78 euros, 12 vezes por ano.

Enf.ª Fernanda Maria da Rosa

Remuneração base de 3 981,47 euros, 14 vezes por ano

Despesas de representação de 1.393,78 euros, 12 vezes por ano.

REMUNERAÇÕES CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Unid. €

	Presidente	Vogal (1)	Vogal (2)	Vogal (3) (a)	Vogal (4)
Mandato	I				
Adaptado ao EGP (Sim/Não)	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)	74.662,39 €	69.007,98 €	54.226,66 €	30.001,53 €	54.226,66 €
OPRLO	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não
Entidade de Origem (Identificar)	CHLO	ARSLVT	CHLO	CHLO	CHLO
Entidade pagadora (origem/Destino)	CHLO	CHLO	CHLO	CHLO	CHLO
1.1. Remuneração Anual	66.278,88 €	62.879,88 €	45.093,12 €	25.450,20 €	44.743,92 €
1.2. Despesas de Representação (Anual)	19.960,68 €	15.135,00 €	18.329,88 €	10.128,14 €	18.679,08 €
1.3. Senha de presença (Valor Anual)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
1.4. Redução decorrente da Lei 12-A/2010	3.706,99 €	3.171,15 €	3.171,15 €	1.929,11 €	3.171,15 €
1.5. Redução decorrente da Lei 64-B/2011	8.295,82 €	7.667,55 €	6.025,19 €	3.647,70 €	6.025,19 €
1.6. Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal	11.046,48 €	10.479,98 €	7.782,94 €	7.782,94 €	7.782,94 €
1.7. Reduções de anos anteriores	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
1. Remuneração Anual Efetiva Líquida	74.236,75 €	67.176,18 €	54.226,66 €	30.001,53 €	54.226,66 €
2. Remuneração variável	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
3. Isenção de Horário de Trabalho (IHT)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4. Outras (b)	425,64 €	1.831,80 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subsídio de deslocação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subsídio de refeição	1.067,50 €	828,38 €	1.076,04 €	653,31 €	1.050,42 €
Encargos com benefícios sociais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Regime de Proteção Social (ADSE/Seg Social/Outros)	ADSE	ADSE	ADSE	Seg Social	ADSE
Seguros de saúde	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Seguros de vida	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Seguro de Acidentes Pessoais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros (indicar)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Acumulação de Funções de Gestão (S/N)					
Entidade (identificar)					
Remuneração Anual	0,00 €				

Parque Automóvel	Presidente	Vogal (1)	Vogal (2)	Vogal (3)	Vogal (4)
Mandato	I				
Modalidade de Utilização	Leasing Financeiro	Leasing Financeiro	Aquisição	Aquisição	Leasing Financeiro
Valor de referência da viatura nova					
Ano Início	2006	2006	2004	2003	2004
Ano Termo	2010	2010			2007
N.º prestações (se aplicável)					
Valor Residual					
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço					
Combustível gasto com a viatura	2.265,73 €	1.463,85 €	3.138,82 €	845,80 €	1.378,66 €
Plano anual Combustível atribuído	5.837,16 €	4.669,80 €		4.669,80 €	4.669,80 €
Outros (Portagens / Reparações / Seguro)	1.979,73 €	1.408,99 €	2.840,60 €	2.190,44 €	3.410,92 €
Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)	Sim	Sim		Sim	Sim

Outras regalias e compensações	Presidente	Vogal (1)	Vogal (2)	Vogal (3)	Vogal (4)
Mandato	I / II				
Plano mensal atribuído em comunicações móveis	80,00 €	80,00 €	80,00 €	80,00 €	80,00 €
Gastos anuais com comunicações móveis	216,99 €	377,28 €	568,63 €	492,50 €	279,72 €
Outras (indicar)					
Limite definido conforme Art.º 32 do EGP (Sim/Não)					

Gastos c/ deslocações	Presidente	Vogal (1)	Vogal (2)	Vogal (3)	Vogal (4)
Mandato	I				
Custo total anual c/ viagens	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Custos anuais com Alojamento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ajudas de custo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras (indicar)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

(a) Iniciou a 23 de Maio de 2012

(b) Adicional 2% e/ou Adicional Clínico Geral

Fiscal Único

REMUNERAÇÕES ORGÃO DE FISCALIZAÇÃO

Unid: €

Fiscal Único	2011 (a)	2012 (a)
Remuneração anual auferida	15.847,32	14.262,60

(a) Não inclui IVA; Foi aplicado o artigo 22º da lei 55-A/2011(Lei OE/2011) Sim ☒ Não ☐

Remuneração de 1.188,55 euros (sem Iva), 12 vezes por ano.

4.1.7 – ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL

O CHLO, de acordo com o modelo de contratualização interna, negociou com os serviços de acção médica, os principais indicadores de produção, de custos e de qualidade, de forma ajustada ao Contrato Programa assinado com a ARSLVT para o ano em curso.

O acompanhamento desta contratualização interna, suportada numa estrutura de gestão intermédia, adequadas a este modelo de funcionamento, é monitorizado mensalmente de forma a possibilitar as correções aos desvios que se considerarem adequados.

Durante o ano de 2012, realizaram-se obras de beneficiação e adaptação para viabilizar a reorganização de serviços, designadamente:

- Adaptação das estruturas físicas para instalação do Centro Dermatológico de Lisboa para o HEM;
 - Adaptação de um piso de internamento no HEM, para reinstalação do Serviço de Psiquiatria;
 - Remodelação de diversos espaços no HEM para reinstalação do hospital de dia e consulta externa de Psiquiatria.
- Destas obras resultou o encerramento do edifício do Centro Dermatológico de Lisboa e do edifício do departamento de Saúde Mental da Ajuda;
- Reorganização do departamento de Medicina do HEM, reafecção de espaços e de n.º de camas;
 - Reinstalação, após obras de adaptação de consultas de ORL do CHLO, com melhoria das instalações e centralização de todas as consultas daquela especialidade;
 - Melhoria das instalações e aumento da capacidade instalada para consulta das especialidades de Estomatologia e consulta da Voz e da Dor.

As linhas de atuação que foram preconizadas para o ano 2012 mantiveram-se em linha com a estratégia definida pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e, genericamente, traduziram-se na melhoria da acessibilidade e da qualidade dos serviços prestados, na eficiência da prestação, no controlo do equilíbrio financeiro, na renovação e remodelação das áreas mais degradadas e no reforço dos sistemas de informação.

1 . Acessibilidade

Durante o ano de 2012, foi finalmente possível enquadrar a procura e a espera nos limiares do clinicamente aceitável na generalidade das especialidades das especialidades existentes no CHLO. Foi verificada uma acentuada redução no tempo médio de espera para cirurgia que se situou abaixo do tempo médio para a região.

As maiores listas de espera cirúrgicas continuam a verificar-se nas especialidades de Ortopedia, Cirurgia Vascular e ORL, tal como se observa ao nível regional. Será necessário em 2013 desenvolver uma estratégia de recuperação das listas nestas especialidades, que permita chegar ao fim do ano com a situação substancialmente melhorada.

Na área da cirurgia do ambulatório, onde foi conseguido um grande avanço nos últimos anos, verificou-se uma taxa de crescimento elevada superior a 10% ao ano.

O alargamento dos horários das consultas, a sua marcação por hora (e o seu cumprimento), a adesão ao programa de "Consulta a tempo e horas" (objetivos também contratualizados com os Serviços), permitiram trazer o tempo de espera na área do ambulatório para um valor muito próximo dos objetivos definidos para esta área.

Foram desenvolvidas em 2012 estratégias para melhorar a articulação do hospital com os Centros de Saúde, tendo em vista a criação, a prazo, de um eventual Sistema Local de Saúde.

Aguarda-se com grande expectativa o desenvolvimento da rede de Cuidados Continuados na região Ocidental de Lisboa, o que permitirá rentabilizar e aproveitar integralmente a capacidade instalada do CHLO.

2 . Qualidade de cuidados prestados

A criação no CHLO do Departamento de Qualidade, e as ações de planeamento e controlo por ele levadas a cabo, assegura um processo de melhoria continua da qualidade. No ano de 2012 manteve-

se a certificação de algumas áreas dos três hospitais do CHLO, de acordo com as normas ISO 9000, nomeadamente na Unidade de Diálise, no Serviço de Imunohemoterapia e nos Serviços Farmacêuticos.

A Farmácia do CHLO tem desenvolvido diversos projetos na gestão do medicamento (alguns premiados) que garantem mais qualidade e segurança nesta importante área.

Foram incluídos como objetivos nos processos de contratualização a realização de auditorias clínicas. No âmbito da contratualização interna com os Serviços, o Conselho de Administração tem sempre exigido a cada Serviço, não só contratualização na vertente da produção e custos, mas também objetivos mensuráveis nos domínios da qualidade.

3. Nível de serviço prestado e eficiência

A produtividade e a eficiência continuarão a ser medidas e estimuladas no CHLO. Para isso, foram implementados modelos de avaliação de desempenho, suportados em níveis adequados de produtividade e eficiência funcional. Neste sentido, reveste-se de grande importância a contratualização anual de objetivos de produção assistencial e de resultados financeiros, de forma a aumentar os níveis de eficiência e de desempenho dos serviços. Esta contratualização é acompanhada continuamente pelo Conselho de Administração e respetivas direções de serviços.

4. O CHLO no contexto do SNS

A abertura do novo Hospital de Cascais veio colocar alguns desafios ao Centro Hospitalar nomeadamente na área materno-infantil, onde se constatou como impacto a redução das Urgências Obstétricas. Por este facto tomou-se mais difícil rentabilizar nesta área toda a capacidade instalada no CHLO, verificando-se paralelamente diminuição dos proveitos financeiros no Departamento da Mulher e da Criança sem a adequada contrapartida nos custos fixos. Com a perspetiva de encerramento da Maternidade Alfredo da Costa em 2013, o CHLO irá receber parte dos Recursos Humanos desta instituição, o que permitirá uma melhor rentabilização da capacidade instalada na área materno-infantil.

Desde 2009, e por decisão da ARSLVT, o CHLO passou a ter a responsabilidade técnica pela Oncologia Médica do novo Hospital de Cascais, obrigando ao aumento dos custos com os recursos humanos e medicamentos citostáticos, para além da dispersão geográfica com custos associados aos transportes diários e deslocação de pessoal.

O Serviço de Urgência Polivalente do CHLO, assim como todas as valências clínicas das várias especialidades, continuaram a receber todos os doentes enviados de acordo com as redes de

referenciação , para além de múltiplos doentes de outras regiões de saúde em especialidades cuja elevada diferenciação faz ultrapassar o nível regional como a Cardiologia Pediátrica, a Cirurgia Cardíaca, a Cardiologia de intervenção, a Transplantação renal e cardíaca, a Cirurgia da Epilepsia refractária , o tratamento das Doenças Desmielinizantes e de HIV/SIDA, a Neurocirurgia e Otoneurologia, entre outras.

Durante o ano de 2012 o CHLO continuou a reforçar as boas relações mantidas com os centros de saúde da sua área, no sentido de oferecer a melhor colaboração possível, e tendo em vista a preparação de um eventual futuro sistema local de saúde.

5. Reforço da gestão

O CHLO, tem vindo a incrementar os modelos de gestão previstos no Regulamento Interno, de forma a potenciar a descentralização e responsabilização ao nível produtivo, possibilitando verdadeiros níveis intermédios de gestão de acordo com a complexidade global e sectorial.

Também os investimentos em curso ao nível dos sistemas de informação têm vindo a permitir o desenvolvimento de um modelo automatizado de informação on-line, que facilita e permite a análise rigorosa da informação pelos órgãos de gestão e pelos serviços, e a possibilidade de serem validados os dados principais e complementares de produção, indicadores económico financeiros e de qualidade, com acompanhamento global da contratualização interna e externa do CHLO.

6. Controlo do equilíbrio financeiro

O acentuado esforço no controlo e contenção de Custos Operacionais em 2012, bem como as renegociações levadas a cabo junto dos fornecedores, tendo em consideração o plano de redução de custos, proporcionaram, face ao período anterior, um decréscimo na ordem dos 12% de Custos Operacionais e uma evolução bastante favorável do Resultado Operacional (+68%), passando de 29,1 milhões de euros negativos para 9,3 milhões e euros negativos.

O Resultado Líquido apresenta um valor na ordem dos 9,7 milhões de euros negativos, influenciados pelos Custos Extraordinários resultantes fundamentalmente de custos de exercícios anteriores.

Para o ano de 2013 o Resultado Operacional previsto apresenta uma melhoria, passando para 4,9 milhões de euros negativos, registando um EBITDA positivo de 5,0 milhões de euros.

O total de Custos Operacionais previstos para 2013, é na ordem dos 208,8 milhões de euros apresentando um decréscimo de 3,5 % face ao exercício de 2012

O total de Proveitos Operacionais previstos para 2013, de 203,9 milhões de euros, influenciados pela redução do financiamento do Contrato Programa e dos preços das respetivas linhas de produção, em conformidade com as orientações da tutela, registará uma redução de 1,5 % face ao exercício anterior.

Ainda que o desequilíbrio entre as despesas e as receitas tenha vindo a reduzir ano após ano facto é que, a 31 de Dezembro de 2012, o total do Fundo Patrimonial ascende a apenas 30,6 milhões de euros, pelo que está perdido 76% o valor do seu Património. Para não ficar em causa o equilíbrio da estrutura financeira, nomeadamente no que respeita à capacidade do CHLO para liquidar o seu passivo, o Conselho de Administração e a tutela vêm a equacionar diferentes cenários económicos possíveis e mais adequados, para promover a sustentabilidade e o equilíbrio financeiro do CHLO.

A existência de políticas específicas de financiamento dos medicamentos de distribuição gratuita cuja despesa é inevitável, poderão aligeirar a estrutura de custos das Instituições que prestam este serviço.

7. Reforço dos sistemas de informação e de comunicação

A contenção da despesa a nível do investimento reforçou nível de aproveitamento da capacidade instalada e reaproveitamento de equipamentos em fim de vida útil.

Aguarda-se o desenvolvimento do no Sistema de Apoio ao Médico (SAM) e Sistema de Apoio ao Pessoal de Enfermagem(SAPE, de acordo com as indicações do representante Ministerial para as TIC, a SPMS,EPE.

4.1.8 – VIABILIDADE DO CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DO BOM GOVERNO (RCM N.º 49/2077, DE 28 DE MARÇO)

O Centro Hospitalar tem cumprido com todos os princípios de Bom Governo que lhe são aplicáveis.

4.1.9 – EXISTÊNCIA DO CÓDIGO DE ÉTICA

O Código de Ética no Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, foi aprovado em 13 de Dezembro de 2012 e corresponde, não só ao cumprimento dos dispositivos legais aplicáveis, designadamente a Resolução de Conselho de Ministro 49/2007, mas também a um instrumento que visa a realização dos objetivos e da missão da instituição.

Este Código estabelece um conjunto de princípios de orientação da atividade hospitalar e de regras de natureza ética e deontológica destinadas a orientar os colaboradores do CHLO no desempenho das suas

funções, de modo a que as possam exercer com elevados padrões de qualidade e em linha com os objetivos e missão do CHLO na prestação de cuidados de saúde.

No cumprimento do Decreto-Lei 8 n.º 97/1995 de 10 de Maio, possui uma Comissão de Ética com as seguintes competências:

- Pronunciar-se sobre todas as questões que envolvam valores morais dentro da Instituição, nomeadamente o respeito pelos direitos e dignidade dos doentes;
- Zelar pela observância de padrões éticos no acesso aos cuidados, de diagnóstico e tratamento e no respeito pela confidencialidade;
- Pronunciar-se sobre práticas corretas de investigação e ensino que envolvam doentes ou tenham impacto nos princípios morais porque se rege a sociedade e as práticas profissionais.

Em todas as suas atividades, o CHLO respeita os princípios da Ética já enunciados anteriormente :

- Humanização e não discriminação;
- Respeito pela dignidade individual de cada doente;
- Promoção da saúde na comunidade;
- Atualização face aos avanços da investigação e da ciência;
- Excelência técnico-profissional;
- Ética profissional;
- Promoção da multidisciplinaridade;
- Respeito pelo ambiente.

4.1.10 – DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos actualizados (PDF)	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Ficha síntese da empresa	X			
Identificação da Empresa:				
Missão, objectivos, políticas, obrig. serv. público e modelo de financiamento	X			
Modelo Governo / Ident. Órgãos Sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
Regulamentos e Transacções:				
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	X			
Outras transacções	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de Ética	X			
Informação Financeira histórica e actual	X			
Esforço Financeiro do Estado			X	

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Organigrama	X			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identificação dos órgãos sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X			
Identificação de comissões existentes na sociedade	X			
Identificar sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos órgãos sociais	X			
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções fora das condições de mercado			X	
Transacções relevantes com entidades relacionadas	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Código de Ética	X			
Relatório e Contas	X			
Provedor do cliente			X	

Legenda:

S - Sim

N - Não

N.A. - Não Aplicável

4.2. DESCRIÇÃO DA EVOLUÇÃO DA TAXA MÉDIA ANUAL DE FINANCIAMENTO

A taxa média anual de financiamento verificada no CHLO foi de 8,4%, 1,8% e 2,5% em 2010, 2011 e 2012 respetivamente.

TAXA MÉDIA ANUAL DE FINANCIAMENTO

(milhares de euros)

	2010	2011	2012
Passivo Remunerado	164,3	144,6	10,4
Custos e Perdas Financeiras	13,9	2,6	,3
Taxa média Anual de Financiamento	8,4%	1,8%	2,5%

5 CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objectivos de Gestão:					
Objetivo 1 - Cumprimento metas Orçamento Económico	X			100%	
Objetivo 2 - Incentivos Institucionais	X			100%	
Objetivo 3 - Redução do Custo efectivo com Trabalho Extraordinário	X			100%	
Gestão do Risco Financeiro			X		
Limites de Crescimento do Endividamento	X				
Evolução do PMP a fornecedores	X				Ver Anexo 3
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X				Ver Anexo 3
Deveres Especiais de Informação	X				
Recomendações do acionista na aprovação de contas:					
Reduzir PMP a Fornecedores	X				
Alargamento cobertura a Seguros Riscos não Cobertos		X			Restrições Financeiras
Reconhecimento Património Imobiliário afecto Entidade		X			
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 29.º da Lei 64-B/2011	X				
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 20.º da Lei 64-B/2011	X				
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	X				
Órgãos Sociais - suspensão sub. Férias e natal, nos termos do art.º 21º da Lei 64-B/2011	X				
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do art.º 26º da Lei 64-B/2011	X				
Restantes trabalhadores - redução remuneratória, nos termos do art.º 20º da Lei 64-B/2011	X				
Restantes trabalhadores - suspensão sub. Férias e natal, nos termos do art.º 21º da Lei 64-B/2011	X				
Artigo 32º do EGP					
Utilização de cartões de crédito		X			
Reembolso de despesas de representação pessoal		X			
Contratação Pública					
Normas de contratação pública	X				
Normas de contratação pública pelas participadas			X		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	X			2 contratos 10 666,299,12€	
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	X				O CHLO é uma "entidade voluntária aderente"; a adesão à ANCP (Agência Nacional de Compras Públicas) não implica a obrigatoriedade de aquisição ao abrigo dos acordos quadro.
Parque Automóvel					
				0%	
Princípio da igualdade do Género					
Medida 1					Não foi considerado oportuno, quer ao nível da gestão de topo quer ao nível da gestão intermédia, pela elevada percentagem de elementos do sexo feminino
Medida 2					
Plano de Redução de Custos					
Gastos com pessoal	X			-6,3%	
Fornecimentos e Serviços Externos	X			-11,2%	
Redução n.º Efetivos e Cargos Dirigentes					
Nº de efetivos					Ver Anexo 5
Nº de cargos dirigentes					Ver Anexo 5
Princípio da Unidade de Tesouraria	X			91%	

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES NOS TERMOS DA RCM 34/2008 COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELO DESPACHO 9870/2009 (ANEXO 3)

	(dias)	
	2012	2011
1º Trimestre	531	338
2º Trimestre	569	354
3º Trimestre	327	369
4º Trimestre	283	412

MAPA DA POSIÇÃO A 31/12/2012 DOS PAGAMENTOS EM ATRASO, NOS TERMOS DO DL 65-A/2011, DE 17/MAIO (ANEXO 3)

	(euros)				
Pagamentos em Atraso	0-90 dias	90-180 dias	180-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	15.407.317	2.570.101	420.384	16.912.888	34.743.544
Aquisições de Capital	20.983	6.150	0	139.926	218.567
Encargos com Saúde	0	0	0	0	0
Total	15.428.300	2.576.251	420.384	17.052.814	34.962.111

REDUÇÃO DO NÚMERO DE EFETIVOS E DE CARGOS DIRIGENTES (ANEXO 5)

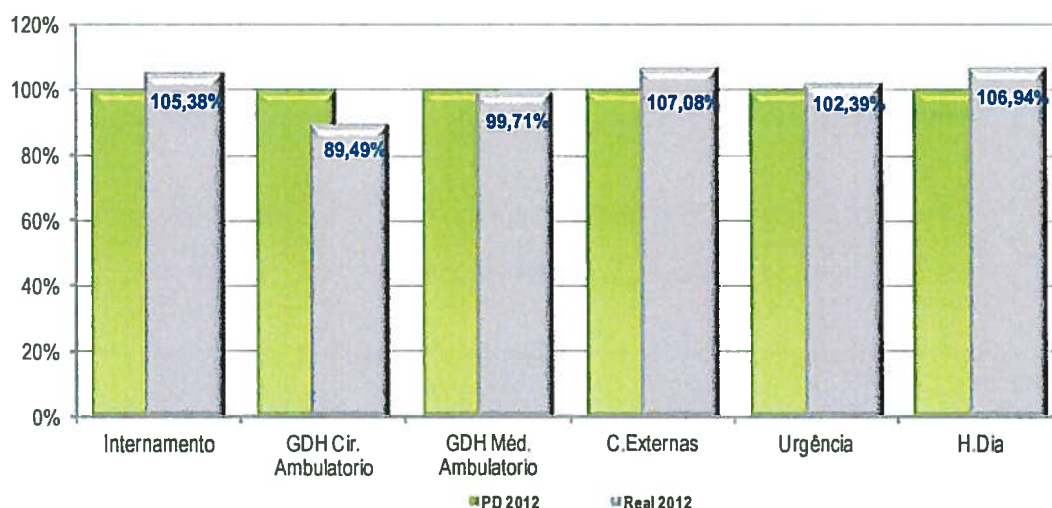
	(euros)		
Designação	2010	2011	2012
Gastos com pessoal (€)	119.732.040	106.556.640	99.814.615
Gastos com Órgãos Sociais (€) (a)	505.899	308.294	292.891
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	6.471	36.864	89.634
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)	0	0	0
Gastos com Dirigentes sem O.S. (€)	0	0	0
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)		71.791	193.637
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)			
Gastos com Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (€) (b)	119.184.903	106.203.631	99.486.227
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)		4.249.400	13.897.926
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)			
Rescisões / Indemnizações (€)	41.238	44.715	35.497
Designação	2010	2011	2012
Nº Total RH (O.S. + Dirigentes + Efetivos)	4.130	4.043	3.907
Nº Órgãos Sociais (O.S.) (número)	6	4	4
Nº Dirigentes sem O.S. (número)	23	21	8
Nº Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (número)	4.101	4.018	3.895

6

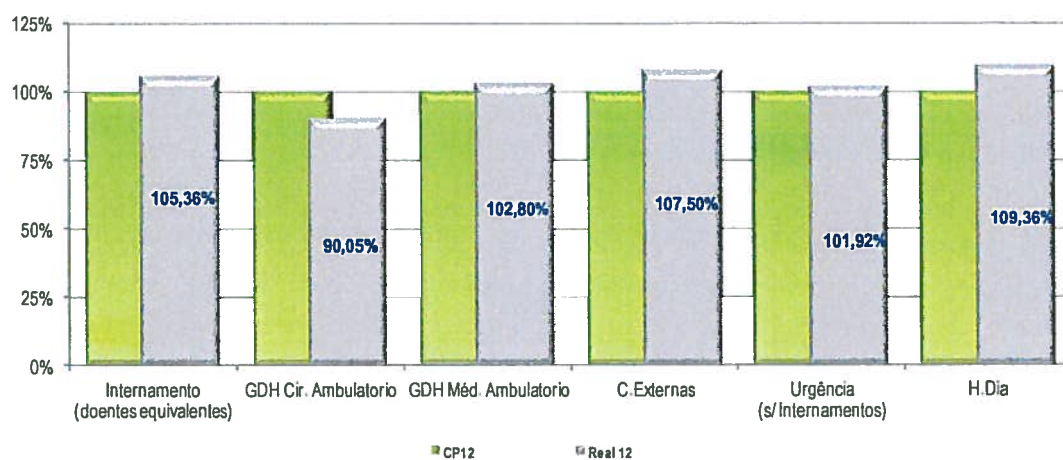
ACTIVIDADE GLOBAL EM 2012

6.1. TAXA DE EXECUÇÃO 2012 FACE AO PLANO DE DESEMPENHO E CONTRATO PROGRAMA 2012

Da análise às principais linhas de produção do CHLO, no que diz respeito aos objetivos fixados para o ano 2012 (Plano de Desempenho) e à sua realização, verificou-se que todas as áreas de atividade conseguiram atingir e até ultrapassar o previsto, com exceção da atividade nos GDH Cirúrgicos de Ambulatório, influenciados pelo início tardio da atividade de Dermatologia (Maio de 2012), que apresenta um desvio desfavorável em 10,5%,



Em relação ao previsto no Contrato Programa, verificou-se o mesmo comportamento nos GDH Cirúrgicos de Ambulatório com um desvio desfavorável de 10 %, apresentando as restantes linhas de produção uma taxa de execução favorável. O Internamento registou uma taxa de execução de 105,4%, a Consulta Externa 107,5%, a Urgência 101,9% e o Hospital de Dia 109,4%.



6.2. INDICADORES GLOBAIS POR LINHA DE ACTIVIDADE

A atividade assistencial no ano de 2012, face ao período homólogo, registou um aumento de 29,7% na Cirurgia de Ambulatório, 2,4% nas Consultas Externas e de 2,3% nos GDH Médicos de Ambulatório.

Por sua vez, verificou-se um decréscimo de produção no Internamento em 2,1%, em 5,8% nas sessões de Hospital de Dia e de 11% nas Urgências.

INTERNAMENTO

	2011	2012	Δ%
Lotação Média	894	833	-6,8%
N.º Camas sem Berçário	866	805	-7,0%
N.º Camas Berçário	28	28	0,0%
Doentes Saídos sem transf. Internas	29.422	28.792	-2,1%
Doentes Saídos sem Berçário	26.993	26.502	-1,8%
Doentes Saídos Berçário	2.429	2.290	-5,7%
Doentes Saídos com transf. Internas	37.780	36.894	-2,3%
Doentes Saídos sem Berçário	35.269	34.531	-2,1%
Doentes Saídos Berçário	2.511	2.363	-5,9%
Demora Média *	8,9	9,3	0,3
Taxa de Ocupação*	78,4%	84,1%	7,3%
Doentes Saídos / Cama	31,2	32,9	5,6%

* Não inclui berçário e doentes crónicos

BLOCO OPERATÓRIO

	2011	2012	Δ%
Total de Intervenções	23.620	24.669	4,4%
Cirurgia Convencional	10.497	10.098	-3,8%
Cirurgia de Ambulatório	7.616	9.346	22,7%
Cirurgia Urgente	5.507	5.225	-5,1%
Total de Doentes Intervencionados	18.702	19.616	4,9%
Cirurgia Convencional	8.322	7.879	-5,3%
Cirurgia de Ambulatório	5.503	7.138	29,7%
Cirurgia Urgente	4.877	4.599	-5,7%

CONSULTA EXTERNA

	2011	2012	Δ%
Consultas Realizadas	452.799	463.482	2,4%
N.º de Primeiras Consultas	91.525	102.115	11,6%
Primeiras Consultas / Total	20,2%	22,0%	9,0%

URGÊNCIA

	2011	2012	Δ%
Doentes Entrados	182.354	162.299	-11,0%
Urgência Geral	103.431	91.515	-11,5%
Urgência Pediátrica	36.160	36.101	-0,2%
Urgência Obstétrica	16.987	15.530	-8,6%
Urgência Oftalmologia	14.151	9.715	-31,3%
Urgência Otorrino	11.625	9.438	-18,8%

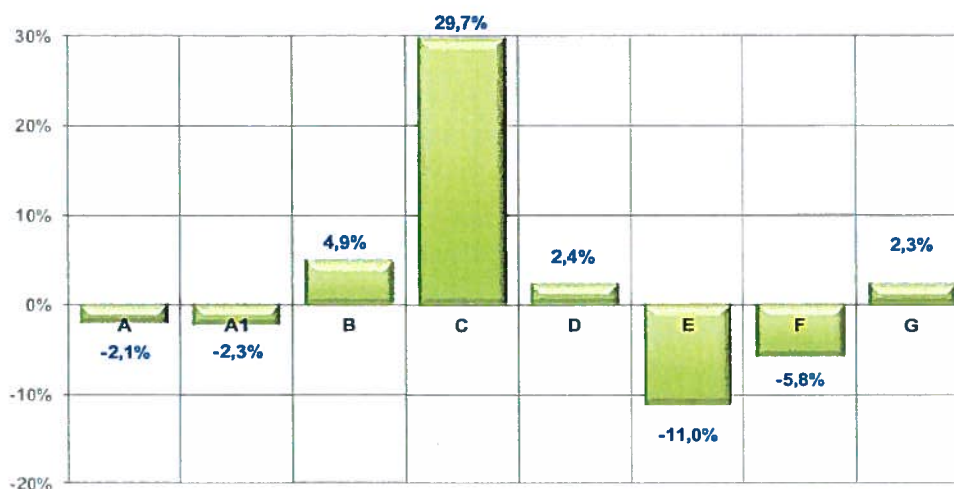
HOSPITAL DE DIA

	2011	2012	Δ%
Sessões	19.202	18.085	-5,8%
Psiquiatria	5.201	4.705	-9,5%
Pedopsiquiatria	2.688	2.394	-10,9%
Imunohemoterapia	3.815	3.974	4,2%
Infecciologia	693	181	-73,9%
Infecciologia Pediátrica	369	144	-61,0%
Hematologia	740	541	-26,9%
Pediatria	219	188	-14,2%
Pneumologia	236	232	-1,7%
Outras	5.241	5.726	9,3%
<i>Cardiologia e Espec Médicas</i>	933	950	1,8%
<i>Gastroenterologia</i>	573	652	13,8%
<i>Reumatologia</i>	531	441	-16,9%
<i>Neurologia</i>	647	649	0,3%
<i>Terapêuticas Suporte</i>	2.416	2.914	20,6%
<i>Imunoalergologia</i>	47	0	-100,0%
<i>Cardiologia Pediátrica</i>	65	82	26,2%
<i>Cirurgia Geral</i>	22	32	45,5%
<i>Anestesia/Dor</i>	7	6	-14,3%

GDH MÉDICOS AMBULATÓRIO

	2011	2012	Δ%
Total	18.657	19.084	2,3%
Oncologia/Quimioterapia	8.250	8.262	0,1%
Hemodiálise	8.365	8.698	4,0%
Cardiologia	815	892	9,4%
Urologia/Litotricia	903	828	-8,3%
Outros	324	404	24,7%

Actividade Global - Var % 2012/2011



- A – Doentes Saídos do Internamento sem Transferência. Internas
- A1 – Doentes Saídos do Internamento com Transferência. Internas
- B – Cirurgia (*programada e Urgente.*)
- C – GDH's Cirúrgicos de Ambulatório
- D – Consulta Externa
- E – Urgência
- F – Hospital de Dia
- G – GDH's Médicos Ambulatório

6.2.1 – INTERNAMENTO

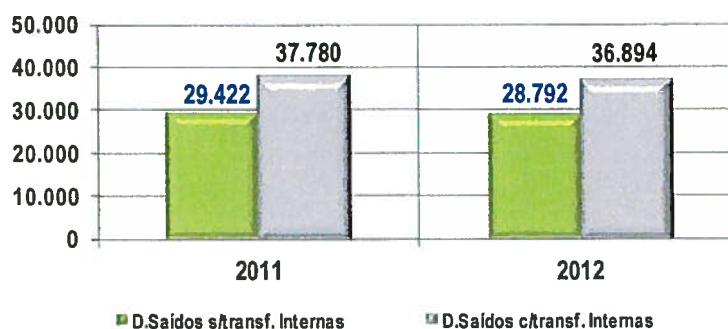
MOVIMENTO ASSISTENCIAL E ALGUNS INDICADORES DO INTERNAMENTO

	2011	2012	Δ%
Lotação	894	833	-6,8%
N.º Camas sem Berçário	866	805	-7,0%
N.º Camas Berçário	28	28	0,0%
Total de Doentes Saídos sem transf. Internas	29.422	28.792	-2,1%
Doentes saídos sem Berçário	26.993	26.502	-1,8%
Doentes Saídos Berçário	2.429	2.290	-5,7%
Total de Doentes Saídos com transf. Internas	37.780	36.894	-2,3%
Doentes saídos sem Berçário	35.269	34.531	-2,1%
Doentes Saídos Berçário	2.511	2.363	-5,9%
Total Dias Internamento	256.334	259.949	1,4%
Dias de Internam. sem Berçário	249.530	253.791	1,7%
Dias Internam. Berçário	6.804	6.158	-9,5%
<i>Demora média *</i>	8,9	9,3	0,3
<i>Taxa ocupação (%)*</i>	78,4%	84,1%	7,3%
<i>Doentes Saídos / Cama</i>	31,2	32,9	5,6%

* Não inclui berçário e doentes crónicos

Nota: Inclui doentes saídos que não geraram GDH's

Movimento Assistencial



Durante o ano 2012 registaram-se 28.792 altas, tendo-se verificado um decréscimo de 2,1% relativamente a 2011.

Das 28.792 altas, 2.290 dizem respeito ao Berçário que registou um decréscimo de 5,7% nos doentes saídos.

DOENTES SAÍDOS POR GDHS - 2011/2012

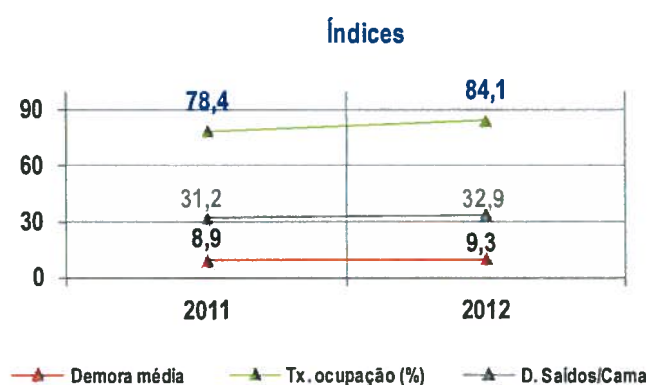
	N.º Doentes	Dias Internam.	Demora Média	N.º Doentes	Dias Internam.	Demora Média	N.º Doentes	Dias Internam.	Demora Média
	2011			2012			Δ % 2012/2011		
GDH Médicos	16.612	137.286	8,3	16.567	138.895	8,4	-0,3%	1,2%	1,4%
GDH Cirúrgicos	12.733	114.675	9,0	12.000	114.506	9,5	-5,8%	-0,1%	6,0%
Urgentes	4.494	61.204	13,6	4.325	64.573	14,9	-3,8%	5,5%	9,6%
Programados	8.239	53.471	6,5	7.675	49.933	6,5	-6,8%	-6,6%	0,2%
Total GDHs	29.345	251.961	8,6	28.567	253.401	8,9	-2,7%	0,6%	3,3%

O número total de altas registadas no CHLO em 2012 geraram 28.567 GDH'S, dos quais 58% dizem respeito a GDH'S Médicos e 42% a GDH'S Cirúrgicos.

LOTAÇÃO E TAXA DE OCUPAÇÃO 2012

Especialidades	2012	% Ocup.	Especialidades	2012	% Ocup.
Medicina Interna	156	101,0%	Urologia	19	85,9%
Ortopedia	49	80,4%	Endocrinologia	6	67,6%
Cirurgia Geral	114	79,2%	Gastroenterologia	12	81,6%
Cirurgia Cardiorácica	33	76,8%	Hematologia	13	80,2%
Cirurgia Vascular	14	105,2%	Infecciologia	26	63,0%
Pediatria	21	59,0%	Neurologia	16	90,4%
Ginecologia/Obstetrícia	52	64,5%	Pneumologia	19	79,2%
Psiquiatria (Agudos)	24	119,1%	Reumatologia	4	104,6%
Psiquiatria (Crónicos)	8	310,4%	Oftalmologia	3	22,3%
Nefrologia	27	82,4%	Otorrinolaringologia	9	106,1%
Cardiologia	35	73,0%	Unidade Oncológica	3	95,8%
Cardiologia Pediátrica	8	76,7%	U.C.I.C	17	84,2%
Cirurgia Plástica	24	64,4%	U.C.I.P	16	84,8%
Neurocirurgia	25	93,5%	Unid. Cuid. Intens. Coronária	6	80,0%
Neurotraumatologia	19	91,0%	Unid. Cuid. Intens. Neonatais	14	82,6%
			Unid. Cuid. Intens. Cardioracicos	13	82,1%
Sub-total	609			196	
TOTAL GERAL 2011	866				78,4%
TOTAL GERAL 2012	805				84,1%

No que diz respeito aos Indicadores, verificou-se que a taxa de ocupação global do CHLO situou-se em 84,1%, registando um acréscimo relativamente ao ano anterior.



A demora média global, 9,3 dias, registou um aumento de 0,3 dias em relação a 2011.

A complexidade dos casos tratados no Internamento do CHLO pode ser verificada nos Índice *case-mix* registados nos serviços.

ÍNDICE DE CASE-MIX POR SERVIÇO

HSFX	2011	2012	Δ%	HEM	2011	2012	Δ%
Berçário	0,130	0,126	-2,6%	Cardiologia	1,542	2,067	34,0%
Cardiologia	1,815	1,770	-2,5%	Cirurgia II A	1,487	1,528	2,7%
Cirurgia Geral I	1,497	1,561	4,3%	Cirurgia II B	1,378	1,368	-0,7%
Cirurgia Geral - Uc Intermédios	3,506	5,718	63,1%	Cirurgia Geral - Uc Intermédios	3,276	5,351	63,3%
Cirurgia Plástica	0,779	0,880	12,9%	Cirurgia Cardiobráctica	1,845	1,101	-40,3%
Ginecologia	0,667	0,664	-0,4%	Cirurgia Plástica	0,977	1,020	4,4%
Hematologia	2,336	2,484	6,3%	Cirurgia Vascular	2,316	2,315	0,0%
Medicina IV	1,401	1,242	-11,4%	Endocrinologia	1,011	0,974	-3,6%
Med. Unidade AVC	0,812	0,835	2,9%	Gastroenterologia	1,552	1,490	-4,0%
Uc Intermédios Médicos	1,949	1,617	-17,0%	Infecçologia	1,654	1,441	-12,9%
Medicina III	1,314	1,374	4,6%	Medicina I A	1,135	1,112	-2,0%
Medicina III/Orto	1,541	1,455	-5,6%	Medicina I B	1,242	1,091	-12,2%
Unidade Insuf Cardíaca		1,503		Medicina I C	1,078	0,945	-12,3%
Obstetrícia	0,516	0,512	-0,8%	Medicina II A	1,147	1,075	-6,3%
Ortopedia	1,916	2,000	4,4%	Medicina II B	1,163	1,032	-11,3%
Ortopedia - Uc Intermédios		2,876		Medicina II C	1,255	1,282	2,2%
Ortopedia (HOSA)	1,642	1,622	-1,2%	Neurocirurgia	2,220	2,119	-4,6%
Unidade de Oncologia	1,707	1,651	-3,3%	Neurocirurgia - Uc Intermédios	2,567	3,725	45,1%
Pediatria	1,088	0,984	-9,6%	Neurotraumatologia	1,908	1,972	3,4%
Psiquiatria Agudos Mulheres	1,307	1,287	-1,5%	Neurologia	0,903	1,106	22,5%
Psiquiatria Agudos Homens	1,212	1,162	-4,1%	Oftalmologia	0,926	0,877	-5,3%
UCEP	0,690	0,688	-0,3%	Dep Cabeça e Pescoço	1,409	1,848	31,1%
UCI Neonatais	5,305	4,675	-11,9%	ORL	0,790	0,786	-0,6%
UCIC	5,341	4,096	-23,3%	Pneumologia A	0,999	0,907	-9,2%
UCIP	4,252	4,057	-4,6%	Urologia	0,812	0,860	5,9%
Unicard	1,718	1,646	-4,2%	Reumatologia	1,183	1,021	-13,7%
HSC	2011	2012	Δ%	UCIC	4,383	4,207	-4,0%
Nefrologia	1,396	1,252	-10,3%	UCIP	4,523	5,661	25,1%
Cirurgia Geral	2,069	1,954	-5,6%				
Cirurgia Cardiobráctica	5,024	5,030	0,1%				
Cardiologia	3,248	2,985	-8,1%				
Cardiologia Pediátrica	3,564	3,491	-2,0%				
UCIP	6,357		-100,0%				
UCI CCT	9,128	9,304	1,9%				

De referir que o aumento do ICM nas especialidade cirúrgicas, nomeadamente de Cirurgia Plástica, Cirurgia Geral, UCI CCT, Ortopedia, Departamento da Cabeça e Pescoço e Urologia, assim como nas áreas médicas Cardiologia, Neurologia, Hematologia e Medicina , reflete uma maior complexidade dos doentes tratados nestas especialidades.

O Índice de *case-mix* global do CHLO para a área médica é fortemente influenciado pelo peso das valências da área materno-infantil. Este Índice, visto numa perspectiva de *case-mix* médico e cirúrgico assume os valores normalizados de 0,89 e 2,29 respetivamente. Assim o *case-mix* aparentemente baixo

resulta da influência da área materno - infantil e não de uma subespecialização, no conjunto global da sua produção.

O quadro seguinte inclui as 15 patologias mais frequentes no ano 2012, segundo Grupos de Diagnóstico em que se reflete o peso da área materno-infantil, logo seguido das patologias do aparelho circulatório e coração.

15 GDHS MAIS FREQUENTES - 2012

Cód.	GDH	Tipo	Descrição	N.º Doentes	Dias Internam.	Demora Média
15	629	M	Recem-nascido, peso ao nascer > 2499g, sem procedimento significativo em B.O., com diagnóstico de recém-nascido norm	2.094	5.563	2,7
14	373	M	Parto vaginal, sem diagnósticos de complicação	1.204	3.420	2,8
14	371	C	Cesariana, sem CC	405	1.752	4,3
5	105	C	Procedimentos nas válvulas cardíacas e/ou outros procedimentos cardiobracios maior, sem cateterismo cardíaco	347	4.554	13,1
5	112	C	Procedimentos cardiovasculares percutâneos, sem enfarte agudo do miocárdio, insuficiência cardíaca ou choque	308	475	1,5
14	372	M	Parto vaginal, com diagnósticos de complicação	298	1.066	3,6
4	541	M	Perturbações respiratórias, excepto infeções, bronquite ou asma, com CC maior	297	5.393	18,2
19	430	M	Psicoses	285	6.382	22,4
5	127	M	Insuficiência cardíaca e/ou choque	282	2.295	8,1
4	89	M	Pneumonia e/ou pleurisia simples, idade > 17 anos, com CC	274	3.274	11,9
5	854	C	Procedimentos cardiovasculares percutâneos, com stent eluidor de fármacos, sem enfarte agudo do miocárdio	263	384	1,5
3	55	C	Procedimentos diversos no ouvido, nariz, boca e/ou garganta	258	624	2,4
5	109	C	Bypass coronário sem angioplastia coronária percutânea transluminal, sem cateterismo cardíaco	246	2.426	9,9
1	14	M	Acidente vascular cerebral com enfarte	242	3.186	13,2
11	320	M	Infeções dos rins e/ou das vias urinárias, idade > 17 anos, com CC	241	2.461	10,2

Tipo de GDH: M- Médico / C- Cirúrgico

Fonte CHLO - Base Dados GDH

6.2.2. – BLOCO OPERATÓRIO

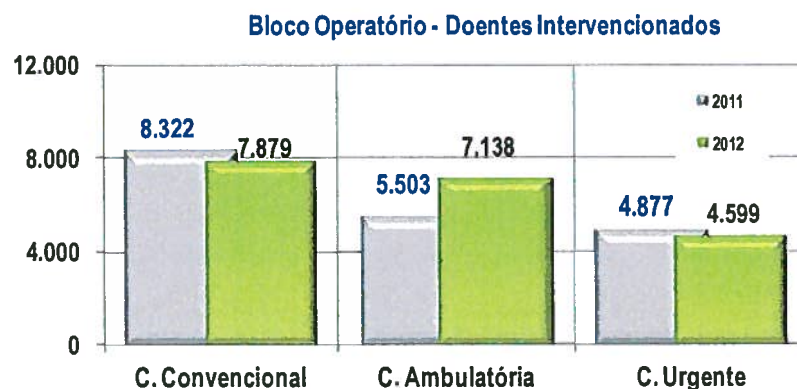
O Centro Hospitalar dispõe de três blocos operatórios centrais, o Bloco I com cinco salas, o Bloco II com sete salas e o Bloco III com cinco salas operatórias, que são utilizadas para a cirurgia convencional. No HEM, existem ainda mais quatro salas de Bloco, duas da Unidade de Cirurgia do Ambulatório (UCA) e outras duas que constituem o Bloco de Oftalmologia.

O Serviço de Urgência Geral utiliza o Bloco I.

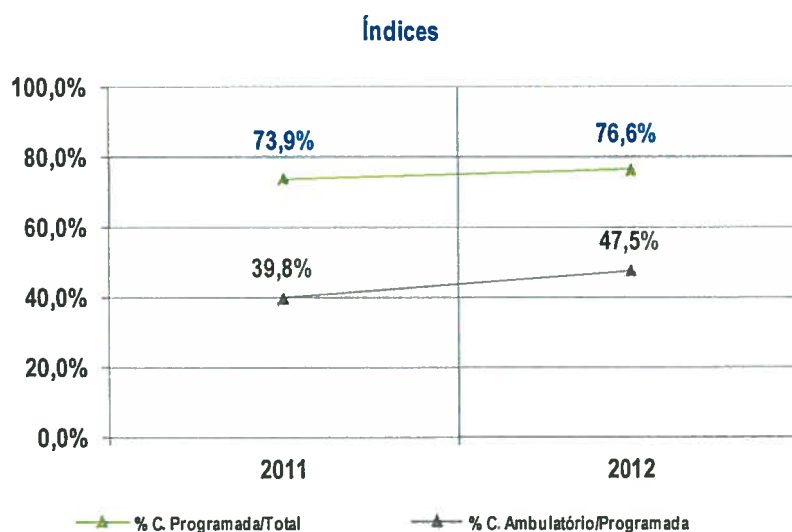
MOVIMENTO CIRÚRGICO - N.º DE DOENTES INTERVENÇIONADOS

	2011	2012	Δ%
Total Geral	18.702	19.616	4,9%
Cirurgia Convencional	8.322	7.879	-5,3%
Cirurgia Ambulatória	5.503	7.138	29,7%
Cirurgia de Urgência	4.877	4.599	-5,7%
% Cirurg Programada/Total	73,9%	76,6%	3,6%
% Cirurg Ambulatório/Programada	39,8%	47,5%	19,4%

Nota: Cirurg. Programada = C. Convencional + C. Ambulatório



No que respeita à atividade cirúrgica, o movimento do bloco com 19.616 doentes intervencionados, registou um acréscimo de 4,9% em relação ao ano anterior. Destaca-se o aumento da Cirurgia de Ambulatório que registou um acréscimo de 29,7% , principalmente pela contribuição da atividade do serviço de Dermatologia. A Cirurgia Convencional e Urgente apresentam uma diminuição de 5,3% e 5,7%, respetivamente.



A taxa de ambulatorização passou de 39,8% em 2011 para 47,5% em 2012.

A Cirurgia Programada constituiu 76,6% do movimento cirúrgico do CHLO, no ano 2012.

MOVIMENTO CIRÚRGICO POR ESPECIALIDADES

	N.º Intervenções			N.º Doentes Intervencionados		
	2011	2012	Δ%	2011	2012	Δ%
Especialidades	23.620	24.669	4,4%	18.702	19.616	4,9%
Cirurgia Geral	5.612	5.230	-6,8%	4.702	4.339	-7,7%
Cirurgia Vascular	554	584	5,4%	471	488	3,6%
Cirurgia Plástica	2.433	2.727	12,1%	1.904	2.086	9,6%
Cirurgia Cardiorrástica	1.359	1.198	-11,8%	1.150	1.005	-12,6%
Dermatologia		953			903	
Estomatologia	280	146	-47,9%	129	71	-45,0%
Ginecologia	1.007	971	-3,6%	706	713	1,0%
Obstetrícia	2.822	2.627	-6,9%	2.790	2.594	-7,0%
Neurocirurgia	1.483	1.367	-7,8%	1.379	1.260	-8,6%
Oftalmologia	4.138	4.539	9,7%	2.353	2.742	16,5%
Ortopedia	1.334	1.555	16,6%	1.072	1.051	-2,0%
Otorrinolaringologia	1.189	1.234	3,8%	913	1.131	23,9%
Urologia	1.409	1.538	9,2%	1.133	1.233	8,8%

Nota: Inclui Cirurgia Programada, Urgente e Ambulatória

Observando o movimento nos diferentes Serviços/Especialidades (doentes intervencionados), verifica-se acréscimo de produção nas especialidades de Otorrinolaringologia, com 23,9%, Oftalmologia com 16,5%, Cirurgia Plástica com 9,6% e Urologia 8,8%. Por outro lado, as especialidades cuja produção global registou um decréscimo da atividade foram a Cirurgia Cardiorrástica com -12,6%, Neurocirurgia com -8,6%, Cirurgia Geral com -7,7% e Obstetrícia com -7,0%.

6.2.3. – BLOCO DE PARTOS

O Bloco de Partos/ Urgência Obstétrica do HSF/CHLO tem 3 salas cirúrgicas dedicadas.

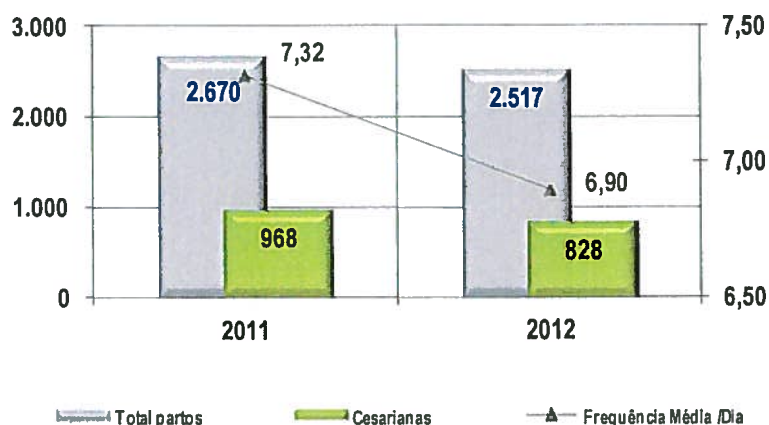
O total de partos em 2012 foi de 2.517, apresentando uma diminuição de 5,7% face a 2011, tendo-se reduzido o número médio diário de partos de 7,3 em 2011 para 6,9 em 2012.

MOVIMENTO ASSISTENCIAL E INDICADORES DE ACTIVIDADE

	2011	2012	Δ%
Partos ocorridos	2.670	2.517	-5,7%
Eutócicos	1.311	1.240	-5,4%
Distócicos	391	449	14,8%
Cesarianas	968	828	-14,5%
% Cesarianas	36,3%	32,9%	-9,3%
Frequência Média/Dia	7,32	6,90	-5,7%

Verificou-se uma redução de 5,4% de partos eutócicos e um aumento de 14,8% de partos distócicos. Com uma variação homóloga de cesarianas na ordem de -15%, verificou-se uma diminuição da respetiva taxa para 33% em relação ao total de partos (36 % em 2011).

Indicadores de Actividade - Bloco de Partos



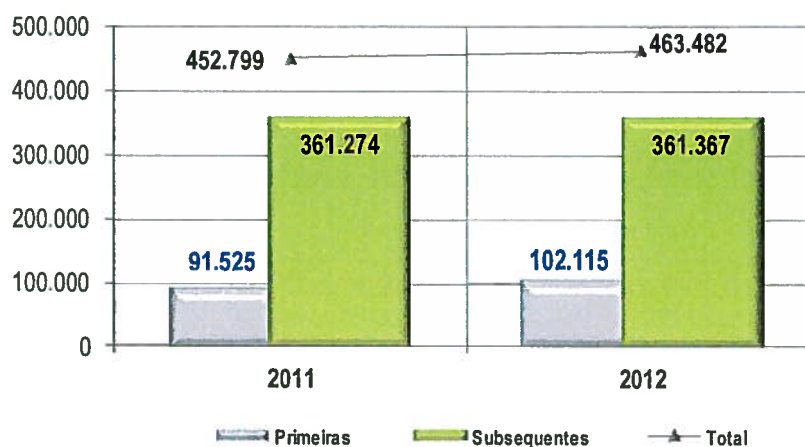
6.2.4. – CONSULTA EXTERNA

O número total de Consultas Externas realizadas em 2012 foi de 463.482, o que representa um acréscimo de 2,4% em relação ao ano de 2011. Destaca-se as primeiras consultas onde se verifica um acréscimo de 11,6%. Com efeito, o peso das primeiras no total de consultas passa de 20,2% para 22,0% em 2012.

MOVIMENTO ASSISTENCIAL E INDICADORES DE ACTIVIDADE

	2011	2012	Δ%
Consultas Externas	452.799	463.482	2,4%
Primeiras	91.525	102.115	11,6%
Subsequentes	361.274	361.367	0,0%
<i>% Primeiras/Total</i>	<i>20,2%</i>	<i>22,0%</i>	

Movimento das Consultas Externas



PRODUÇÃO DA CONSULTA EXTERNA POR ESPECIALIDADE

Especialidades	2011	2012	Δ%	Especialidades	2011	2012	Δ%
Medicina	30.049	26.566	-11,6%	Reumatologia	10.237	10.125	-1,1%
Nefrologia	19.293	20.265	5,0%	C. Plást e Reconstructiva	11.091	11.798	6,4%
Cardiologia	33.641	33.172	-1,4%	Estomatologia	8.314	9.258	11,4%
Obstetrícia	10.366	11.370	9,7%	Neurocirurgia	9.452	8.776	-7,2%
Ginecologia	8.392	7.134	-15,0%	Urologia	14.006	13.390	-4,4%
Ortopedia	15.916	15.189	-4,6%	Otorrinolaringologia	19.851	23.321	17,5%
Cirurgia Geral	31.632	30.411	-3,9%	Imunoalergologia	2.878	3.336	15,9%
Cirurgia Cardiobracica	4.298	4.144	-3,6%	Oftalmologia	31.175	32.378	3,9%
Dermatologia	2.737	11.804	331,3%	Pediatria	10.094	8.447	-16,3%
Endocrinologia	18.498	17.589	-4,9%	Anestesiologia	11.225	11.121	-0,9%
Gastroenterologia	9.007	8.854	-1,7%	Imuno-hemoterapia	2.632	2.541	-3,5%
Genética Médica	496	566	14,1%	Patologia Clínica	30.256	31.960	5,6%
Hemablogia	7.605	7.460	-1,9%	MFR	7.780	8.005	2,9%
Infeciologia	9.383	10.095	7,6%	Psiquiatria	15.910	17.959	12,9%
Neurologia	12.625	10.918	-13,5%	Pedopsiquiatria	8.136	9.712	19,4%
Oncologia Médica	23.354	23.798	1,9%	Cardiologia Pediátrica	5.860	5.764	-1,6%
Cirurgia Vascular	5.727	5.555	-3,0%	Saude Ocupacional	2.144	1.718	-19,9%
Pneumologia	8.739	8.983	2,8%				
Total Geral					452.799	463.482	2,4%

Na evolução do número de consultas por especialidade, é de salientar o aumento das consultas de Pedopsiquiatria (19,4%), de Otorrinolaringologia (17,5%), Imunoalergologia (15,9%), Psiquiatria (12,9%), Estomatologia (11,4%), Obstetrícia (9,7%) e Infeciologia (7,6%).

De salientar o aumento das consultas de Dermatologia (331,3%), que passaram de 2.737 para 11.804 consultas em 2012, em consequência da integração do Centro de Dermatologia médico-cirúrgico de Lisboa no CHLO.

Relativamente aos principais desvios negativos menciona-se que os mesmos se registaram nas especialidades de Saúde Ocupacional, Pediatria, Ginecologia, Neurologia e Medicina em 19,9%, 16,3%, 15%, 13,5% e 11,6% respetivamente.

A saída de médicos por reforma e a passagem a tempo parcial de outros, influenciou a diminuição registada.

6.2.5. – URGÊNCIA

MOVIMENTO ASSISTENCIAL E INDICADORES DE ACTIVIDADE

	2011	2012	Δ%		2011	2012	Δ%
Doentes Entrados	182.354	162.299	-11,0%	% Doentes Internados	7,5%	8,5%	1,0pp
Urgência Geral	103.431	91.515	-11,5%	Urgência Geral	9,8%	11,2%	1,4pp
Pediátrica	36.160	36.101	-0,2%	Pediátrica	2,0%	2,2%	0,2pp
Obstétrica/Ginecológica	16.987	15.530	-8,6%	Obstétrica/Ginecológica	15,9%	16,3%	0,4pp
Oftalmologia	14.151	9.715	-31,3%	Oftalmologia	0,2%	0,1%	-0,1pp
Otorrinolaringologia	11.625	9.438	-18,8%	Otorrinolaringologia	1,0%	1,4%	0,4pp
Doentes Internados	13.752	13.749	0,0%	Frequência Média / Dia	514	467	-9,1%
Urgência Geral	10.162	10.272	1,1%	Urgência Geral	283	250	-11,8%
Pediátrica	738	801	8,5%	Pediátrica	99	99	-0,4%
Obstétrica/Ginecológica	2.705	2.533	-6,4%	Obstétrica/Ginecológica	47	42	-8,8%
Oftalmologia	27	11	-59,3%	Oftalmologia	39	39	-0,6%
Otorrinolaringologia	120	132	10,0%	Otorrinolaringologia	46	37	-18,8%
TOTAL GERAL D. ENTRADOS	182.354	162.299	-11,0%				
<i>Freq. Média / Dia</i>	513,9	467,1	-9,1%				
<i>Doentes Internados</i>	13.752	13.749	0,0%				
<i>% Doentes Internados</i>	7,5%	8,5%	1,0pp				

Urgência Geral

O número total de doentes entrados em 2012 foi de 91.515, o que representa um decréscimo de 11,5% em relação a 2011 e uma frequência diária de 250 doentes.

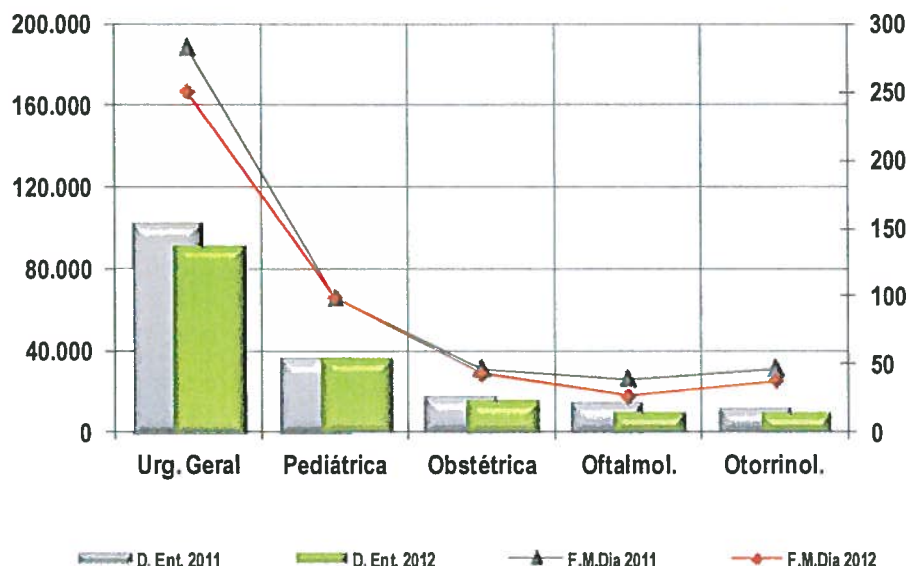
Dos 91.515 doentes entrados na Urgência Geral, 10.272 foram internados o que equivale a uma percentagem de Internamento de 11,2%.

Urgência Oftalmológica

Na Urgência Oftalmológica foram atendidos 9.715 doentes, verificando-se uma diminuição de 31,3% relativamente ao ano anterior. A funcionar de segunda a sexta-feira entre as 08.00h e as 20.00h, foram atendidos nesta Urgência de 39 doentes por dia.

Urgência de Otorrinolaringologia

Na Urgência de ORL foram atendidos 9.438 doentes, o que representa um decréscimo de 18,8% relativamente ao ano de 2011. Também funciona de segunda a sexta-feira, entre as 08.00h e as 20.00h e o número de doentes socorridos por dia foi de 37 doentes.



Urgência Pediátrica

A Urgência Pediátrica funciona diariamente entre as 09.00h e as 22.00h. Semanalmente este serviço garante ainda uma equipa na Urgência no Hospital Dona Estefânia.

No ano de 2012 foram observadas 36.101 crianças, que geraram 801 internamentos, verificando-se um ligeiro decréscimo de 0,2% no total de entradas na Urgência. A taxa de internamento situou-se em 2,2% e o número de crianças observadas na Urgência representaram um afluxo médio diário de 99 crianças.

Urgência Obstétrica/Ginecológica

Em 2012 o número de doentes observados foi de 15.530, tendo-se verificado um decréscimo de 8,6% em relação ao ano anterior. A frequência diária foi de 42 urgências.

6.2.6. – HOSPITAL DE DIA

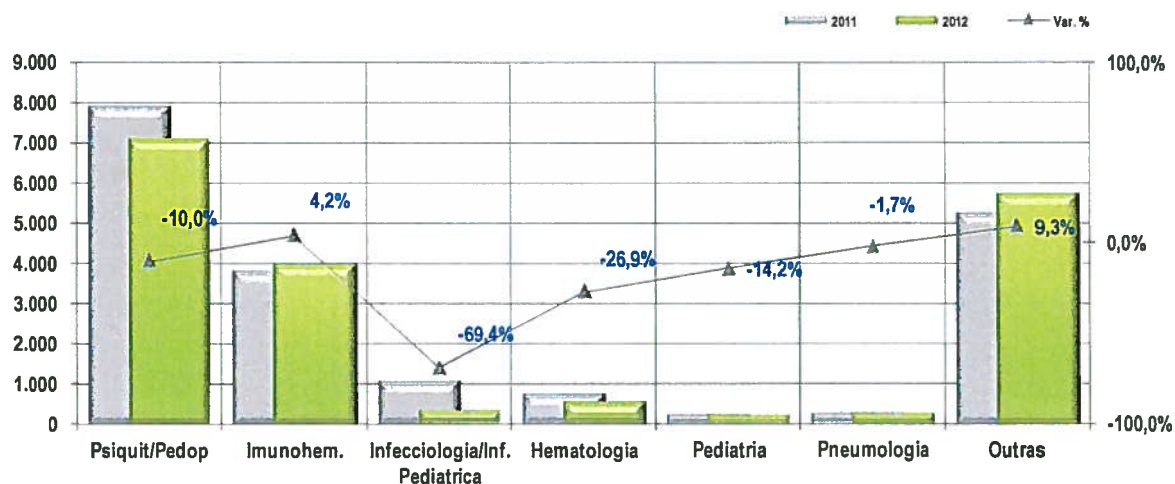
O n.º de sessões em Hospital de Dia apresenta em 2012 uma diminuição de 5,8% em relação ao período homólogo.

Verifica-se o crescimento nas sessões de Hospital de Dia de Imuno-Hemoterapia de 4,2%, e de 9,3% nas sessões de Hospital de Dia Outras, com destaque o acréscimo nas sessões de Cardiologia Pediátrica (26,6%), de Terapêuticas de Suporte (20,6%), de Gastreenterologia (13,8%) e de Cardiologia e Especialidades médicas (1,8%). Verifica-se o decréscimo de 73,9% nas sessões de Infeciologia, de 61% na Infeciologia Pediátrica, de 26,9% na Hematologia, 14,2% na Pediatria, de 10,9% na Pedopsiquiatria e de 9,5% na Psiquiatria.

HOSPITAL DE DIA

	2011	2012	Δ%
Sessões	19.202	18.085	-5,8%
Psiquiatria	5.201	4.705	-9,5%
Pedopsiquiatria	2.688	2.394	-10,9%
Imunohemoterapia	3.815	3.974	4,2%
Infeciologia	693	181	-73,9%
Infeciologia Pediátrica	369	144	-61,0%
Hematologia	740	541	-26,9%
Pediatria	219	188	-14,2%
Pneumologia	236	232	-1,7%
Outras	5.241	5.726	9,3%
<i>Cardiologia e Espec Médicas</i>	933	950	1,8%
<i>Gastreenterologia</i>	573	652	13,8%
<i>Reumatologia</i>	531	441	-16,9%
<i>Neurologia</i>	647	649	0,3%
<i>Terapêuticas Suporte</i>	2.416	2.914	20,6%
<i>Imunoalergologia</i>	47		-100,0%
<i>Cardiologia Pediátrica</i>	65	82	26,2%
<i>Cirurgia Geral</i>	22	32	45,5%
<i>Anestesia/Dor</i>	7	6	-14,3%

Movimento do Hospital de Dia



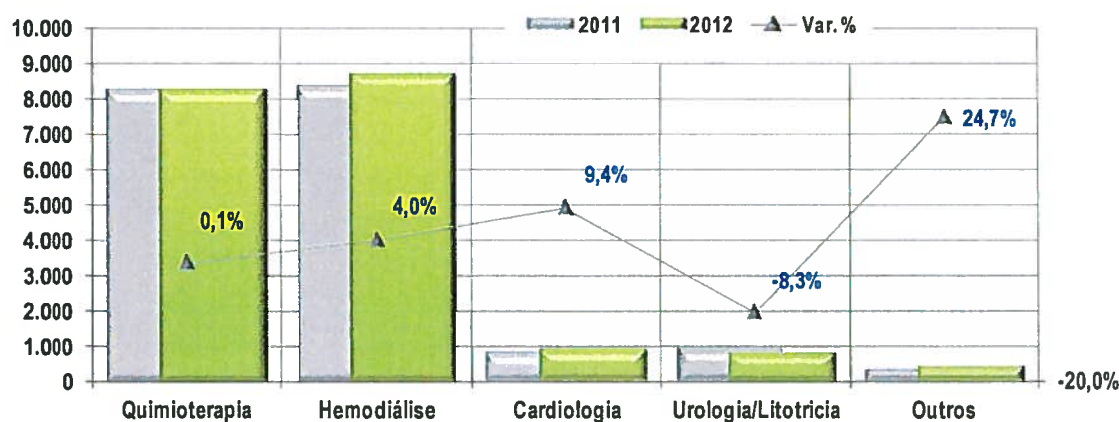
6.2.7. – GDH's MÉDICOS DE AMBULATÓRIO

O ano de 2012 regista um crescimento de 2,3 % na área dos GDH's Médicos de Ambulatório, com um total de 19.084. A Urologia/Litotricia apresenta uma redução de 8,3%, enquanto as especialidades de Cardiologia, Hemodialise, Quimioterapia registam um aumento de 9,4%, 4,0% e 0,1%, respetivamente.

GDH MÉDICOS DE AMBULATÓRIO

	2011	2012	Δ%
TOTAL	18.657	19.084	2,3%
Quimioterapia	8.250	8.262	0,1%
Hemodiálise	8.365	8.698	4,0%
Cardiologia	815	892	9,4%
Urologia/Litotricia	903	828	-8,3%
Outros	324	404	24,7%

GDH Médicos Ambulatório



6.2.8. – MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPÉUTICA

Nos Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica destacam-se, no ano de 2012, acréscimos nas Técnicas de Dermatologia (119,7%), Medicina Nuclear (79%), Técnicas Gastroenterológicas (13,3%), Técnicas Oftalmológicas (11,7%) e Técnicas de Reumatologia (9,1%). O n.º de Unidades transfundidas (Imuno-hemoterapia), as Técnicas de Urologia, Testes laboratoriais (Imuno-hemoterapia), Patologia Clínica e Medicina Física e Reabilitação são as técnicas que apresentam um decréscimo em relação ao período homologado (-22,7%, -12,5%, -9,5%, -5,6% e -5,1% respetivamente).

MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA

Especialidades	2011	2012	Δ%
Imagiologia	302.050	299.623	-0,8%
RX	162.338	154.668	-4,7%
TAC	33.229	34.049	2,5%
Ressonância Magnética	7.360	8.035	9,2%
Angiografia	1.808	1.588	-12,2%
Ecografia	32.032	34.521	7,8%
Ecodopler	4.702	5.728	21,8%
Mamografia	2.694	2.729	1,3%
Outros	12.640	13.722	8,6%
Suplementos	45.247	44.583	-1,5%
Patologia Clínica	3.183.356	3.004.115	-5,6%
Anatomia Patológica	31.322	32.230	2,9%
Imuno Hemoterapia			
Testes Laboratoriais	321.560	291.086	-9,5%
Unidades transfundidas	17.834	13.783	-22,7%
Medicina Física e Reabilitação	401.598	380.975	-5,1%
Técnicas Gastrenterológicas	16.113	18.251	13,3%
Técnicas Peumológicas	37.435	36.782	-1,7%
Técnicas Cardiológicas	71.340	72.348	1,4%
Obstetrícia/Ginecologia	13.807	14.483	4,9%
Medicina Nuclear	2.295	4.108	79,0%
Técnicas Neurológicas	1.972	2.125	7,8%
Técnicas Oftalmológicas	32.889	36.739	11,7%
Técnicas de ORL	12.147	11.798	-2,9%
Técnicas Urológicas	5.148	4.504	-12,5%
Técnicas Reumatologia	2.085	2.275	9,1%
Técnicas de Dermatologia	1.531	3.363	119,7%

6.3. DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO

6.3.1. ANÁLISE ECONÓMICA

Os Proveitos Totais no exercício de 2012, registam um decréscimo de 10,7 %, passando de 239,9 milhões em 2011 para 214,1 milhões em 2012.

Os Custos Totais verificados em 2012 atingiram os 223,9 milhões de euros, representando um decréscimo de 10,2% em relação aos valores realizados em 2011.

O Resultado Líquido na ordem dos 9,7 milhões de euros negativos apresenta uma evolução desfavorável em relação a 2011, influenciado pelos Custos Extraordinários, designadamente de exercícios anteriores.

SÍNTESE DE INDICADORES

(milhares de euros)

SITUAÇÃO ECONÓMICA	2011	2012	Δ %
Proveitos Operacionais	215.650,5	207.101,2	-4,0%
Custos Operacionais	244.728,0	216.411,9	-11,6%
Resultados Operacionais	-29.077,5	-9.310,8	68,0%
Resultado Líquido	-9.502,6	-9.746,8	-2,6%

O montante dos Proveitos Operacionais regista um decréscimo de 4,0% face ao exercício anterior, ascendendo a 207,1 milhões de euros. Para além da redução dos preços em 8%, da inexistência de verba de convergência, esta variação é, também, influenciada pela contratualização da produção programada, tendo em consideração os limites de financiamento estabelecidos em 2012, e, consequentemente, a afetação da valorização com a produção marginal.

De referir ainda o comportamento bastante favorável dos indicadores de qualidade e eficiência traduzidos pelo índice de desempenho global. O grau de cumprimento das metas estabelecidas proporcionaram os incentivos institucionais que ascenderam a 7,9 milhões de euros.

Verificou-se uma evolução bastante favorável do Resultado Operacional (+68%), passando de 29,1 milhões de euros negativos para 9,3 milhões de euros negativos, mercê do acentuado esforço no controlo e contenção de Custos Operacionais durante o ano de 2012, traduzido num decréscimo na ordem dos 11,6% face ao período anterior.

Em termos de grandes agregados, a evolução ocorrida ao nível dos proveitos sintetiza-se no quadro seguinte:

PROVEITOS TOTAIS

(euros)			
Rubrica	2011	2012	Δ%
PROVEITOS			
Proveitos Operacionais	215.650.478	207.101.174	-4,0%
Prestação de Serviços	200.416.769	195.959.038	-2,2%
Contrato Programa	190.465.109	182.799.330	-4,0%
Produção	184.037.960	174.943.473	-4,9%
Valor de Convergência + Incentivos Institucionais	6.427.149	7.855.857	22,2%
Valor de Convergência	1.702.857	0	-100,0%
Incentivos Institucionais	4.724.292	7.855.857	66,3%
Subsistemas (inclui SNS não contemplado no CP)	9.951.660	13.159.708	32,2%
Outros Proveitos Operacionais	15.233.709	11.142.136	-26,9%
Proveitos e Ganhos Financeiros	122.220	2.293.124	1776,2%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	24.161.942	4.750.201	-80,3%
TOTAL	239.934.640	214.144.498	-10,7%

O total de Proveitos atingiu 214,1 milhões de euros representando um decréscimo de 10,7%.

A Prestação de Serviços, conforme já referido anteriormente, em consequência da baixa de preços no âmbito do Contrato Programa (-8%) e também pela limitação da valorização da produção (10%, do total da produção realizada) a 10% do preço unitário no Internamento e 15% nas Consultas, o montante das Prestações de Serviços registou um decréscimo de 2,2% face ao ano anterior, passando de 200,4 milhões de euros para 196 milhões de euros.

No que diz respeito à Produção, o reconhecimento de proveitos associados a execução do Contrato Programa ascendeu a 174,9 milhões de euros. De referir que, apesar de ter registado uma variação homologa desfavorável de 4,9%, em relação ao montante previsto de 176,5 milhões de euros no Contrato Programa, apenas regista um decréscimo de 0,9%.

Os Outros Proveitos Operacionais, principalmente influenciados pela redução de faturação de medicamentos dispensados em ambulatório, registam um decréscimo de 26,9%.

A evolução verificada nos Proveitos e Ganhos Financeiros é derivada das negociações com os fornecedores em função dos significativos pagamentos efetuados, das quais resultaram descontos financeiros.

No que se refere à evolução dos custos, o quadro seguinte evidencia a evolução síntese dos diversos agregados:

CUSTOS TOTAIS

(euros)			
Rubrica	2011	2012	Δ%
CUSTOS TOTAIS			
Custos Operacionais	244.728.021	216.411.950	-11,6%
<i>Cash Costs</i>	234.283.178	206.492.716	-11,9%
Amortizações / Provisões	10.444.843	9.919.234	-5,0%
Custos e Perdas Financeiras	25.752	22.378	-13,1%
Custos e Perdas Extraordinárias	4.653.440	7.437.725	59,8%
TOTAL	249.407.212	223.872.053	-10,2%

Os Custos Operacionais totalizam 216,4 milhões de euros e, conforme já referido, registam um decréscimo de 11,6% face ao exercício anterior. Os "Cash Costs" também apresentam um decréscimo de 11,9% e os Custos Totais de 223,8 milhões de euros sofreram uma redução de 10,2% face a 2011.

A evolução dos Custos não desembolsáveis (Amortizações e Provisões) registam uma diminuição de 5% passaram de 10,4 milhões de euros para 9,9 milhões de euros.

O EBITDA regista uma evolução bastante favorável, passando de 18,6 milhões de euros negativos para 0,6 milhões de euros.

Os Resultados Líquidos negativos na ordem dos 9,7 milhões de euros negativos registam uma evolução desfavorável em relação aos 9,5 milhões de euros negativos obtidos em Dezembro de 2011, influenciados, como já referido anteriormente, pelos Custos Extraordinários respeitantes a exercícios anteriores.

A conjugação dos Proveitos e Custos antes referidos conduz aos seguintes agregados de resultados:

RESULTADOS

	2011	2012	(euros) Δ%
Resultado Operacional	-29.077.542	-9.310.776	68,0%
Resultados Financeiros	96.469	2.270.745	2253,9%
Resultados Correntes	-28.981.074	-7.040.031	75,7%
Resultados Extraordinários	19.508.502	-2.687.524	-113,8%
Resultado Líquido	-9.502.572	-9.746.813	-2,6%

Seguidamente procede-se à análise dos principais agregados de custos.

CONSUMOS

Rubrica	2011	2012	(euros) Δ%
Produtos Farmacêuticos	61.057.513	50.362.954	-17,5%
Material Consumo Clínico	31.720.026	25.789.708	-18,7%
Produtos Alimentares	123.895	76.793	-38,0%
Material Consumo Hoteleiro	462.269	382.649	-17,2%
Material Consumo Administrativo	882.885	445.294	-49,6%
Material Manutenção Conserv.	399.090	262.632	-34,2%
Outro Material Consumo	0	0	-
TOTAL	94.645.677	77.320.030	-18,3%

O Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas ascendeu em 2012 a 77,3 milhões de euros e registou uma diminuição de 18,3% em relação a 2011.

No que se refere aos Produtos Farmacêuticos e ao Material de Consumo Clínico, principais agregados do custo de materiais consumidos, representando 98,5%, verificou-se uma diminuição de 17,5% e 18,7%, respetivamente.

O total das Compras ascendeu em 2012 a 73,3 milhões de euros registando uma diminuição de 21% face ao ano anterior, conforme se evidencia no quadro seguinte:

COMPRAS

(euros)			
Rubrica	2011	2012	Δ%
Produtos Farmacêuticos	61.852.757	49.036.672	-20,7%
Material Consumo Clínico	31.691.989	25.204.431	-20,5%
Produtos Alimentares	121.479	83.041	-31,6%
Material Consumo Hoteleiro	476.190	375.911	-21,1%
Material Consumo Administrativo	866.815	372.951	-57,0%
Material Manutenção Conserv.	397.107	256.896	-35,3%
Outro Material Consumo			-
TOTAL	95.406.338	75.329.901	-21,0%

Com um comportamento semelhante aos consumos, destacam-se as compras de Produtos Farmacêuticos e o Material de Consumo Clínico que registam um decréscimo de cerca de 21 % relativamente a 2011.

CONSUMOS - PRODUTOS FARMACÊUTICOS

(euros)			
Rubrica	2011	2012	Δ%
Medicamentos	55.497.836	45.811.891	-17,5%
Reagentes e Produtos Diagnóstico	5.118.273	4.527.771	-11,5%
Outros Produtos Farmacêuticos	441.404	23.293	-94,7%
TOTAL	61.057.513	50.362.954	-17,5%

O montante dos consumos registados nos Medicamentos apresenta uma diminuição na ordem dos 17,5% ascendendo a cerca de 45,8 milhões de euros.

Os Reagentes e Outros Produtos Farmacêuticos também apresentam um decréscimo de 11,5% e 94,7% respetivamente.

COMPRAS - PRODUTOS FARMACÊUTICOS

(euros)

Rubrica	2011	2012	Δ%
Medicamentos	56.272.958	44.587.584	-20,8%
Reagentes e Produtos Diagnóstico	5.122.768	4.426.887	-13,6%
Outros Produtos Farmacêuticos	457.032	22.201	-95,1%
TOTAL	61.852.757	49.036.672	-20,7%

CONSUMOS - MEDICAMENTOS E OUTROS PRODUTOS FARMACÊUTICOS

(euros)

Rubrica	2011	2012	Δ%
Dispensa Gratuita	40.262.868	34.207.646	-15,0%
Com suporte legal	35.846.816	30.748.492	-14,2%
Sem suporte legal	4.416.052	3.459.155	-21,7%
Consumo interno	15.676.372	11.627.537	-25,8%
Internamento, Consulta, Urgência, Hospital de Dia e Outros	15.676.372	11.627.537	-25,8%
TOTAL	55.939.240	45.835.184	-18,1%

O consumo interno de Medicamentos, cujo peso nos consumos totais de Medicamentos se situa na ordem dos 25%, ascendendo a 11,6 milhões de euros, apresenta uma redução de 25,8% relativamente a 2011.

Os Medicamentos de distribuição gratuita registam uma diminuição de 15%, representando 75% dos consumos de Medicamentos.

CONSUMOS - MEDICAMENTOS CONSUMIDOS POR PATOLOGIA EM AMBULATÓRIO (euros)

	2011	2012	Δ%
Insufic. Crónicos e Transp Renais	1.906.048	1.531.142	-19,7%
HIV	17.276.236	14.822.843	-14,2%
Deficiência Hormona Crescimento	558.907	458.652	-17,9%
Síndrome Turner	30.781	20.393	-33,7%
Esclerose Lateral Amiotrófica	16.113	11.592	-28,1%
Esclerose Múltipla	2.336.569	1.822.000	-22,0%
Síndrome de Lennox-Gastaut	6.673	6.578	-1,4%
Ataxias Cerebelosas Hereditárias	0	0	-
Doentes Acromegálicos	143.007	158.376	10,7%
Profil. Rejeição Aguda Transpl. Crónico	2.582.430	2.036.504	-21,1%
Profil. Rejeição Aguda Transpl. Card. Alogénico	217.017	166.157	-23,4%
Hepatite C	729.547	532.147	-27,1%
Tuberculose e Lepra	1.105	1.128	2,1%
Patologia Oncológica	8.420.234	6.581.433	-21,8%
Planeamento Familiar	5.928	6.249	5,4%
Outras Patologias	6.032.275	6.052.452	0,3%
TOTAL	40.262.868	34.207.646	-15,0%

Nos medicamentos consumidos por patologia em ambulatório, destaca-se a disponibilização efetuada a doentes com HIV, com Patologias Oncológicas, com Profilaxia Rejeição Aguda, Esclerose múltipla, Insuficientes Crónicos e Transplantes renais, e com Outras patologias traduzindo-se em encargos de, 14,8 milhões de euros, 6,6 milhões de euros, 2,2 milhões de euros, 1,8 milhões de euros, 1,5 milhões de euros, e 6,1 milhões de euros respetivamente.

As políticas específicas de financiamento destes medicamentos de distribuição gratuita cuja despesa é inevitável, poderão aligeirar a estrutura de custos das Instituições que prestam este serviço.

CONSUMOS - MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO

(euros)

Rubrica	2011	2012	Δ%
Mat. Cons. Clínico - de Penso	513.295	463.542	-9,7%
Mat. Cons. Clínico - Artigos Cir.	2.343.268	2.058.354	-12,2%
Mat. Cons. Clínico - de Tratam.	13.428.855	11.677.013	-13,0%
Mat. Cons. Clínico - de Electrom.	210.445	236.114	12,2%
Mat. Cons. Clínico - de Laboratór.	442.655	375.681	-15,1%
Mat. Cons. Clínico - Próteses	10.106.011	6.917.075	-31,6%
Mat. Cons. Clínico - Osteosintese	1.292.258	1.254.728	-2,9%
Mat. Cons. Clínico - Outro M.C.	3.383.238	2.807.200	-17,0%
TOTAL	31.720.026	25.789.708	-18,7%

Consequência de negociações com os fornecedores, designadamente de material de consignaço, esta rubrica que representa cerca de 33,4% do total dos consumos teve uma diminuio de 18,7% face ao ano anterior.

Também nas compras de Material de Consumo Clínico podemos confirmar a reduo deste tipo de despesa.

COMPRAS - MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO

(euros)

Rubrica	2011	2012	Δ%
Mat. Cons. Clínico - de Penso	519.878	438.178	-15,7%
Mat. Cons. Clínico - Artigos Cir.	2.270.446	1.923.275	-15,3%
Mat. Cons. Clínico - de Tratam.	13.440.790	11.459.443	-14,7%
Mat. Cons. Clínico - de Electrom.	211.599	228.917	8,2%
Mat. Cons. Clínico - de Laboratór.	447.622	358.553	-19,9%
Mat. Cons. Clínico - Próteses	10.098.777	6.845.021	-32,2%
Mat. Cons. Clínico - Osteosintese	1.292.258	1.238.072	-4,2%
Mat. Cons. Clínico - Outro M.C.	3.410.619	2.712.972	-20,5%
TOTAL	31.691.989	25.204.431	-20,5%

Representando cerca de 13,1% dos Custos Totais, os Fornecimentos e Serviços Externos registam um decréscimo na ordem dos 11,2%, passando de 32,9 para 29,2 milhões de euros. Esta evolução é fundamentalmente o reflexo da redução dos Subcontratos (17,5%) e dos Fornecimentos e Serviços III (16,3%).

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

(euros)			
Rubrica	2011	2012	Δ%
Subcontratos	9.448.886	7.798.500	-17,5%
Fornecimentos e Serviços I	4.553.199	5.619.711	23,4%
Fornecimentos e Serviços II	2.892.140	2.516.574	-13,0%
Fornecimentos e Serviços III	15.828.610	13.254.344	-16,3%
Outros Fornecimentos e Serviços	187.011	50.838	-72,8%
TOTAL	32.909.845	29.239.967	-11,2%

SUBCONTRATOS

(euros)			
Rubrica	2011	2012	Δ%
Assistência ambulatoria	143.796	324.477	125,7%
Meios Compl. Diagnóstico	3.151.233	1.620.207	-48,6%
Patologia Clínica	930.258	601.647	-35,3%
Anatomia Patológica	7.548	16.133	113,7%
Imagiologia	1.164.694	469.901	-59,7%
Radiologia Convencional	827.452	12.989	-98,4%
TAC	107.122	259.512	142,3%
Ecografias	17.809	22.536	26,5%
Ressonâncias Magnéticas	191.541	171.878	-10,3%
Mamografia	3.340	2.149	-35,7%
Angiografia	17.430	837	-95,2%
Cardiologia	60.519	1.459	-97,6%
EEG	797	0	-100,0%
Medicina Nuclear	439.559	199.129	-54,7%
Gastroenterologia	97.317	44.725	-54,0%
Pneumologia	5.085	13.646	168,4%
Outros	445.457	273.567	-38,6%
Meios Compl. Terapêutica	3.835.838	3.155.835	-17,7%
Medicina Física e Reabilitação	1.887	0	-100,0%
Cuidados Respiratórios Domiciliários	349.326	227.729	-34,8%
Unidades Terapêuticas de Sangue	3.470.716	2.918.628	-15,9%
Radioterapia	0	0	-
Outros	1.690	9.478	460,9%
Internamentos	1.479.168	1.428.128	-3,5%
Transporte Doentes	497.908	424.163	-14,8%
Assistência no estrangeiro	36.564	102.489	180,3%
Outr. trab. executados no exterior	0	661.542	-
Outros subcontrats	304.380	81.660	-73,2%
TOTAL	9.448.886	7.798.500	-17,5%

A redução dos Subcontratos é originada pela diminuição de cerca de 48,6% dos Meios Complementares de Diagnóstico requisitados ao exterior, principalmente em resultado do menor recurso ao exterior no que diz respeito a exames de Imagiologia, Medicina Nuclear, Gastroenterologia e Patologia Clínica. Também a despesa de Meios Complementares de Terapêutica regista um decréscimo de 17,7%, principalmente em consequência do menor consumo de Unidades terapêuticas de Sangue.

De referir ainda a redução de 14,8% registada nos transportes e de 3,5% no recurso ao Internamento exterior.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS I

(euros)			
Rubrica	2011	2012	Δ%
Electricidade	1.549.426	1.916.100	23,7%
Combustíveis	1.636.343	2.138.836	30,7%
Água	556.674	577.593	3,8%
Ferramentas e Utensílios	11.020	7.311	-33,7%
Livros Document. Técnica	48.362	42.254	-12,6%
Material de Escritório	1.781	199	-88,8%
Rendas e Alugueres	749.591	937.418	25,1%
TOTAL	4.553.199	5.619.711	23,4%

O aumento de 23,4% nos Fornecimentos e Serviços I, tem a ver, fundamentalmente, com o custo da Eletricidade e Combustíveis, designadamente de gás (cogeração). O incremento destes consumos não traduz o valor real da despesa, pois, para além do aumento do preço da energia e da taxa do IVA (de 6% para 23%), estes custos são parcialmente faturados pelo CHLO ao SUCH.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS II

(euros)			
Rubrica	2011	2012	Δ%
Comunicação	464.800	427.005	-8,1%
Seguros	12.168	12.218	0,4%
Transp. de Mercadorias	0	3.739	-
Deslocações e Estadas	12.201	8.089	-33,7%
Honorários	2.402.971	2.065.523	-14,0%
TOTAL	2.892.140	2.516.574	-13,0%

Nos Fornecimentos e Serviços II, verifica-se um decréscimo de 13%, e destacam-se a redução de 14% nos custos com Honorários, que passam de 2,4 milhões de euros em 2011 para 2,1 milhões de euros em 2012, e de 8,1 % nos custos com Comunicação que ascenderam em 2012 a 0,43 milhões de euros.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS III

(euros)			
Rubrica	2011	2012	Δ%
Contencioso Notariado	63.444	59.385	-6,4%
Conserv. e Reparação	5.071.263	4.698.004	-7,4%
Public. e Propaganda	43.746	12.548	-71,3%
Limp., Higiene e Conforto	2.800.930	2.534.960	-9,5%
Vigilância e Segurança	1.212.970	1.116.802	-7,9%
Trab. Especializ. - Informática	167.717	57.146	-65,9%
Trab. Especializ. - Alimentação	2.485.070	2.515.887	1,2%
Trab. Especializ. - Lavandaria	636.107	633.756	-0,4%
Trab. Especializ. - Serv. Tecn. RH	2.130.507	1.151.946	-45,9%
Outros Trab. Especializ.	1.216.857	473.912	-61,1%
TOTAL	15.828.610	13.254.344	-16,3%

Os Fornecimentos e Serviços III registaram um decréscimo de 16,3%, passando de 15,8 para 13,3 milhões de euros. Para o efeito, contribuíram a redução nos Trabalhos Especializados, designadamente, Serviços Técnicos Recursos Humanos -45,9% e Outros Trabalhos Especializados -61,1%. De referir ainda a poupança verificada nas rubricas Conservação e Reparação, Limpeza, Higiene e Conforto, Vigilância e Segurança e, com -7,4%, -9,5% e -7,9%, respetivamente.

DESPESAS COM PESSOAL

(euros)			
Rubrica	2011	2012	Δ%
Remunerações Órgãos Direcção	308.294	292.891	-5,0%
Remunerações Base do Pessoal	64.657.842	62.656.887	-3,1%
Suplementos de Remunerações	17.573.355	15.205.731	-13,5%
Prestações Sociais Directas	141.154	90.999	-35,5%
Subsídios de Férias e Natal	6.532.034	5.531.314	-15,3%
Pensões	936.081	216.345	-76,9%
Encargos sobre Remunerações	15.422.198	15.024.072	-2,6%
Seguros e Acidentes de Trabalho	388.330	371.967	-4,2%
Encargos Sociais Voluntários	333.183	245.884	-26,2%
Outros Custos com Pessoal	264.169	178.524	-32,4%
TOTAL	106.556.640	99.814.615	-6,3%

As Despesas com o Pessoal que representam 44,59% dos Custos Totais tiveram uma redução de 6,3% face ao ano anterior. De salientar a influência da redução de 15,3% do valor dos Subsídios de Férias e de Natal.

Destaca-se ainda evolução favorável das rubricas de maior peso: Remunerações Base de Pessoal -3,1% e Suplementos de Remunerações -13,5%.

ENCARGOS COM O DECRETO LEI 62/79

(euros)			
Rubrica	2011	2012	Δ%
1 - Ordenados e Salários (a)	64.966.136	62.949.778	-3,1%
2 - Horas Extraordinárias	7.249.493	5.663.642	-21,9%
3 - Prevenções	1.921.665	1.522.638	-20,8%
4 - Noites e Suplementos	3.397.165	3.265.084	-3,9%
5 - Decreto Lei 62/79 - (2)+(3)+(4)	12.568.323	10.451.365	-16,8%
% DL 62/79/Ord. e Salários - (5)/(1)	19,3%	16,6%	

(a) Inclui c/ 641- Remuneração dos órgãos directivos

De acordo com as disposições legais estabelecidas, os encargos com remunerações suplementares ascenderam a 10,5 milhões de euros e registaram um decréscimo de 16,8 %. Apresentando todas as rubricas uma redução relativamente a 2011.

DECRETO LEI 62/79 - DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOS PROFISSIONAIS

(euros)

Rubrica	2011	2012	Δ%
1 - Ordenados e Salários	64.966.136	62.949.778	-3,1%
Médicos	24.110.443	23.835.647	-1,1%
Enfermeiros	21.267.918	20.386.076	-4,1%
Outro Pessoal ^(a)	19.587.775	18.728.055	-4,4%
2 - Horas Extraordinárias	7.249.493	5.663.642	-21,9%
Médicos	6.673.800	5.277.938	-20,9%
Enfermeiros	184.188	125.740	-31,7%
Outro Pessoal	391.506	259.964	-33,6%
3 - Prevenções	1.921.665	1.522.638	-20,8%
Médicos	1.214.299	963.821	-20,6%
Enfermeiros	417.437	333.948	-20,0%
Outro Pessoal	289.928	224.869	-22,4%
4 - Noites e Suplementos	3.397.165	3.265.084	-3,9%
Médicos	539.587	729.902	35,3%
Enfermeiros	1.835.745	1.709.879	-6,9%
Outro Pessoal	1.021.833	825.303	-19,2%
5 - Decreto Lei 62/79 - (2)+(3)+(4)	12.568.323	10.451.365	-16,8%
Médicos	8.427.686	6.971.661	-17,3%
Enfermeiros	2.437.371	2.169.568	-11,0%
Outro Pessoal	1.703.267	1.310.136	-23,1%
6 - % Dec Lei 62/79 nos ordenados			
Médicos	35,0%	29,2%	
Enfermeiros	11,5%	10,6%	
Outro Pessoal	8,7%	7,0%	

(a) Inclui c/ 641 - Remuneração dos órgãos directivos

Os médicos foram o grupo profissional que maior peso teve nos custos com Horas Extraordinárias, auferindo cerca de 93% do seu valor total, tendo registado uma diminuição de 21,9% face ao ano de 2011.

Nas Prevenções, em que o encargo gerado pelos médicos atinge 63,3% do total despendido com este tipo de remuneração, verificou-se uma redução de cerca de 21%.

A rubrica Noites e Suplementos regista um decréscimo na ordem dos 4% em relação a 2011 e é o pessoal de enfermagem que gera o maior encargo que atinge os 52% do total deste tipo de remuneração.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

(euro s)

Rubrica	2011	2012	Δ%
Atividade Hospitalar			
Prestações de Serviços			
Internamento	94.944.990	86.224.472	-9,2%
Consulta Externa	52.737.613	53.265.259	1,0%
Urgência	21.763.496	17.492.403	-19,6%
Hospital de Dia	2.171.108	1.651.375	-23,9%
Meios Complem. de Diag. e Terap.	6.793.318	6.514.759	-4,1%
Taxas Moderadoras	1.922.204	3.913.182	103,6%
Outras Prestações de Serviços de Saúde			
GDH Ambulatório	11.820.326	17.852.118	51,0%
GDH Cirúrgicos	8.149.104	12.795.077	57,0%
GDH Médicos	3.671.222	5.057.040	37,7%
Programas verticais	903.810	371.755	-58,9%
Outras Prestações de Serviços de Saúde	842.222	805.372	-4,4%
Outras Prestações de Serviços	90.534	7.942	-91,2%
Sub-total	193.989.620	188.103.181	-3,0%
Valor de Convergência	1.702.857		-100,0%
Incentivos Institucionais	4.724.292	7.855.857	66,3%
TOTAL	200.416.769	195.959.038	-2,2%

Conforme já referido anteriormente, em consequência da baixa de preços (-8%) e da limitação do financiamento no âmbito do Contrato Programa, com repercussão na valorização da produção realizada, o montante das Prestações de Serviços registou um decréscimo de 2,2% face ao ano anterior, passando de 200,4 milhões de euros para cerca de 196 milhões de euros em 2012.

O Internamento que representa 44% do total das Prestações de Serviço, regista uma redução de faturação na ordem de 9,2%. A Consulta Externa com um peso de 27% no total das Prestações de Serviço e com um aumento de 1% face ao ano de 2011, reflete a tendência de crescimento da sua produção no respetivo volume de faturação.

O Hospital de Dia, a Urgência e os Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica, registaram um decréscimo de 23,9%, 19,6% e 4,1% respetivamente.

Nas outras Prestações de Serviços destaca-se o acréscimo de 57% nos GDH's Cirúrgicos de Ambulatório, em função da integração do Centro de Dermatologia médico-cirúrgico no CHLO.

A valorização da produção associada ao Contrato Programa, que inclui Outros Proveitos Operacionais, ascende a 190,5 milhões de euros correspondendo a uma taxa de execução na ordem dos 99,2 %.

O montante global do Contrato Programa celebrado com a ACSS para 2012 ascendeu a 191,9 milhões de euros incluindo incentivos institucionais.

6.3.2. ANÁLISE FINANCEIRA

RUBRICAS DO BALANÇO

(milhares de euros)

	2011	2012	Δ %
Activo Total Líquido	230.220,4	159.737,5	-30,6%
Imobilizado Líquido	77.735,3	69.525,0	-10,6%
Activo Circulante Líquido	152.485,1	90.212,5	-40,8%
Existências Líquidas	10.824,7	8.812,2	-18,6%
Créditos curto prazo	89.906,1	56.070,2	-37,6%
Disponibilidades	18.916,4	11.621,7	-38,6%
Acréscimos e Diferimentos			
Acréscimos de proveitos	32.830,7	13.705,0	-58,3%
Custos diferidos	7,2	3,4	-52,5%
Fundos Próprios	40.313,8	30.637,3	-24,0%
Passivo	189.906,6	129.100,2	-32,0%
Provisões	4.354,5	5.186,8	19,1%
Passivo de curto prazo	175.698,6	109.769,2	-37,5%
Acréscimos e Diferimentos			
Acréscimos de custos	11.285,2	16.775,1	48,6%
Proveitos diferidos	2.922,8	2.556,0	-12,6%

O total do Ativo Líquido atingiu, em 2012 o montante de 159,7 milhões de euros, registando uma diminuição de 30,6% relativamente a 31 de Dezembro de 2011.

O Ativo Circulante Líquido teve uma diminuição de 40,8%, resultante da diminuição dos créditos de curto prazo (37,6%) e diminuição das disponibilidades (38,6%).

O Passivo de Curto Prazo apresenta um decréscimo de 37,5%, consequência da diminuição do prazo médio de pagamentos a fornecedores.

BALANÇOS COMPARADOS - ACTIVO

(euros)

	2012		2011		Δ %
	Valor	% Aplic	Valor	% Aplic	2012-2011
ACTIVO					
IMOBILIZADO					
Imobilizado Incorpóreo Bruto	1.148.888,04	0,7%	1.148.888,04	0,5%	0,0%
Amortizações Acumuladas	1.148.888,04		1.148.888,04		0,0%
Imobilizado Incorpóreo Líquido	0,00	0,0%	0,00	0,0%	
Imobilizado Corpóreo Bruto	177.363.685,90	111,0%	178.206.778,14	77,4%	-0,5%
Imobilizado Corpóreo	176.709.419,68	110,6%	177.632.580,13	77,2%	-0,5%
Imobilizado em Curso corpóreo	654.266,22	0,4%	574.198,01	0,2%	13,9%
Amortizações Acumuladas	107.838.640,85		100.471.442,45		7,3%
Imobilizado Corpóreo Líquido	69.525.045,05	43,5%	77.735.335,69	33,8%	-10,6%
Total de imobilizado bruto	178.512.573,94	111,8%	179.355.666,18	77,9%	-0,5%
Total de Amortizações acumuladas	108.987.528,89		101.620.330,49		7,2%
Total de imobilizado Líquido	69.525.045,05	43,5%	77.735.335,69	33,8%	-10,6%
EXISTÊNCIAS					
Matérias-primas, subsid. e consumo	9.092.404,69	5,7%	11.029.839,40	4,8%	-17,6%
Provisões p/ depreciação de existências	280.161,61		205.138,51		36,6%
Total das existências Líquidas	8.812.243,08	5,5%	10.824.700,89	4,7%	-18,6%
CREDITOS A TERCEIROS - Curto prazo					
Clientes	44.786.973,79	28,0%	70.356.739,78	30,6%	-36,3%
Clientes e utentes cobrança duvidosa	5.977.136,73	3,7%	6.698.310,78	2,9%	-10,8%
Adiantamentos a fornecedores	460.696,84	0,3%	193.739,71	0,1%	137,8%
Estado e outros entes públicos	602.842,62	0,4%	501.449,07	0,2%	20,2%
Outros devedores	10.303.198,63	6,5%	18.216.560,48	7,9%	-43,4%
Provisões p/ Clientes Cob. Duvidosa	6.060.651,89		6.060.651,89		0,0%
Total Créditos Curto Prazo	56.070.196,72	35,1%	89.906.147,93	39,1%	-37,6%
Títulos Negociáveis	0,00	0,0%	0,00	0,0%	
Contas no Tesouro	10.563.439,70	6,6%	18.713.260,97	8,1%	-43,6%
Depósitos em instituições financeiras	1.041.098,96	0,7%	200.614,94	0,1%	419,0%
Caixa	17.122,94	0,0%	2.522,10	0,0%	578,9%
Total de Disponibilidades	11.621.661,60	7,3%	18.916.398,01	8,2%	-38,6%
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
Acréscimos de proveitos	13.704.968,97	8,6%	32.830.660,79	14,3%	-58,3%
Custos diferidos	3.404,02	0,0%	7.163,62	0,0%	-52,5%
Total acréscimos e diferimentos	13.708.372,99	8,6%	32.837.824,41	14,3%	-58,3%
TOTAL DO ACTIVO	159.737.519,44	100,0%	230.220.406,93	100,0%	-30,6%

BALANÇOS COMPARADOS - FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

(euros)

	2012		2011		Δ %
	Valor	% Aplic	Valor	% Aplic	2012-2011
FUNDO PATRIMONIAL					
Fundo Patrimonial	126.860.000,00	79,4%	126.860.000,00	55,1%	0,0%
Reservas	45.330.439,90	28,4%	45.260.140,92	19,7%	0,2%
Resultados Transitados	-131.806.345,97	-82,5%	-122.303.774,23	-53,1%	7,8%
Resultado Líquido do Exercício	-9.746.812,89	-6,1%	-9.502.571,74	-4,1%	2,6%
Total de Fundo Patrimonial	30.637.281,04	19,2%	40.313.794,95	17,5%	-24,0%
PASSIVO					
Dívidas a Terceiros M/L Prazo	0,00	0,0%	0,00	0,0%	
Provisões para outros riscos e encargos	5.186.828,85	3,2%	4.354.477,45	1,9%	19,1%
Adiantamentos de clientes	1.292.568,00	0,8%	27.192,76	0,0%	4653,4%
Fornecedores c/c	74.574.349,52	46,7%	133.374.147,27	57,9%	-44,1%
Fornecedores - Facturas recepção e conferência	1.628.708,69	1,0%	8.196.291,04	3,6%	-80,1%
Dívidas a instituições de crédito	0,00	0,0%	0,00	0,0%	
Fornecedores de imobilizado c/c	676.728,86	0,4%	2.067.641,80	0,9%	-67,3%
Estado e outros entes públicos	2.905.739,42	1,8%	3.084.682,24	1,3%	-5,8%
Outros credores	23.504.247,99	14,7%	24.594.122,67	10,7%	-4,4%
Total de Débitos de curto prazo	104.582.342,48	65,5%	171.344.077,78	74,4%	-39,0%
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
Acréscimos de custos	16.775.105,23	10,5%	11.285.213,88	4,9%	48,6%
Proveitos diferidos	2.555.961,84	1,6%	2.922.842,87	1,3%	-12,6%
Total acréscimos e diferimentos	19.331.067,07	12,1%	14.208.056,75	6,2%	36,1%
TOTAL PASSIVO	129.100.238,40	80,8%	189.906.611,98	82,5%	-32,0%
TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	159.737.519,44	100,0%	230.220.406,93	100,0%	-30,6%

APLICAÇÕES DE FUNDOS

ORIGENS DE FUNDOS

(milhares de euros)

	2011	2012	Δ%		2011	2012	Δ%
Activo Fixo				Capital Próprio			
Imobilizado líquido	77.735,3	69.525,0	-10,6%	Fundo Patrimonial	43.229,5	33.189,8	-23,2%
Activo Circulante	152.477,9	90.209,1	-40,8%	Capital Alheio			
Existências	10.824,7	8.812,2	-18,6%	Exigível de curto prazo	186.983,8	126.544,3	-32,3%
Realizável a curto prazo	122.736,8	69.775,2	-43,2%				
Disponível	18.916,4	11.621,7	-38,6%				
Total aplicações	230.213,2	159.734,1	-30,6%	Total Origens	230.213,2	159.734,1	-30,6%

O Ativo Imobilizado Líquido sofreu um decréscimo de 10,6% devido ao facto do valor das aquisições do exercício não serem suficientes para compensar as Amortizações do exercício.

O Ativo Realizável a curto prazo apresenta um decréscimo de 43,2% devido ao agravamento dos créditos a receber a curto prazo.

O Ativo Disponível reduziu 38,6% resultante da diminuição do montante das Disponibilidades.

O Exigível a Curto Prazo apresenta um decréscimo de 32%, proveniente da diminuição do Prazo Médio de Pagamento (de 412 para 283 dias).

RÁCIOS

	2011	2012
Rátios de Liquidez		
. Liquidez Geral	0,82	0,71
. Liquidez Reduzida	0,76	0,64
. Liquidez Imediata	0,10	0,09
Rátios de Autonomia Financeira, Solvabilidade e Endividamento		
. Autonomia Financeira	0,19	0,21
. Solvabilidade	1,23	1,26
. Endividamento	0,81	0,79
Prazo Médio (dias)		
. Pagamento	412	283
Equilíbrio Financeiro		
. Fundo Manéio	-34.505,9	-36.335,2

Da análise aos rácios financeiros, é de realçar o seguinte:

- Os rácios de liquidez registam um decréscimo generalizado, com valores inferiores à unidade, situação que advém, em grande parte, da exigência da aplicação em 2012 da Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso;
- O rácio da Autonomia Financeira mostra que o capital próprio financiou 18% e 19% do Ativo Total em 2011 e 2012, respetivamente;
- A Solvabilidade mostra um aumento o que revela que ainda existem ativos suficientes para liquidar o Passivo Exigível;
- O grau de Endividamento evidencia que o Passivo Exigível representa 82% e 81% do total do Ativo Líquido em 2011 e 2012, respetivamente.
- O Fundo de Maneio indica que em 2011 não existiam Capitais Permanentes suficientes para financiarem os Ativos Circulantes. Em 2012 a situação manteve-se.

6.3.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

(euros)			
Designação	Orçamento 2012	Real 2012	Δ%
CUSTOS	222.072.759	223.872.053	0,8%
CMVMC(Consumos)	81.864.922	77.320.030	-5,6%
Fornecimentos e Serviços Externos	29.651.275	29.239.967	-1,4%
Custos c/ Pessoal	98.381.628	99.814.615	1,5%
Outros Custos	12.174.934	17.497.440	43,7%
Custos Operacionais Cash	210.050.028	206.492.716	-1,7%
Custos Operacionais	219.547.007	216.411.950	-1,4%
PROVEITOS	211.550.028	214.144.498	1,2%
Vendas/Prestação de Serviços	198.505.103	195.959.038	-1,3%
Outros Proveitos	13.044.925	18.185.460	39,4%
RESULTADOS OPERACIONAIS	-9.496.979	-9.310.776	2,0%
EBITDA	0	608.458	
RESULTADO LIQUIDO	-10.522.731	-9.746.813	7,4%

O montante total dos Custos em 2012, influenciado pelos Custos Extraordinários, designadamente de exercícios anteriores, apresenta uma taxa de execução de 100,8%, traduzindo um desvio desfavorável de 0,8% em relação ao previsto no orçamento.

A realização dos Proveitos superou os valores orçamentados em 1,2%.

Do acentuado esforço no controlo e contenção de custos, resultou um desvio favorável na ordem de 1,7% nos Custos Operacionais Cash e de 1,4% no total de Custos Operacionais face ao orçamentado.

A taxa de execução dos valores orçamentados para os Consumos registou um desvio favorável na ordem de 5,6%.

Em relação aos Fornecimentos e Serviços Externos também verificou ter-se conseguido despende um montante inferior de 1,4% em relação ao previsto.

Nas Despesas com Pessoal, o imperativo legal da especialização do Subsídio de Férias a pagar em 2013, conduziu a um desvio desfavorável de 1,5% em relação aos valores orçamentados. Expurgando este movimento, esta rubrica apresenta uma taxa de execução orçamental de 97% e por conseguinte um desvio favorável de 3%.

Na Prestação de Serviços destaca-se a valorização da produção associada ao Contrato Programa que ascende a 182,8 milhões de euros correspondendo a uma taxa de execução na ordem dos 99,2 %.

De referir ainda que o montante do EBITDA, orçamentado para o ano de 2012 em valor nulo, ascendeu a 0,6 milhões de euros..

Os Resultados Operacionais e os Resultados Líquidos, ainda que influenciados pelos condicionalismos consequentes das situações reportadas anteriormente, apresentam uma evolução, face ao previsto, favorável, registando os montantes de -9,3 milhões de euros e -9,7 milhões de euros respetivamente (Orçamento: -9,5 milhões de euros e -10,5 milhões de euros)

6.3.4. INVESTIMENTO

O Investimento total realizado em 2012 não chega a apresentar 1 milhão de euros, com um decréscimo de 87% em relação a 2011, em virtude das limitações impostas pela Tutela.

INVESTIMENTO

(euros)

	2011		2012		Δ %
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	
Imobilizado Corpóreo	2.213.734	35,4%	698.775	85,8%	-68,4%
Edifícios e Outras construções	452.992	7,2%	391.995	48,1%	-13,5%
Equipamento Básico	1.290.439	20,6%	287.825	35,3%	-77,7%
Médico-Cirúrgico	617.591	9,9%	184.131	22,6%	-70,2%
de Imagiologia	285.737	4,6%	11.993	1,5%	-95,8%
de Laboratório	27.914	0,4%	8.872	1,1%	-68,2%
Mobiliário Hospitalar	206.852	3,3%	2.903	0,4%	-98,6%
Desinfecção e esterilização	4.103	0,1%	240	0,0%	-94,2%
de Hotelaria	68.424	1,1%	3.129	0,4%	-95,4%
Outro	79.819	1,3%	76.558	9,4%	-4,1%
Equipamento de transporte	0	0,0%	1.216	0,1%	-
Ferramentas e Utensílios de desgaste rápido	0	0,0%	0	0,0%	-
Equipamento Administrativo	342.849	5,5%	5.294	0,6%	-98,5%
Equipamento Informático	127.455	2,0%	12.445	1,5%	-90,2%
Taras e Vasilhame	0	0,0%	0	0,0%	-
Outras	0	0,0%	0	0,0%	-
Imobilizado em Curso corpóreo	4.045.854	64,6%	115.640	14,2%	-97,1%
Imobilizado Incorpóreo	0	0,0%	0	0,0%	-
Despesas de instalação	0	0,0%	0	0,0%	-
Despesas investigação e desenvolvimento	0	0,0%	0	0,0%	-
TOTAL INVESTIMENTO	6.259.588	100,0%	814.415	100,0%	-87,0%

Destaca-se o investimento de 391.995 euros (48,1%) na maioria relativo às obras de adaptação do edifício do HEM para receber o Departamento de Psiquiatria que estava instalado na Ajuda e, bem como, 184.131 euros de equipamento médico-cirúrgico (22,6%).

6.4. RECURSOS HUMANOS

No final do ano 2011 o Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, com o objetivo de conseguir o máximo benefício dos recursos humanos disponíveis, visando uma cobertura mais eficiente dos serviços, implementou algumas medidas de contenção de Custos com Pessoal, nomeadamente:

- Ao nível dos horários de trabalho do pessoal médico, com a sua reorganização sendo que, obrigatoriamente, 12 horas do horário normal teriam de ser incluídas em contexto de urgência interna/externa;
- Início da Urgência Interna em todos os serviços clínicos a partir das 20Horas.

Estas medidas tiveram influência na rubrica de trabalho extraordinário tendo o CHLO atingido uma redução, no final do ano 2011 de 14,7%, e no final de 2012 de 21,7%, registando-se no acumulado dos dois anos cerca de 36,2% de redução.

6.4.1. EVOLUÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS

6.4. RECURSOS HUMANOS

6.4.1. EVOLUÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS

No final do Ano 2012, o Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE, contava com 4.058 trabalhadores tendo registado uma redução de 145 elementos relativamente ao ano anterior, correspondendo a um decréscimo de 3,4%.

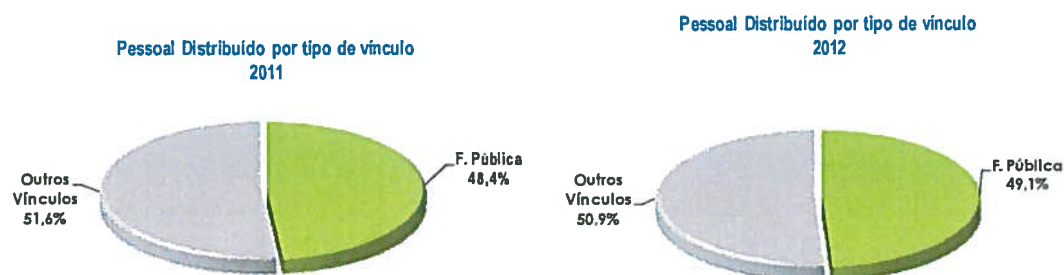
GRUPOS PROFISSIONAIS POR VÍNCULO

Grupos de Pessoal	2011				2012				Δ%			
	F. Púb.	C. I. T.	P. S.	Total	F. Púb.	C. I. T.	P. S.	Total	F. Púb.	C. I. T.	P. S.	Total
Dirigente	19	6		25	5	17		22	-74%	183%		-12,0%
Médico	583	214	96	893	647	196	90	933	11%	-8%	-6%	4,5%
Téc. Sup. Saúde	25	11		36	23	11		34	-8%	0%		-5,6%
Téc. Superior	23	63	1	87	25	54	1	80	9%	-14%	0%	-8,0%
Enfermagem	560	760	33	1353	523	733	33	1289	-7%	-4%	0%	-4,7%
Informática	5	8		13	5	8		13	0%	0%		0,0%
Docente	1	2	1	4	1	1	1	3	0%	-50%		-25,0%
Téc. Diag. Terap.	194	118	27	339	192	119	24	335	-1%	1%	-11%	-1,2%
Assistente Técnico	134	319		453	126	307		433	-6%	-4%		-4,4%
Assistente Operacional	492	503		995	445	465		910	-10%	-8%		-8,5%
Religioso		3		3		3	2	5		0%		66,7%
Outro Pessoal			2	2		1		1	100%	100%		-50,0%
TOTAL	2.036	2.007	160	4.203	1.992	1.915	151	4.058	-2%	-5%	-6%	-3,4%

Obs: Não inclui médicos do Internato em estágio no CHLO

Os grupos profissionais que mais contribuíram para esta redução foram o de Assistente Operacional e Enfermagem, com menos 85 e 64 elementos, respetivamente.

Verifica-se, tal como em anos anteriores, a concentração do maior número de efetivos, nos grupos de pessoal de Enfermagem, Médicos e Assistente Operacional, que representam cerca de 77% do total de profissionais do CHLO.



Em matéria de regime jurídico de emprego, 1.992 colaboradores detêm uma relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato em funções públicas, que representa 49,1% do total de colaboradores, e 2.066 são abrangidos por outros tipos de vínculo, nomeadamente contratos individuais de trabalho e prestações de serviço em nome individual.

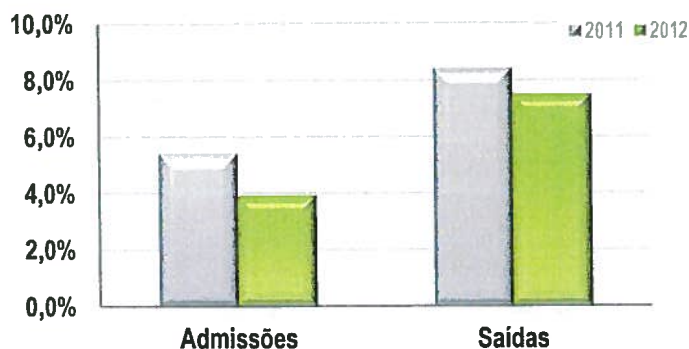
Mantém-se a tendência do ano anterior, verificando-se uma redução nos efetivos com Contrato em Funções Públicas assim como no pessoal com regime de Contrato Individual de Trabalho.

6.4.2. MOBILIDADE DE PESSOAL

O quadro seguinte possibilita analisar a mobilidade, por grupos profissionais:

MOBILIDADE DE PESSOAL

Grupos Profissionais	Saídas		Δ%	Admissões		Δ%
	2011	2012		2011	2012	
Dirigente	2	2	0,0%			0,0%
Médico	156	129	-17,3%	171	112	-34,5%
Téc. Sup. Saúde	2	2	0,0%		1	0,0%
Téc. Superior	11	8	-27,3%	4		-100,0%
Enfermagem	63	82	30,2%	23	37	60,9%
Informática			0,0%			0,0%
Docente			0,0%			
Téc. Diag. Terap.	11	5	-54,5%	1	4	300,0%
Assistente Técnico	24	16	-33,3%	2	1	-50,0%
Assistente Operacional	85	60	-29,4%	25	4	-84,0%
Outro Pessoal			0,0%			0,0%
TOTAL GERAL	354	304	-14,1%	226	159	-29,6%
% Admissões				5,4%	3,9%	-27,1%
% Saídas				8,4%	7,5%	-11,1%



Analisando os dados referentes à mobilidade de pessoal, verificamos que o número de saídas é superior ao número de admissões pelo que os efetivos vêm diminuindo.

Quanto às saídas verificou-se um menor número destas situações relativamente ao ano 2011, -14,1%. No que se refere às admissões, registou-se um decréscimo de 29,6%, sendo que o grupo de pessoal em formação pré-carreira, médicos internos, representam, nas admissões em 2012 cerca de 70% do total destas.

6.4.3. ABSENTISMO

No período de 2011/2012, verificou-se uma diminuição dos dias de absentismo em todos os grupos profissionais exceto no pessoal de informática.

A taxa de absentismo do CHLO foi, em 2012, de 7,2%, tendo-se verificado uma redução relativamente à taxa de absentismo de 2011 de 29,0%. Os grupos de pessoal de Assistente Operacional, Assistente Técnico, Enfermagem e Médico, foram os que mais contribuíram para esta diminuição percentual.

Em 2012, os motivos de ausência que mais contribuíram para a taxa de absentismo verificada foram a "Doença" e "Maternidade/Paternidade", correspondendo a cerca de 77% do total de faltas.

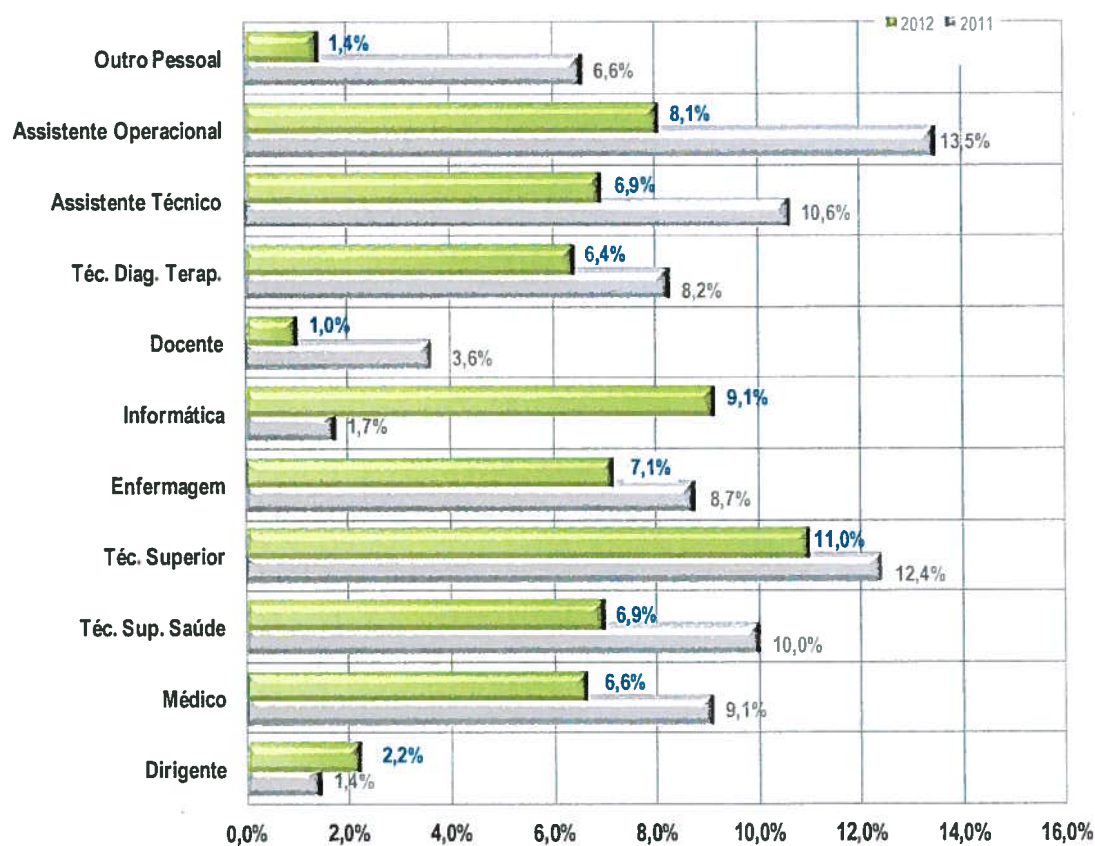
ABSENTISMO POR GRUPOS PROFISSIONAIS

Grupos de Pessoal	Dias de Ausência			Tx de Absentismo		
	2011	2012	Δ%	2011	2012	Δ%
Dirigente	89	121	36,0%	1,4%	2,2%	54,5%
Médico	18.030	13.906	-22,9%	9,1%	6,6%	-27,1%
Téc. Sup. Saúde	896	587	-34,5%	10,0%	6,9%	-30,6%
Téc. Superior	2.658	2.156	-18,9%	12,4%	11,0%	-11,7%
Enfermagem	28.634	22.333	-22,0%	8,7%	7,1%	-18,0%
Informática	56	295	426,8%	1,7%	9,1%	426,8%
Docente	27	5	-81,5%	3,6%	1,0%	-72,2%
Téc. Diag. Terap.	6.392	4.941	-22,7%	8,2%	6,4%	-22,5%
Assistente Técnico	11.952	7.465	-37,5%	10,6%	6,9%	-34,7%
Assistente Operacional	33.372	18.258	-45,3%	13,5%	8,1%	-40,2%
Outro Pessoal	49	14	-71,4%	6,6%	1,4%	-78,6%
TOTAL	102.155	70.081	-31,4%	10,1%	7,2%	-29,0%

Taxa de Absentismo =

*Nº de Faltas / (Dias de Trabalho * Nº de Efectivos) * 100*

Taxa de Absentismo 2011/2012



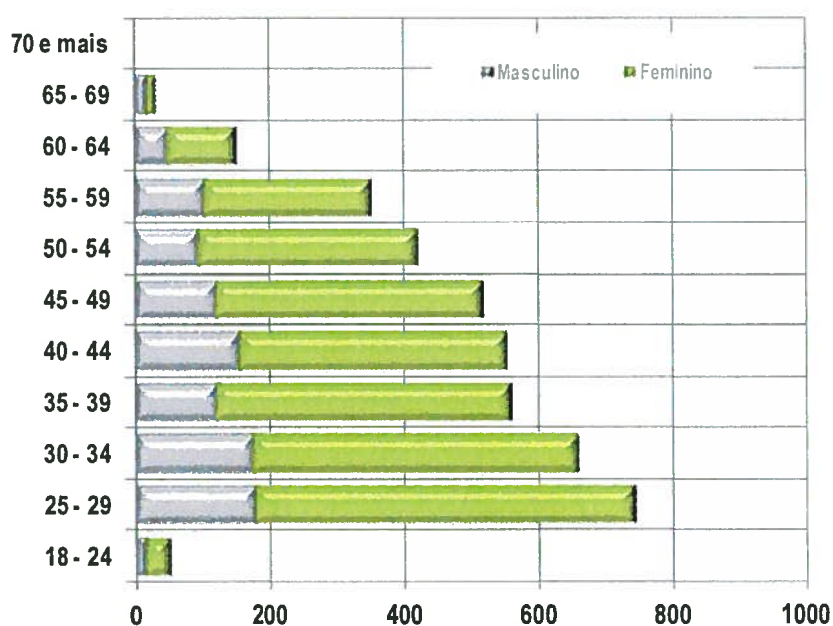
6.4.4. ESTRUTURA ETÁRIA

Verifica-se a tendência do ano anterior sendo que 64,1% dos colaboradores têm menos de 44 anos e é na faixa etária entre os 25-29 anos, que se situa o maior número de elementos, cerca de 18,9%; por outro lado, com idade superior a 59 anos, registam-se 182 colaboradores, cerca de 4,5% do total de profissionais.

DISTRIBUIÇÃO POR ESCALÕES ETÁRIOS

Escalaão Etário	Masculino			Feminino			Total			%	
	2011	2012	Δ%	2011	2012	Δ%	2011	2012	Δ%	2011	2012
18 - 24	26	15	-42,3%	79	37	-53,2%	105	52	-50,5%	2,5%	1,3%
25 - 29	195	187	-4,1%	673	579	-14,0%	868	766	-11,8%	20,7%	18,9%
30 - 34	161	186	15,5%	447	491	9,8%	608	677	11,3%	14,5%	16,7%
35 - 39	148	124	-16,2%	476	431	-9,5%	624	555	-11,1%	14,8%	13,7%
40 - 44	147	156	6,1%	390	397	1,8%	537	553	3,0%	12,8%	13,6%
45 - 49	126	121	-4,0%	390	392	0,5%	516	513	-0,6%	12,3%	12,6%
50 - 54	96	96	0,0%	346	318	-8,1%	442	414	-6,3%	10,5%	10,2%
55 - 59	106	104	-1,9%	219	242	10,5%	325	346	6,5%	7,7%	8,5%
60 - 64	51	51	0,0%	96	98	2,1%	147	149	1,4%	3,5%	3,7%
65 - 69	15	19	26,7%	16	14	-12,5%	31	33	6,5%	0,7%	0,8%
70 e mais										0,0%	0,0%
TOTAL	1.071	1.059	-1,1%	3.132	2.999	-4,2%	4.203	4.058	-3,4%	100,0%	100,0%

Distribuição Etária por Sexo - 2012



Quanto à distribuição etária por sexo, o grupo com maior dimensão é sem dúvida o grupo do sexo feminino. O escalão etário com maior população encontra-se entre os 25 – 29 anos.

IDADE MÉDIA POR SEXOS

	2011	2012	Δ%
Masculino	40,8	41,1	0,6%
Feminino	39,6	40,2	1,5%
TOTAL	39,9	40,4	1,3%

No que se refere à idade média dos colaboradores do CHLO, esta situa-se nos 40,4 anos, tendo o grupo feminino uma idade média semelhante à do grupo masculino.

6.4.5. FORMAÇÃO

Este ano, as 69 ações promovidas internamente pelo Núcleo de Formação, contaram com 1.744 participantes, sendo 1.405 profissionais do CHLO e 282 participantes provenientes de outras instituições.

ACTIVIDADE DO CENTRO DE FORMAÇÃO

	2011	2012	Δ%
N.º Acções	126	69	-45,2%
N.º Total Formandos	2.026	1.405	-30,7%
Volume Formação	18.759	11.085	-40,9%

Como se pode constatar no quadro seguinte a representação mais significativa cabe ao grupo de enfermagem, com 57% da totalidade dos participantes, seguida dos médicos e assistentes operacionais, ambos com cerca de 12%.

Da atividade desenvolvida, salienta-se a formação contínua na área de reanimação, tendo realizado cursos de Suporte Básico de Vida, Suporte Imediato de Vida e Suporte Avançado de Vida, cursos certificados pelo Conselho Português de Ressuscitação e que contaram com a participação de 322 profissionais, dos quais 177 do CHLO e 145 externos.

	Adm.Hosp.	Médicos	Enferm.	Tec.Sup	TDT	Ass.Tec.	Ass.Op.	Outros	TOTAL
N.º Participantes CHLO	4	138	677	31	49	79	169		1.147
Externos	2	33	135	2	20	18	10	38	258
TOTAL	6	171	812	33	69	97	179	38	1.405

Regista-se ainda a formação referente ao Plano de Emergência Interno Hospital de S. Francisco Xavier (HSFX), que envolveu 156 participantes de diversos serviços e grupos profissionais.

À semelhança dos anos anteriores foi feita formação contínua na área da Prevenção e Controlo de Infecção pela Comissão de Controlo de Infecção, Prevenção e Tratamento de Úlceras de Pressão, Dor no Adulto, Abordagem do Doente em Cuidados Paliativos, Hemovigilância, Ventilação Invasiva e Não Invasiva, Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho, entre outras.

Em relação a 2011, a atividade desenvolvida em 2012 registou um decréscimo do número de ações realizadas, das áreas de formação abrangidas e do número de profissionais abrangidos pela formação, justificado maioritariamente pela contenção de custos.

6.4.5.1 FORMAÇÃO PRÉ-GRADUADA

Em 2012, o CHLO manteve a participação no ensino pré-graduado, com base em protocolo de acordo com a Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa. Participou igualmente no ensino pré-graduado de algumas Universidades Privadas com as quais estabeleceu igualmente protocolo.

6.4.5.2 FORMAÇÃO PÓS-GRADUADA - INTERNATO

A formação de médicos é um importante contributo para a evolução técnica e sustentabilidade científica dos serviços de saúde.

Neste âmbito, o CHLO assegurou em 2012 a continuação dos Internatos Médicos de Especialização e do Ano Comum, colaborou também na formação de internos de outras instituições do SNS e particularmente das Forças Armadas, e das Regiões Autónomas.

O CHLO mantém ainda protocolos com os PALOP para formação de Médicos, em estágios correspondentes às várias especialidades médicas.

6.4.5.3 FORMAÇÃO EM ENFERMAGEM

Participaram no plano de formação deste ano 812 formandos de Enfermagem nas ações de promovidas pelo Núcleo de Formação e cujos programas resultaram do diagnóstico de necessidades efetuado junto das respetivas chefias.

A atualização na área da Reanimação manteve-se como uma das prioridades na formação contínua destes profissionais, tendo 94 enfermeiros participado em cursos de Suporte Básico e Suporte Imediato de Vida.

É de salientar a formação contínua na área da Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem e na aplicação informática (SAPE) de suporte a este projeto iniciado já há alguns anos e que progressivamente tem vindo a abranger a generalidade dos enfermeiros e serviços do CHLO.

De referir ainda a formação realizada no âmbito dos Projetos de Melhoria Contínua em curso na área de Enfermagem, abrangendo diferentes áreas de trabalho identificadas (Dor Aguda e Crónica, entre outras).

Relativamente à formação em serviço que pretende dar resposta a problemas muito concretos relacionados com as práticas dos serviços/profissionais, registaram-se no conjunto dos três hospitais, 4.313 formandos da área de enfermagem, representando 78% dos profissionais abrangidos por esta modalidade de formação.

6.5. SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

Durante 2012, o SSTI Serviço de Sistemas e Tecnologias de Informação (SSTI) continuou com uma abordagem de forte contenção a nível de investimento.

Foi totalmente aproveitada a capacidade instalada, assim como o reaproveitamento de equipamento já em fim de vida.

Seguindo também as indicações do Representante Ministerial para as TIC, a SPMS,EPE, foi feita uma aposta no Sistema de Apoio ao Médico (SAM) e Sistema de Apoio ao Pessoal de Enfermagem(SAPE), tendo o SSTI apoiado diversos serviços na adoção de procedimentos usando estes dois serviços.

A nível dos sistema de indicadores de gestão foi iniciado um projeto de indicadores na área de prescrição de MCDT's e de medicamentos, de maneira a permitir indicadores fiáveis para a sua monitorização.

6.6. INVESTIGAÇÃO CLÍNICA

No ano de 2012 deram entrada no CHLO 38 pedidos de realização de Ensaios Clínicos (incluindo Adendas e Extensões), tendo sido autorizados pelo CA 37 estudos.

Destacaram-se durante o ano de 2012 as seguintes atividades:

- Continuação dos ensaios em curso e início de novos estudos autorizados pelo CA;
- Apresentação de trabalhos científicos em reuniões nacionais e internacionais;
- Publicação de artigos científicos em revistas conceituadas das várias especialidades;
- Cursos de pós graduação;
- Formação estatística na área da investigação, com apoio de um consultor nesta área.

6.7. COMISSÃO DE HUMANIZAÇÃO E QUALIDADE DOS SERVIÇOS

A operacionalização das atividades normalmente atribuídas à Comissão de Humanização e Qualidade dos Serviços é assegurada no CHLO pelo Departamento de Qualidade.

Durante o ano 2012 destacaram-se as seguintes atividades:

- **Abordagem Sistémica**

Foram efetuadas reuniões com as direções médicas dos três hospitais do CHLO (eg ênfase na importância de ter planos de Emergência atualizados em cada hospital) e ainda reuniões com os Diretores de Serviço (eg Envolvimento dos Serviços Clínicos no programa “Cirurgia Segura” através dos diretores de serviços cirúrgicos).

- **Visita aos Serviços Clínicos do CHLO**

Com o objetivo de conhecer o grau de compromisso com a Qualidade, enquanto dimensão aplicável caso a caso, foram visitados os serviços de Endocrinologia, Cirurgia Geral, Cardiologia Pediátrica, Cardiologia Médica, Ortopedia, Oftalmologia, Cirurgia Plástica, Cirurgia Vascular, Bloco central HEM, Imagiologia, ORL, UCIP HEM, Dermatologia, Gastroenterologia, Estomatologia, Oftalmologia, Ginecologia e Obstetria, Imunohemoterapia, Medicina I e II, Medicina Nuclear.

- **Continuação do apoio ao programa “One Day Clinic” no âmbito dos nódulos da tireoideia**

- **Colaboração com o Serviço de Oncologia Médica:**

- Foi feita a avaliação da qualidade na performance das consultas de decisão terapêutica
- Foi analisado o conteúdo da Nota de Alta hospitalar no Serviço de Oncologia Médica

- **Colaboração com o Serviço de Cirurgia Cardíaca na “auditoria” Clínica que lhe foi instituída (externamente)**

- **Enfoque especial nas atividades de Melhoria da Qualidade na perspectiva da Segurança:**

- Foi revisto o capítulo do Manual para a Segurança do Doente “Identificação dos doentes”;
- Houve colaboração com o Serviço de Imunohemoterapia na perspectiva da identificação correta de amostras a trabalhar por este serviço;
- Foi dada colaboração à Comissão de controlo de Infecção hospitalar nas suas jornadas com o tema “A Qualidade da Comunicação, um modo de promover uma cultura de Segurança”.

- **Acompanhamento dos projetos de Certificação em curso nos Serviços de Imunohemoterapia e Farmacêuticos.**

- **Educação para a Qualidade no âmbito CHLO.**

- **Programas externos**

1. Apoio à continuidade da participação do CHLO no programa SINAS da ERS;
2. Participação no projecto de investigação Periscope de âmbito europeu (patrocinado pela European Society of Anaesthesia).
3. Colaboração com a DGS na prossecução do programa de Normas de Orientação Clínica (NOC) em curso. Primeiro hospital a ser submetido a auditoria externa a NOC por parte da DGS – NOC de indicação para prescrição de Osteodensitometria óssea).
4. Fim do programa DUQUE.
5. Colaboração:
 - a) II Jornadas de controlo de infeção do Hospital das Forças Armadas: Apresentação do programa Cirurgia Segura. (Lisboa, Março);
 - b) Congresso nacional de Medicina da OM;
 - c) Apresentação do tema Qualidade em tempo de poucos Recursos (Coimbra, Junho);
 - d) Manutenção da parceria com a Faculdade Farmácia de Lisboa

- **Auditorias Internas Clínicas e Não Clínicas**

- **Consentimento Informado**

Foi desenvolvido este objetivo com grupo representante de todos os hospitais CHLO (em curso).

6.8. COMISSÃO DE ÉTICA

Durante o ano de 2012 salientam-se as seguintes atividades:

- Aprovação do Código de Ética do CHLO.
- Foram emitidos 58 pareceres: 38 registos observacionais/projetos de investigação clínica e 15 estudos conducentes a dissertação de licenciatura, mestrado ou doutoramento e 5 adendas a estudos aprovados anteriormente;
- Apreciaram-se 437 justificações para autorização de utilização de medicamentos que não fazem parte do FHNM ou cuja aplicação não está ainda aprovada pelo INFARMED;
- Emissão de parecer à proposta de recomendações da CEIC sobre "Acesso aos dados do processo clínico dos participantes em ensaios clínicos, pelos monitores".
- Representação da comissão na Reunião de trabalho com os presidentes das Comissões de Ética para a Saúde de todas as instituições de saúde portuguesas;

6.9. COMISSÃO DE CONTROLO DA INFECÇÃO HOSPITALAR

No âmbito das competências que lhe são atribuídas, esta Comissão realizou diversas atividades ao longo de 2012:

Vigilância Epidemiológica

- Vigilância epidemiológica de incidência da infeção associada aos cuidados de saúde: infeção nosocomial e microrganismos alerta;
- Atualização da parametrização do sistema vigilância epidemiológica Vigiguard de acordo com as necessidades e baseada em orientações nacionais e internacionais;
- Vigilância epidemiológica da infeção do local cirúrgico e da infeção em UCI – Hospital in Europe Link for Infection Control through Surveillance (HELICS) - Programa Nacional de Controlo de Infeção (PNCI);
- Vigilância epidemiológica na UCI Neonatal – PNCI;
- Vigilância epidemiológica da infeção nosocomial da corrente sanguínea – PNCI;
- Vigilância epidemiológica de prevalência (IPI) – DGS-PNCI-ECDC;
- Apresentação de dados da vigilância epidemiológica.

Investigação

- Colaboração no project PROHIBIT - WP3 (Prevention of Hospital Infections by Intervention and Training)

Formação / Acompanhamento Clínico

- Organização, coordenação e participação em ações de formação interna;
- Organização da 1ª Jornada em Prevenção e Controlo de Infecção da CCI-CHLO;
- Colaboração em estágios da especialidade médica;
- Colaboração com instituições de cursos de ensino pós-graduado, nomeadamente, Escolas Superiores de Enfermagem;
- Orientação das práticas clínicas;
- Continuação da elaboração do manual de controlo de infeção do CHLO;
- Emissão de pareceres em prevenção e controlo de infeção.

Auditoria de estrutura, processo e resultado

- Campanha Nacional para a Melhoria da Higiene das Mãos – Direcção Geral de Saúde e Organização Mundial de Saúde;
- Auditorias internas a indicadores de estrutura e processo;
- Auditoria da ACSS pela PriceWater House Coopers à CCI.

Colaborar em atividades de gestão

- Júri de concursos de escolha de material e consumo clínico

6.10. SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social tem a sua ação de apoio aos Serviços de Ação Médica focada no apoio psicossocial aos doentes e suas famílias, visando a sua capacitação e integração social enquanto cidadãos, para a construção de formas pessoais de bem-estar, assentes no respeito pelos valores da dignidade humana, e na procura de patamares de equilíbrio social, evitando processos de desfiliação e exclusão social

No ano 2012, o Serviço Social, tendo em linha de conta os objetivos do CHLO e o contexto socioeconómico do País, centrou a sua atividade nos serviços de internamento e de urgências, priorizando as situações de perigo/ risco e de potencial ou efetivo protelamento de alta clínica.

Perante um aumento de procura do Serviço prestado, a intervenção do Serviço Social dirigiu-se essencialmente para os seguintes vetores:

- Maior investimento no trabalho multidisciplinar, como forma de garantir organização e concertação para o sucesso no momento da alta clínica.
- Maior investimento no trabalho com as famílias

- Procura de novas respostas junto de instituições sediadas na comunidade, no sentido de promover relações de proximidade e entreajuda com os parceiros sociais: Câmara Municipal de Oeiras (área social em geral), Associação Portuguesa para a Solidariedade de Desenvolvimento- Projecto Pigo (apoio á violência doméstica); CrescerBem (apoio na área da infância); Alcoólicos Anónimos.
- Rede Nacional de Cuidados Continuados (RNCCI) /EGA- Equipas de Gestão de Altas- Maior referenciação de doentes e articulação com as instituições desta rede.
- Colaboração em estudo " Casuística dos protelamentos de alta e internamentos sociais nos Serviços de Medicina 1ª e 1B entre 12/03/2012 e 11/09/2012"
- Publicações: Participação como coautor no Manual " Protocolos de Medicina Interna" – Lidel-Edições Técnicas, LDA.

RESUMO DA PRODUÇÃO DAS EQUIPAS DE SERVIÇO SOCIAL - 2012

	Actos Sociais				Episódios Sociais	N.º Utentes atendidos	Doentes Saídos	Casos Sociais c/ Protelamento Alta	% Casos Sociais c/ Protel. Alta
	Triagem	Acto Social Isolado	Acomp. Psicossocial	Outras Actividades					
CHLO	13.315	7.881	5.821	1.129	1.105	13.315	28.792	133	0,5%

7 FACTOS MAIS RELEVANTES DURANTE O ANO DE 2012

JANEIRO

- ♦ **Abertura da Unidade de Insuficiência Cardíaca Aguda no Serviço de Medicina III do HSFX.**
Um elo indispensável no programa de assistência à insuficiência cardíaca.



- ♦ **280 Voluntários para Dadores de Medula Óssea no CHLO** - Durante os meses de Dezembro e Janeiro, o Serviço de Patologia Clínica associou-se ao Centro de Histocompatibilidade do Sul, e participou na iniciativa de recolha de inscrições e colheitas de sangue junto dos colaboradores do CHLO.
- ♦ **Inauguração do “carrinho de chá” das consultas do HSFX** - Uma iniciativa do Grupo de Voluntariado da Cruz Vermelha Portuguesa, com o apoio da Liga dos Amigos deste hospital.



MARÇO

- ♦ **XIV Simpósio de Atualização em Nefrologia** - Decorreu no dia 3 de Março, organizado pelo Serviço de Nefrologia.



- ♦ **VI Reunião Temática de Diálise Peritoneal** - Decorreu de 9 a 10 de Março, organizada pelo Serviço de Nefrologia.
- ♦ **XII Jornadas de Endocrinologia** - Decorreram de 21 a 23 de Março, na Fundação Champalimaud, organizadas pelo Serviço de Endocrinologia.



ABRIL

- ♦ **10ª Reunião Pediátrica do HSFx** - Decorreu de 13 a 14 de Abril, organizada pelo Serviço de Pediatria e pela Associação Pediátrica de São Francisco Xavier.



- ♦ **Rastreio da Voz** - Organizado pelo Serviço de Otorrinolaringologia, realizou-se de 16 a 20 de Abril, no HEM, para colaboradores, utentes e profissionais da voz.



MAIO

- ♦ **Serviço de Cardiologia, nº 1 no *Ranking* Nacional realizado pela DECO** Estudo realizado em Maio, onde foram questionados cerca de 447 médicos sobre qual seria o hospital com mais condições para um doente grave sem os limites do sistema de referênciação, para 13 especialidades.
- **4ºCurso Internacional sobre Terapêuticas Cardiovasculares Inovadoras organizado pela Hemodinâmica/UNICARV, Unidade de Intervenção Cardiovascular do HSC** - Realizou-se a 4 de Maio, iniciativa inserida no mês de Maio, mês do Coração.



- ♦ **CHLO participou na Feira da Saúde e Bem Estar** - Promovida pela Junta de Freguesia de São Francisco Xavier. Decorreu de 4 a 5 de Maio.



SETEMBRO

- ♦ **O Serviço de Cardiologia do CHLO foi alvo de solidariedade.** No âmbito do Torneio de Golfe "Portugal Solidário", organizado pela empresa *Golfe.com*, sob o alto patrocínio de Sua Excelência, o Presidente da República, Professor Aníbal Cavaco Silva, o Serviço de Cardiologia foi selecionado para ser o beneficiário de um donativo que resultou das inscrições das 16 equipas concorrentes.



OUTUBRO

- ♦ **Atividades no Dia Mundial da Alimentação**, promovidas pelo Serviço de Nutrição e Dietética, para assinalar uma vez mais este dia, 16 de Outubro, procurando divulgar a temática definida internacionalmente pela FAO.



- ♦ **XXV Jornadas de Cardiologia do Hospital de Egas Moniz** - Decorreram de 12 a 13 de Outubro, no Hotel Vila Galé Ópera.



- ♦ **Atividades no Dia Mundial da Osteoporose** - O Serviço de Reumatologia do Hospital de Egas Moniz para assinalar esta data, 20 de Outubro, realizou várias atividades, nomeadamente rastreios, com objetivo de sensibilizar e despertar a população para esta questão.



- ♦ **29ª Edição do Curso de Dissecção do Osso Temporal**, da responsabilidade do Serviço de Otorrinolaringologia. Realizou-se 22 a 26 de Outubro, no Hospital de Egas Moniz.



- ♦ **I Jornadas da Comissão de Controlo de Infecção do CHLO**, decorreram no dia 26 de Outubro, no auditório da Faculdade de Ciências Médicas



- ♦ **Sessão “Quality in Healthcare in/for the 21st century”**, organizada pelo Departamento da Qualidade. Decorreu no dia 29 de Outubro, com a presença do Dr. David Somekh, *Fellow and Former President, European Society for Quality in Healthcare, Member of European Community working group on Patient Safety and Quality in Healthcare.*



- ♦ **Exposição de Fotografia “Retrato de Mim”** - Esteve patente no Hospital de São Francisco Xavier, de 29 de Outubro a 4 de Novembro, com o apoio da Unidade de Senologia do CHLO, um projeto da Associação Portuguesa de Apoio à Mulher com Cancro da Mama, da Associação Promotora de Emprego para Deficientes Visuais e do Movimento de Expressão Fotográfica.



NOVEMBRO

- **4º Curso de Formação para Voluntários** - Decorreu no dia 7 de Novembro, no Hospital de Santa Cruz, organizado pela Coordenação do Voluntariado deste hospital.

- **Atividades da Semana da Diabetes** - Decorreram de 12 a 16 de Novembro. Uma iniciativa do Serviço de Endocrinologia do HEM, promovendo o esclarecimento relativamente à diabetes e aos fatores de risco que a acompanham.



- **Semana Nacional da Fisioterapia no Hospital de São Francisco Xavier** - Decorreu de 12 a 16 de Novembro. Os fisioterapeutas do Serviço de Medicina Física e Reabilitação organizaram uma exposição alusiva à temática, com o objetivo de dar conhecer a sua atividade no contexto hospitalar, promovendo a interação entre profissionais e utentes.



DEZEMBRO

- **Exposição Multimédia “Viver com Epilepsia...como sair da escuridão” no Hospital de São Francisco Xavier** - Esteve patente de 4 de Dezembro de 2012 a 4 de Janeiro de 2013, disponibilizando conteúdos acerca da Epilepsia numa plataforma informática. Uma iniciativa da Liga Portuguesa Contra a Epilepsia em parceria com a Associação Portuguesa de Familiares, Amigos e Pessoas com Epilepsia.



- **8^{as} Jornadas da Unidade de Neuropsicologia** - Decorreram a 14 de Dezembro, no HEM, subordinadas ao tema “Literacia científica e prática clínica”.
- **Egas Solidário: Viver a Solidariedade no Hospital** - Um grupo de enfermeiros do HEM propôs-se dar um outro significado ao Natal, dinamizando um grupo de voluntários e apelando para a doação de géneros aos colaboradores do CHLO. No Natal de 2012, foi possível ajudar 29

famílias, num total de 120 pessoas, das quais 22 crianças, com a entrega no domicílio de um cabaz com géneros alimentícios.



8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Centro Hospitalar não efetuou negócios com os seus administradores nos termos do artigo 37º do Código das Sociedades Comerciais.

O Centro Hospitalar não tem dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

Cumpre-nos informar que não estão a ser utilizados instrumentos de política de cobertura financeira.

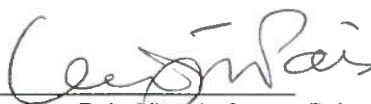
Não ocorreram quaisquer outros factos relevantes após o termo do exercício, que possam vir a ter impacto nas demonstrações financeiras do Centro Hospitalar em 31 de Dezembro de 2012.

9 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

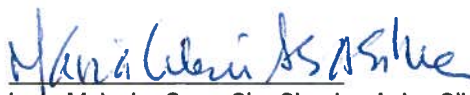
De acordo com o previsto nas disposições legais e estatutárias aplicáveis e tendo em consideração a exigência prevista no n.º 2 do artigo 23º dos Estatutos publicados em Anexo ao Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, o Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental EPE, vem propor que o resultado apurado no exercício de 2012, no montante de 9.746.813 euros negativos, seja transferido para resultados transitados.

Lisboa, 30 de Abril de 2013

O Conselho de Administração



Dra. Maria João Reis Silva de Soares Pais
(Presidente e Diretora Clínica)



Dra. Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva
(Vogal)



Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira
(Vogal)



Enf.ª Fernanda Maria da Rosa
(Enfermeira Diretora)

10

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

10.1 - BALANÇO (31 DE DEZEMBRO)

(euros)

	2012			2011
	Activo Bruto	Amort. / Ajustam.	Activo Líquido	Activo Líquido
ACTIVO				
IMOBILIZADO				
BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	0,00	0,00	0,00	0,00
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS				
Despesas de instalação	541.854,87	541.854,87	0,00	0,00
Despesas investigação e desenvolvimento	607.033,17	607.033,17	0,00	0,00
Imobilizaç. em curso de imob. incorpóreas				
Adiantamentos por conta imob.incorpóreas				
Outras				
Total das imobilizações incorpóreas	1.148.888,04	1.148.888,04	0,00	0,00
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	94.597.585,31	36.139.455,31	58.458.130,00	62.089.124,55
Equipamento básico	61.912.688,40	53.080.496,04	8.832.192,36	12.394.576,11
Equipamento de transporte	2.220.454,19	1.890.348,57	330.105,62	406.851,00
Ferramentas e utensílios	602.894,57	599.694,66	3.199,91	10.363,72
Equipamento administrativo e informático	17.214.597,66	16.018.299,23	1.196.298,43	2.189.513,31
Taras e vasilhame				
Outras imobilizações corpóreas	161.199,55	110.347,04	50.852,51	70.708,99
Imobilizaç. em curso de imobil. corpóreas	654.266,22		654.266,22	574.198,01
Adiantament por conta de imob.corpóreas				
Total das imobilizações corpóreas	177.363.685,90	107.838.640,85	69.525.045,05	77.735.335,69
INVESTIMENTOS FINANCEIROS	0		0,00	0,00
CIRCULANTE				
EXISTÊNCIAS				
Matérias-primas,subsid.e consumo	9.092.404,69	280.161,61	8.812.243,08	10.824.700,89
Sub-produtos, desperd. resid. e refugos				
Produtos acabados intermédios				
Mercadorias				
Adiantament por conta de compras				
Total das existências	9.092.404,69	280.161,61	8.812.243,08	10.824.700,89
DIVIDAS DE TERCEIROS - Curto prazo				
Empréstimos concedidos	0,00		0,00	0,00
Clientes c/c	9.517.427,16		9.517.427,16	9.884.175,58
Utentes c/c	568.933,60		568.933,60	329.675,48
Instituições do Estado	34.700.613,03		34.700.613,03	60.142.888,72
Clientes e utentes cobrança duvidosa	5.977.136,73	6.060.651,89	-83.515,16	637.658,89
Devedores por execução do orçamento				
Adiantamentos a fornecedores	460.696,84		460.696,84	193.739,71
Adiantamentos a fornec. imobilizado				
Estado e outros entes públicos	602.842,62		602.842,62	501.449,07
Outros devedores	10.303.198,63		10.303.198,63	18.216.560,48
Total dividas de terceiros	62.130.848,61	6.060.651,89	56.070.196,72	89.906.147,93
TÍTULOS NEGOCIÁVEIS	0,00		0,00	0,00
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS / CAIXA				
Contas no tesouro	10.563.439,70		10.563.439,70	18.713.260,97
Depósitos em instituições financeiras	1.041.098,96		1.041.098,96	200.614,94
Caixa	17.122,94		17.122,94	2.522,10
Total de depósitos e caixa	11.621.661,60		11.621.661,60	18.916.398,01
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
Acréscimos de proveitos	13.704.968,97		13.704.968,97	32.830.660,79
Custos diferidos	3.404,02		3.404,02	7.163,62
Total acréscimos e diferimentos	13.708.372,99		13.708.372,99	32.837.824,41
Total de amortizações		108.987.528,89		
Total de provisões		6.340.813,50		
TOTAL DO ACTIVO	275.065.861,83	115.328.342,39	159.737.519,44	230.220.406,93

O Técnico Oficial de Contas

João Manuel Nunes Soares
Relatório de Gestão e Contas 2012/13

O Conselho de Administração

Carolina
João

10.1 - BALANÇO (31 DE DEZEMBRO)

(euros)

	2012	2011
FUNDOS PRÓPRIOS		
Património	126.860.000,00	126.860.000,00
Reservas de reavaliação		
Reservas		
Reservas legais	947.288,29	947.288,29
Reservas estatutárias	58.831,59	58.831,59
Reservas Livres	12.774.118,72	12.774.118,72
Doações	1.848.802,84	1.778.503,86
Reservas decorrentes da transferência de activos	29.701.398,46	29.701.398,46
Total das reservas	45.330.439,90	45.260.140,92
Resultados transitados	-131.806.345,97	-122.303.774,23
Resultado líquido do exercício	-9.746.812,89	-9.502.571,74
TOTAL DO FUNDO PATRIMONIAL	30.637.281,04	40.313.794,95
PASSIVO		
PROVISÕES		
Provisões para riscos e encargos	5.186.828,85	4.354.477,45
Outras provisões		
Total de provisões	5.186.828,85	4.354.477,45
DIVIDAS A TERCEIROS - Médio longo prazo		
Empréstimos obtidos	0,00	0,00
DIVIDAS A TERCEIROS - Curto prazo		
Adiantamentos de clientes, utentes e insit. Minist. Saúde	1.292.568,00	27.192,76
Fornecedores c/c	74.574.349,52	133.374.147,27
Fornecedores - Facturas recepção e conferência	1.628.708,69	8.196.291,04
Empréstimos obtidos	0,00	0,00
Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
Fornecedores de imobilizado c/c	676.728,86	2.067.641,80
Estado e outros entes públicos	2.905.739,42	3.084.682,24
Outros credores	23.504.247,99	24.594.122,67
Total dividas a terceiros	104.582.342,48	171.344.077,78
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
Acréscimos de custos	16.775.105,23	11.285.213,88
Proveitos diferidos	2.555.961,84	2.922.842,87
Total acréscimos e diferimentos	19.331.067,07	14.208.056,75
TOTAL DO PASSIVO	129.100.238,40	189.906.611,98
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO	159.737.519,44	230.220.406,93

O Técnico Oficial de Contas

João Manuel Nunes Gonçalves

O Conselho de Administração

Carla Mendes
João Cláudio

10.2 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA (31 DE DEZEMBRO)

(euros)

	2012		2011	
Custos e Perdas				
Custos das merc.vend.e das mat. consumidas				
Mercadorias				
Matérias de consumo	77.320.030,38	77.320.030,38	94.645.677,41	94.645.677,41
Fornecimentos e serviços externos	29.239.966,78	29.239.966,78	32.909.845,32	32.909.845,32
Custos com o pessoal				
Remunerações	83.777.822,30		89.212.679,87	
Encargos Sociais				
Pensões	216.344,79		936.080,97	
Outros	15.820.448,38	99.814.615,47	16.407.879,50	106.556.640,34
		206.374.612,63		234.112.163,07
Transf. correntes conc. e prest. soc.				
Amorizações do exercício	8.998.522,81		10.233.478,14	
Provisões do exercício	920.711,18	9.919.233,99	211.364,44	10.444.842,58
Outros custos e perdas operacionais		118.103,01		171.014,86
(A)		216.411.949,63		244.728.020,51
Custos e perdas financeiras		22.378,12		25.751,57
(C)		216.434.327,75		244.753.772,08
Custos e perdas extraordinárias		7.437.724,92		4.653.440,15
(E)		223.872.052,67		249.407.212,23
Imposto s/ rendimento do exercício		19.258,67		30.000,00
(G)		223.891.311,34		249.437.212,23
Resultado líquido do exercício		-9.746.812,89		-9.502.571,74
Total		214.144.498,45		239.934.640,49
Proveitos e Ganhos				
Vendas e prestação de serviços				
Vendas	0,00		0,00	
Prestação de serviços	195.959.038,02	195.959.038,02	200.416.768,95	200.416.768,95
Impostos, taxas e outros		0,00		0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00		0,00
Proveitos suplementares	1.538.588,21		1.584.459,06	
Transferências e sub. correntes obtidos				
Transferências - Tesouro	0,00		0,00	
Transferências correntes obtidas	24.459,60		95.664,80	
Subsid. correntes obt-Entes públicos	0,00		0,00	
Subsid. correntes obt-de outras entidade	0		23.750,00	
Outros proveitos e ganhos operacionais	9.579.087,84	11.142.135,65	13.529.835,22	15.233.709,08
Reversões de Amorizações e Ajustamentos				
(B)		207.101.173,67		215.650.478,03
Proveitos e ganhos financeiros		2.293.123,52		122.220,10
(D)		209.394.297,19		215.772.698,13
Proveitos e ganhos extraordinários		4.750.201,26		24.161.942,36
(F)		214.144.498,45		239.934.640,49
Resumo				
Resultados Operacionais: (B) - (A)		-9.310.775,96		-29.077.542,48
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)		2.270.745,40		96.468,53
Resultados Correntes: (D) - (C)		-7.040.030,56		-28.981.073,95
Resultados Antes de Impostos: (F) - (E)		-9.727.554,22		-9.472.571,74
Resultados Líquido do Exercício: (F) - (G)		-9.746.812,89		-9.502.571,74

O Técnico Oficial de Contas

João Manuel Nunes Gonçalves
Relatório de Gestão e Contas 2012 | 99

O Conselho de Administração

Walter
Amorim
Alves

10.3 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES (31 DE DEZEMBRO)

(euros)

	2012	2011
Vendas e prestação de serviços	195.959.038,02	200.416.768,95
Custo das vendas e prestação de serviços	185.352.333,34	217.676.982,30
Resultados Brutos	10.606.704,68	-17.260.213,35
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	14.535.063,11	39.517.121,54
Custos Administrativos	17.371.881,97	16.435.180,77
Outros Custos e Perdas Operacionais	17.496.045,64	15.287.511,53
Resultados Operacionais	-9.726.159,82	-9.465.784,11
Custo Líquido de Financiamento	389,41	3.327,63
Ganhos (Perdas) em outros investimentos	0,00	0,00
Resultados Correntes	-9.726.549,23	-9.469.111,74
Impostos Sobre Resultados Correntes	19.258,67	30.000,00
Resultados Correntes Após impostos	-9.745.807,90	-9.499.111,74
Resultados Extraordinários	-1.004,99	-3.460,00
Impostos Sobre Resultados Extraordinários	0,00	0,00
Resultado Líquido	-9.746.812,89	-9.502.571,74

O Técnico Oficial de Contas

João Manuel Soares Gonçalves

O Conselho de Administração

João Manuel Soares Gonçalves *supr.*
João Manuel Soares Gonçalves

10.4 - DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	2012		2011	
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		TOTAIS		TOTAIS
<i>Recebimentos de clientes (i)</i>				
VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	85.982.384,96		124.994.931,82	
Adiantam clientes, utentes e instituições	257.279.180,42		-136.291.310,77	
VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	99.934.616,29	443.196.181,67	205.553.081,28	194.256.702,33
<i>Pagamentos a fornecedores (ii)</i>				
COMPRAS	40.956.802,38		2.779.766,01	
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	18.804.058,64		19.305.490,05	
Adiantamentos a fornecedores	1.256.485,04		53.227,69	
CORRECÇÃO A COMPRAS	104.329.276,77		58.482.509,95	
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	11.626.740,16	176.973.362,99	13.179.338,70	93.800.332,40
<i>Pagamentos ao Pessoal (iii)</i>				
CUSTOS COM O PESSOAL	86.487.506,55		98.730.936,01	
Adiantamento a pessoal	52.084,10		-8.218,94	
DESPESAS COM O PESSOAL	8.368.683,70	94.908.274,35	14.348.938,73	113.071.655,80
<i>(A) Fluxo gerado pelas operações (i - li - lii)</i>		171.314.544,33		-12.615.285,87
<i>Pagamento/Recebimento do imposto s/ rendimento (B)</i>				
Imposto s/ rendimento do exercício (PC)	105.444,55		100.816,02	
			0,00	
Imposto s/ rendimento exercício anterior	0,00		0,00	
		105.444,55	0,00	100.816,02
<i>Outros recebimentos relativos à actividade operacional (C)</i>				
Impostos e taxas	0,00		0,00	
Proveitos suplementares	1.083.987,39		1.152.686,51	
TRANSFER. E SUBS. CORRENTES OBTIDOS	24.459,60		119.414,80	
OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS	3.216.023,34		2.660.893,02	
Diferenças câmbio favorais	0,00		0,00	
Outros proveitos diferidos	0,00		0,00	
Impostos e taxas	0,00		0,00	
Proveitos suplementares	510.736,63		320.364,37	
Trnsferencias subs correntes obtidos	0,00		0,00	
OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS	15.808.701,91		19.915.142,97	
Outros	9.072,66		97.284,42	
Adiantamentos a fornecedores	989.527,91		0,00	
Retenção de impostos s/ rendimento	12.823.106,73		17.127.644,45	
Imposto s/ valor acrescentado	362.024,99		321.245,34	
Outros Impostos	0,00		0,00	
Contribuições p/ segurança social	8.479.323,71		9.977.050,49	
Outros	0,00		0,00	
Adiantamentos a pessoal	43.882,19		0,00	
Sindicatos	132.868,55		138.425,92	
Regularização de dívidas p/ ordem Tesouro	0,00		0,00	
Devedores e credores diversos	2.255.629,67	45.739.345,28	2.440.052,85	54.270.205,14
<i>Outros pagamentos relativos à actividade operacional (D)</i>				
Outros custos e perdas operacionais	65.338,05		79.297,74	
Custos diferidos	0,00		0,00	
Acréscimos e diferimentos	0,00		0,00	
Outros custos operacionais	25.120,00		3.962,59	
Adiantam clientes, utentes e inst Estado	199.610.074,77		0,00	
Retenção de impostos s/ rendimento	13.204.165,11		17.341.760,38	
Imposto s/ valor acrescentado	368.674,87		322.488,48	
Outros Impostos	0,00		0,00	
Contribuições p/ segurança social	8.213.066,33		10.040.847,75	
Outros	0,00		0,00	
Sindicatos	132.863,16		138.888,72	
Regularização de dívidas p/ ordem Tesouro	0,00		0,00	
Devedores e credores diversos	2.258.133,66	223.877.435,95	2.550.298,44	30.477.544,10
<i>(E) Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias: (A) - (B) + (C) - (D)</i>		-6.928.990,89		11.076.559,15

10.4 - DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

(euros)

	2012		2011	
		TOTAIS		TOTAIS
Recebimento gerado com rubricas extraordinárias (F)				
Recuperação de dívidas	0,00		0,00	
Ganhos em existências	0,00		0,00	
Ganhos em imobilizações	0,00		10 800,00	
Benefícios penalidades contratuais	18 114,99		38 171,06	
Outros proveitos/ganhos extraordinários	19 779,63	37.894,62	105.811,94	154.783,00
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias (G)				
Transferências de capital concedidas	0,00		0,00	
Perdas em existências	0,00		0,00	
Perdas em imobilizações	0,00		0,00	
Multas e penalidades	1 000,30		4 545,20	
Outros custos e perdas extraordinárias	33 148,39		29 053,76	
Restituições	0,00		0,00	
Proveitos suplementares	0,00		0,00	
Outras correções	-3 319,11		20 739,76	
Custos e perdas extraordinários	150,00	30.979,58	16 715,71	71.054,43
(1) Fluxo das actividades operacionais (E) + (F) - (G)		-6.922.075,85		11.160.287,72
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Recebimentos provenientes de: (H)				
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS				
Amortização de empréstimos	0,00		0,00	
SUBSÍDIOS DE INVESTIMENTO				
Subsídios para investimentos	3 578,61		386 663,54	
JUROS E PROVEITOS SIMILARES				
Proveitos e ganhos financeiros	2 295 733,12		108 560,35	
Proveitos e ganhos financeiros	9 772,95		20 157,84	
OUTROS RENDIMENTOS DE ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Adiantamentos a fornecedores imobilizado		2.309.084,68	0,00	515.381,73
Pagamentos respeitantes a: (J)				
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS				
Concessão de empréstimos	0,00		0,00	
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
Investimentos financeiros	0,00		0,00	
Investimentos financeiros	0,00		0,00	
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
Imobilizações corpóreas	342 219,17		1 206 337,76	
Imobilizações corpóreas	1 495 032,20		3 003 681,93	
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS				
Imobilizações Incorpóreas	0,00		0,00	
Imobilizações Incorpóreas	0,00		0,00	
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO				
Imobilizações em curso	-8 028,35		3 469 334,56	
Imobilizações em curso	834 220,24		1 930 349,11	
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO				
Bens do domínio público	0,00		0,00	
Bens do domínio público	0,00	2.663.443,26	0,00	9.609.703,36
(2) Fluxo das actividades de investimento: (H) - (J)		-354.358,58		-9.094.321,63
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos provenientes de: (K)				
EMPRÉSTIMOS OBTIDOS				
Empréstimos obtidos	0,00		0,00	
AUMENTOS CAPITAL PREST. SUP. E PRÉMIOS EMISSÃO				
Capital	0,00		0,00	
SUBSÍDIOS E DOAÇÕES				
Subsídios	0,00		0,00	
Doações	2 174,40	2.174,40	7 000,00	7.000,00
Pagamentos respeitantes a: (L)				
EMPRÉSTIMOS OBTIDOS				
Empréstimos obtidos	0,00		0,00	
JUROS E CUSTOS SIMILARES				
Custos e perdas financeiras	18 244,29		24 123,99	
Custos e perdas financeiras	2 232,09		2 064,38	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES CONCEDIDAS				
Trans correntes conce prestaç sociais	0,00		0,00	
Trans correntes conce prestaç sociais	0,00	20.476,38	0,00	26.188,37
Fluxos das actividades de financiamento (3) = (K) - (L)		-18.301,98		-19.188,37
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		-7.294.736,41		2.046.777,72
Caixa e seus equivalentes no início do Período (5)				
Caixa	2 522,10		4 940,43	
Depósitos em inst. Financeiras	200 614,94		345 923,79	
Conta no Tesouro	18 713 260,97		16 518 756,07	
Títulos Negociáveis			0,00	
Outras aplicações tesouraria		18.916.398,01	0,00	16.869.620,29
Caixa e seus equivalentes no final do período (6) = (4) + (5)		11.621.661,60		18.916.398,01

O Técnico Oficial de Contas

João Manuel Nunes Gonçalves

O Conselho de Administração

Relatório de Gestão e Contas 2012

Cesário
Haue
Luís

10.5 - MAPA DOS FLUXOS FINANCEIROS - RECEITA

(euros)

Rubrica	2012		
	Valores		
	Cobrados	A cobrar	Total
Caixa	2.522,10		2.522,10
Depósitos	18.913.875,91		18.913.875,91
I - SALDO INICIAL	18.916.398,01		18.916.398,01
Titulos negociáveis	0,00		0,00
Outras aplicações de tesouraria	0,00		0,00
Total das contas 15/18	0,00	0,00	0,00
Adiantamento de clientes	257.279.180,42	0,00	257.279.180,42
Adiantamento a fornecedores	989.527,91	460.696,84	1.450.224,75
Empréstimos obtidos	0,00	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	21.664.455,43	0,00	21.664.455,43
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	43.882,19	0,00	43.882,19
Sindicatos	132.868,55	0,00	132.868,55
Regularização de dívidas por ordem Tesouro	0,00	0,00	0,00
Devedores e credores diversos	2.255.629,67	0,00	2.255.629,67
Total das receitas de fundos alheios	282.365.544,17	460.696,84	282.826.241,01
Subsídios de investimento	3.578,61	4.758,72	8.337,33
Outros proveitos diferidos	0,00	-2.684,00	-2.684,00
Total da conta proveitos diferidos	3.578,61	2.074,72	5.653,33
Empréstimos concedidos (Amortizações)	0,00	0,00	0,00
Fundo patrimonial (capital social)	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00
Doações	2.174,40	15.000,00	17.174,40
Total da conta reservas	2.174,40	15.000,00	17.174,40
Vendas	0,00	0,00	0,00
Prestações de serviços	85.982.384,96	109.975.745,40	195.958.130,36
Impostos e taxas	0,00	0,00	0,00
Proveitos suplementares	1.083.987,39	454.600,82	1.538.588,21
Transferências do tesouro	0,00	0,00	0,00
Transferências correntes obtidas	24.459,60	0,00	24.459,60
Subsídios correntes obtidos - Outros entes públicos	0,00	0,00	0,00
Subsídios correntes obtidos - de outras entidades	0,00	0,00	0,00
Outros proveitos e ganhos operacionais	3.216.023,34	6.363.064,50	9.579.087,84
Proveitos e ganhos financeiros	2.295.733,12	-2.609,60	2.293.123,52
Proveitos e ganhos extraordinários	37.894,62	439.726,78	477.621,40
Total de proveitos do exercício	92.640.483,03	117.230.527,90	209.871.010,93
II - RECEITAS DO EXERCÍCIO	375.011.780,21	117.708.299,46	492.720.079,67
Correcções relativas a exercícios anteriores	116.272.900,44	-109.513.484,89	6.759.415,55
III - RECEITAS EXERCÍCIO ANTERIORES	116.272.900,44	-109.513.484,89	6.759.415,55
TOTAL GERAL	510.201.078,66	8.194.814,57	518.395.893,23

10.5 - MAPA DOS FLUXOS FINANCEIROS - DESPESA

(euros)

Rubrica	2012		
	Valores		
	Pagos	Em dívida	Total
Adiantamentos de clientes	199.610.074,77	57.696.298,41	257.306.373,18
Adiantamentos a fornecedores	1.256.485,04	-266.957,13	989.527,91
Empréstimos obtidos	0,00	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	21.785.906,31	2.320.861,41	24.106.767,72
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	52.084,10	-227.310,75	-175.226,65
Sindicatos	132.863,16	11.089,68	143.952,84
Regularização de dívidas por ordem Tesouro	0,00	0,00	0,00
Devedores e credores diversos	2.258.133,66	280.253,10	2.538.386,76
Total da despesa de fundos alheios	225.095.547,04	59.814.234,72	284.909.781,76
Custos Diferidos	0,00	0,00	0,00
Empréstimos concedidos (Concessão)	0,00	0,00	0,00
Mercadorias	0,00	0,00	0,00
Produtos farmacêuticos	29.053.839,69	18.889.905,01	47.943.744,70
Material de consumo clínico	11.340.318,81	13.957.670,40	25.297.989,21
Produtos alimentares	54.004,64	29.283,31	83.287,95
Material de consumo hoteleiro	176.483,07	199.866,61	376.349,68
Material de consumo administrativo	180.264,65	193.061,63	373.326,28
Material de manutenção e conservação	151.891,52	105.052,91	256.944,43
Outro material de consumo	0,00	0,00	0,00
Total da conta de compras	40.956.802,38	33.374.839,87	74.331.642,25
Investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00
Imobilizações corpóreas	342.219,17	-1.344.686,91	-1.002.467,74
Imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	-8.028,35	88.096,56	80.068,21
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00
Total da conta de imobilizações	334.190,82	-1.256.590,35	-922.399,53
Assistência ambulatorial	0,00	0,00	0,00
Meios complementares de diagnóstico	0,00	0,00	0,00
Meios complementares de terapêutica	0,00	0,00	0,00
Produtos vendidos por farmácias	0,00	0,00	0,00
Internamentos	0,00	0,00	0,00
Transporte de doentes	0,00	0,00	0,00
Aparelhos complementares de terapêutica	0,00	0,00	0,00
Trabalhos executados no exterior	2.458.332,58	5.258.507,63	7.716.840,21
Outros subcontratos	81.660,00	0,00	81.660,00
Total da conta de subcontratos	2.539.992,58	5.258.507,63	7.798.500,21
Fornecimentos e serviços de terceiros	16.264.066,06	5.177.400,51	21.441.466,57
Transferências corrent. Conc. E prest. Sociais	0,00	0,00	0,00
Remunerações dos órgãos directivos	263.135,75	29.755,56	292.891,31
Remunerações base do pessoal	57.376.686,75	5.280.199,78	62.656.886,53
Suplementos de remuneração	15.205.730,85	0,00	15.205.730,85
Prestações sociais directas	90.999,39	0,00	90.999,39
Subsídio de férias e natal	708.579,22	4.822.735,00	5.531.314,22
Prémios de desempenho	0,00	0,00	0,00
Pensões	216.344,79	0,00	216.344,79
Encargos s/ remunerações	11.841.513,58	3.182.558,78	15.024.072,36
Seg. acidentes trab./Doenç. profissionais	371.967,44	0,00	371.967,44
Encargos sociais voluntários	245.884,28	0,00	245.884,28
Outros custos com pessoal	166.664,50	11.859,80	178.524,30
Total da conta de despesas com pessoal	86.487.506,55	13.327.108,92	99.814.615,47
Outros custos e perdas operacionais	65.338,05	52.764,96	118.103,01
Custos e perdas financeiras	18.244,29	4.133,83	22.378,12
Transferências de capital concedidas	0,00	0,00	0,00
Perdas em existências	0,00	0,00	0,00
Perdas em imobilizações	0,00	79.307,29	79.307,29
Multas e penalidades	1.000,30	4,69	1.004,99
Outros custos e perdas extraordinárias	33.148,39	0,00	33.148,39
Total da conta custos/perdas extraordinárias	34.148,69	79.311,98	113.460,67
Imposto s/ rendimento exercício (PC)	105.527,26	-86.268,59	19.258,67
IV - DESPESAS DO EXERCÍCIO	371.901.363,72	115.745.443,48	487.646.807,20
C.R.E.A. - Despesas com pessoal	8.368.683,70	-8.368.683,70	0,00
C.R.E.A. - Outros	118.309.452,35	-117.554.328,58	755.123,77
V - DESPESAS EXERCÍC. ANTERIORES	126.678.136,05	-125.923.012,28	755.123,77
Caixa	17.122,94		17.122,94
Depósitos	11.604.538,66		11.604.538,66
VI - SALDO FINAL	11.621.661,60	0,00	11.621.661,60
TOTAL GERAL	510.201.161,37	-10.177.568,80	500.023.592,57

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

João Manuel Nunes Gonçalves *João* *Amorim*

Handwritten signature and initials:
Cesário
Hau...
Cesário

10.6 - MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO - PROVEITOS E GANHOS

(euros)

Rubrica	2012		
	Orçamentado	Emitido	Cobrados
Vendas e Prestações de Serviços	0,00	0,00	
Vendas			
Prestações de serviços SNS Contrato Programa			
Internamento	84.268.963,11	84.539.369,00	44.825.010,33
Consulta	53.527.401,24	53.224.937,00	18.478.305,42
Urgência/SAP	17.044.020,63	16.991.319,00	9.027.339,10
Quartos particulares	0,00	0,00	0,00
Hospital de dia	1.638.674,76	1.651.375,00	893.759,10
Meios complementares diagnóstico e terapêutica			
De diagnóstico	0,00	0,00	0,00
De terapêutica	0,00	0,00	0,00
Taxas moderadoras	0,00	0,00	0,00
Outras prestações de serviço de saúde	28.635.468,57	26.764.085,41	8.769.251,14
Prestações de serviços Outras Entidades Responsáveis			
Internamento	2.285.454,46	1.685.102,71	253.728,75
Consulta	57.680,64	40.322,49	17.223,42
Urgência/SAP	585.426,92	501.083,63	240.058,63
Quartos particulares	0,00	0,00	0,00
Hospital de dia	270,00	0,00	0,00
Meios complementares diagnóstico e terapêutica			
De diagnóstico	1.159.836,43	828.202,35	116.859,01
De terapêutica	5.476.187,31	5.686.556,92	1.136,13
Taxas moderadoras	3.363.856,51	3.913.182,13	3.323.727,89
Outras prestações de serviço de saúde	371.329,00	125.560,64	34.938,80
Outras prestações de serviços	90.533,87	7.941,74	1.047,24
Total da conta 712	198.505.103,45	195.959.038,02	85.982.384,96
Impostos e taxas	0,00	0,00	0,00
Proveitos suplementares	1.584.459,06	1.538.588,21	1.084.344,39
Transferências e subsídios correntes obtidos			
Transferências do tesouro	0,00	0,00	0,00
Transferências correntes obtidas			
Da ACSS	0,00	0,00	0,00
Do PIDDAC	0,00	0,00	0,00
EU-Fundos Comunit. Proj não co-financ.	11.359,92	24.459,60	24.459,60
Outras Transferências correntes obtidas	0,00	0,00	0,00
Subsídios correntes obtidos - Outros entes públicos	0,00	0,00	0,00
Subsídios correntes obtidos - de outras entidades	23.750,00	0,00	0,00
Total da conta 74	35.109,92	24.459,60	24.459,60
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00
Outros proveitos e ganhos operacionais			
Reembolsos	9.555.453,00	9.300.817,77	3.040.505,26
Produtos de fabricação interna	0,00	0,00	0,00
Não especificados alheios ao valor acrescentado	0,00	-357,00	-357,00
Outros	369.902,58	278.627,07	172.126,53
Total da conta 76	9.925.355,58	9.579.087,84	3.212.274,79
Proveitos e ganhos financeiros	0,00	2.293.123,52	2.295.733,12
Proveitos e ganhos extraordinários	1.500.000,00	4.750.201,26	116.314.186,61
TOTAL GERAL	211.550.028,01	214.144.498,45	208.913.383,47

10.6 - MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO - CUSTOS E PERDAS

Rubrica	2012				
	Orçamentado	Proc. Aquisição	Enc. Assumidos	Processadas	Pagas
Custos Merc. Vend. E Mat. Cons.					
Mercadorias				0,00	
Produtos Farmacêuticos	54.774.053,55			50.362.954,43	
Material de Consumo Clínico	25.596.357,41			25.789.707,55	
Produtos Alimentares	99.115,75			76.793,19	
Material Consumo Hoteleiro	369.815,47			382.649,18	
Material de Consumo Administrativo	706.308,14			445.293,94	
Material de Manutenção/Conservação	319.271,93			262.632,09	
Outro Material Consumo				0,00	
Total da conta 61	81.864.922,24	0,00	0,00	77.320.030,38	
Fornecimentos e Serviços Externos					
Subcontratos					
Trabalhos executados exterior					
Em entidades Ministério Saúde					
Assistência ambulatoria	608,39	12.769,40	12.738,40	861,10	62,00
Meios Complementares diagnóstico	955.295,75	743.684,01	743.142,61	628.583,83	128.173,05
Meios Complementares terapêutica	3.369.224,03	2.914.935,77	2.865.712,40	3.122.653,85	788.826,40
Prescrição de medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Intern. serv.enf. part./T.doentes	0,00	0,00	0,00	5.317,61	0,00
Outros	500.000,00	296.032,39	296.032,39	661.510,75	0,00
Total da conta 62181	4.825.128,17	3.967.421,57	3.917.625,80	4.418.927,14	917.061,45
Em outras entidades					
Assistência ambulatoria	127.341,31	543.104,80	349.204,80	323.616,19	133.580,18
Meios Complementares diagnóstico	1.010.237,62	1.439.262,46	1.384.238,59	991.622,77	465.431,41
Meios Complementares terapêutica	44.671,73	7.587,09	7.587,09	33.181,21	0,00
Prescrição de medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Intern. serv.enf. part./T.doentes	1.680.514,26	1.850.962,86	1.849.710,38	1.846.972,76	935.212,09
Aparelhos Complem. Terapêutica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência no estrangeiro	36.564,35	103.228,11	34.527,95	102.488,78	7.047,45
Termalismo social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros		0,00	0,00	31,36	0,00
Total da conta 62189	2.899.329,27	3.944.145,32	3.625.268,81	3.297.913,07	1.541.271,13
TOTAL DA CONTA 6218	7.724.457,44	7.911.566,89	7.542.894,61	7.716.840,21	2.458.332,58
Outros subcontratos	270.898,20	81.660,00	81.660,00	81.660,00	81.660,00
Fornecimentos e Serviços					
Fornecimentos e Serviços I	5.225.078,67	5.850.307,23	5.379.966,89	5.619.710,77	4.774.411,57
Fornecimentos e Serviços II	2.419.149,66	2.476.443,76	2.436.915,48	2.516.574,00	2.336.785,72
Fornecimentos e Serviços III	13.845.250,77	13.888.126,03	12.912.687,53	13.254.344,17	9.136.762,32
Outros Fornecimentos e Serviços	166.439,88	53.812,68	44.862,75	50.837,63	16.106,45
Total da conta 622	21.655.918,98	22.268.689,70	20.774.432,65	21.441.466,57	16.264.066,06
Total da Conta 62	29.651.274,62	30.261.916,59	28.398.987,26	29.239.966,78	18.804.058,64
Transferências corrent conced./Prest sociais					

10.6 - MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO - CUSTOS E PERDAS

(euros)

Rubrica	2012				
	Orçamentado	Proc. Aquisição	Enc. Assumidos	Processadas	Pagas
Despesas com Pessoal					
Remunerações órgãos directivos					
Remunerações base	308.294,46	199.055,95	199.055,95	217.553,85	199.055,95
Subsidio de férias e natal	0,00	-420,42	-420,42	15.216,58	-420,42
Suplementos de remunerações	0,00	60.120,88	60.120,88	60.120,88	60.120,88
Prestações sociais directas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras remunerações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da conta 641	308.294,46	258.756,41	258.756,41	292.891,31	258.756,41
Remunerações base do pessoal					
RCTFP por tempo indeterminado	32.034.582,45	28.796.947,88	28.793.594,80	31.378.353,37	28.796.947,88
Pessoal c/ contrato a termo resolutivo	5.937.336,66	5.013.135,36	5.013.135,36	5.484.605,25	5.013.135,36
Pessoal Reg cont ind trabalho	25.291.198,58	23.099.671,22	23.099.671,22	25.279.985,49	23.099.671,22
Pessoal em qualquer outra situação	350.238,59	471.311,63	471.311,63	513.942,42	471.311,63
Total da conta 6421	63.613.356,28	57.381.066,09	57.377.713,01	62.656.886,53	57.381.066,09
Suplementos de remuneração					
Horas extraordinárias	5.763.347,29	5.663.642,07	5.663.642,07	5.663.642,07	5.663.642,07
Prevenções	1.575.765,41	1.522.638,36	1.522.638,36	1.522.638,36	1.522.638,36
Noites e Suplementos	3.697.164,80	3.265.084,30	3.265.084,30	3.265.084,30	3.265.084,30
Subsidio de turno	670.880,94	632.938,90	632.938,90	632.938,90	632.938,90
Abono para falhas	2.953,10	2.823,69	2.823,69	2.823,69	2.823,69
Subsidio de refeição	3.701.403,48	3.608.349,57	3.608.349,57	3.608.349,57	3.608.349,57
Ajudas de custo	12.667,14	4.719,60	4.719,60	4.719,60	4.719,60
Vestuario, artig pes,alim e alojamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SIGIC	388.781,50	92.240,43	92.240,43	92.240,43	92.240,43
Outros suplementos	604.958,40	413.293,93	413.293,93	413.293,93	413.293,93
Total da conta 6422	16.417.922,06	15.205.730,85	15.205.730,85	15.205.730,85	15.205.730,85
Prestações sociais diversas	141.154,45	90.999,39	90.999,39	90.999,39	90.999,39
Subsidio de férias e natal	1.471.743,87	708.579,22	708.579,22	5.531.314,22	708.579,22
Pensões	800.000,00	222.605,91	206.745,19	216.344,79	216.344,79
Encargos s/ remunerações	14.650.239,16	0,00	0,00	15.024.072,36	0,00
Seg acidentes trab/Doenç profissionais	340.000,00	371.982,92	371.977,64	371.967,44	371.967,44
Encargos sociais voluntários	338.917,65	245.884,28	245.884,28	245.884,28	245.884,28
Outros custos com pessoal	300.000,00	178.524,30	178.524,30	178.524,30	166.664,50
Total da Conta 64	98.381.627,93	74.664.129,37	74.644.910,29	99.814.615,47	74.645.992,97
Outros custos operacionais	152.203,23	121.115,91	107.749,95	118.103,01	65.338,05
Amortizações do exercício	9.246.979,32	0,00	0,00	8.998.522,81	0,00
Provisões do exercício	250.000,00	0,00	0,00	920.711,18	0,00
Custos e perdas financeiras	25.751,57	26.175,78	26.069,58	22.378,12	18.224,29
Custos e perdas extraordinárias					
Donativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividas incobráveis	0,00	0,00	0,00	221.242,10	0,00
Perdas em existências	0,00	0,00	0,00	556.151,52	0,00
Perdas em imobilizações	0,00	0,00	0,00	79.307,29	0,00
Multas e penalidades	0,00	1.004,99	708,94	1.004,99	1.000,30
Aumentos de amortizações e provisões	0,00	0,00	708,94	0,00	0,00
Correcções relativas a anos anteriores	2.470.000,00	-1.940.771,37	2.876.268,81	6.546.870,63	126.678.136,05
Outros custos e perdas extraordinárias	30.000,00	33.148,39	33.148,39	33.148,39	33.148,39
Total da conta 69	2.500.000,00	-1.906.617,99	2.910.835,08	7.437.724,92	126.712.284,74
TOTAL GERAL	222.072.758,91	103.166.719,66	106.088.552,16	223.872.052,67	220.245.898,69

O Técnico Oficial de Contas

Relatório de Gestão e Contas 2012 | 107

O Conselho de Administração

[Handwritten signatures and stamps]

10.6 - MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO DE COMPRAS

(euros)

Rubrica	2012				
	Orçamentado	Proc. Aquisição	Enc. Assumidos	Processadas	Pagas/Cobradas
Compras					
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos Farmacêuticos					
Medicamentos	50.079.810,41	58.811.793,99	54.486.014,94	44.587.584,21	26.751.494,11
Reagentes e prod.diag. Rápido	4.969.084,62	5.423.688,07	4.646.312,24	4.426.886,52	2.299.867,67
Outros produtos farmacêuticos	434.180,59	55.007,45	0,00	22.201,41	2.477,91
Material de Consumo Clínico	25.573.733,44	26.111.821,95	25.739.341,75	25.204.430,94	11.340.318,81
Produtos Alimentares	97.183,50	120.467,34	94.011,89	83.040,74	54.004,64
Material Consumo Hoteleiro	380.951,91	406.076,11	377.863,33	375.910,51	176.483,07
Material de Consumo Administrativo	693.452,33	510.934,11	382.661,47	372.950,80	180.264,65
Material de Manutenção/Conservação	317.685,33	300.385,06	268.686,96	256.896,20	151.891,52
Outro Material Consumo	0,00	0,00	0,00		
Total das Compras	82.546.082,13	91.740.174,08	85.994.892,58	75.329.901,33	40.956.802,38
DEVOLUÇÃO DE COMPRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESCONTO ABATIMENTOS COMPRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	82.546.082,13	91.740.174,08	85.994.892,58	75.329.901,33	40.956.802,38

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

João Paulo Soares *João Paulo Soares* *João Paulo Soares*

10.6 - MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

(euros)

Rubrica	2012				
	Orçamentado	Proc. Aquisição	Enc. Assumidos	Processadas	Pagas
Imobilizações Corpóreas					
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	100.000,00	539.697,44	491.995,10	391.995,10	251.511,81
Equipamento Básico					
Médico-Cirúrgico	500.000,00	77.168,79	68.017,43	-251.235,12	44.600,11
de Imagiologia		8.548,50	8.548,50	-761.540,53	3.444,00
de Laboratório		261,57	8.610,00	11.518,42	261,57
Mobiliário Hospitalar		4.791,64	4.851,00	-186.560,78	851,63
Desinfecção e esterilização		11.002,35	239,85	239,85	239,85
de Hotelaria		10.296,09	10.296,09	-6.970,33	0,00
Outro		57.691,82	65.514,41	99.142,03	32.376,71
Total da conta 423	500.000,00	169.760,76	166.077,28	-1.095.406,46	81.773,87
Equipamento de transporte	0,00	1.216,47	1.216,47	1.216,47	1.216,47
Ferramentas e Utensílios de desgaste rápido	0,00	0,00	0,00	-1.400,00	0,00
Equipamento Administrativo e Informático					
Equipamento Administrativo	397.290,00	9.570,06	5.576,89	-170.947,20	4.119,27
Equipamento Informático	0,00	16.990,68	12.444,57	-48.618,36	3.597,75
Total da conta 426	397.290,00	26.560,74	18.021,46	-219.565,56	7.717,02
Taras e Vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Imobilizações Corpóreas	997.290,00	737.235,41	677.310,31	-923.160,45	342.219,17
Imobilizações Incorpóreas					
Imobilizações Incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações Em Curso					
Imobilizações em curso	2.669.100,00	1.075.020,39	123.682,15	80.068,21	-8.028,35
Bens de Domínio Público					
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	3.666.390,00	1.812.255,80	800.992,46	-843.092,24	334.190,82

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

João Manuel Pinheiro Gonçalves *Carla* *Henrique* *Alves*

11

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

11.1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

11.1.1. - IDENTIFICAÇÃO E LEGISLAÇÃO

O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. (CHLO) é uma entidade pública empresarial detida a 100% pelo Estado Português, constituída de acordo com o Decreto - Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro.

De acordo com o estipulado na alínea a) do n.º 2 do artigo 1.º daquele diploma, o Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., integrou, por fusão, as seguintes entidades:

- O Hospital Egas Moniz, S.A., com sede na Rua da Junqueira, 126, 1349-019 Lisboa,
- O Hospital de Santa Cruz, S.A., com sede na Avenida Professor Reinaldo dos Santos, 2790-134 Carnaxide,
- O Hospital de São Francisco Xavier, S.A., com sede na Estrada do Forte do Alto do Duque, 1449-005 Lisboa.

Nos termos do n.º 4, artigo 1.º do citado diploma, as entidades atrás referidas foram extintas com a criação do Centro Hospitalar.

11.1.2. - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., é uma pessoa coletiva de direito público, de natureza empresarial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, nos termos do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, e do artigo 18.º do anexo da Lei n.º 27/2002, de 8 de Novembro. Consequentemente, é-lhe aplicável o regime jurídico do Sector Empresarial do Estado (Decreto-Lei n.º 558/99 de 17 de Dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto) e, subsidiariamente, o Código das Sociedades Comerciais.

11.1.3 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EFETIVA

A Estrutura Organizacional do CHLO encontra-se detalhada no ponto 3 do Relatório de Gestão, dando-se aqui por integralmente reproduzida.

11.1.4 - DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES

O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. está integrado no Serviço Nacional de Saúde e tem por objeto principal a prestação de cuidados de saúde à população, designadamente aos beneficiários do Serviço Nacional de Saúde e aos beneficiários dos subsistemas de saúde, ou de entidades externas que com ele contratualizarem a prestação de cuidados de saúde, e a todos os cidadãos em geral.

O CHLO tem também por objeto desenvolver atividades de investigação, formação e ensino, estando a sua participação na formação de profissionais de saúde dependente da respetiva capacidade formativa.

A atividade do CHLO é exercida de forma coordenada pelas três unidades hospitalares que o integram, em submissão às obrigações inerentes ao serviço público que presta, incluindo a sujeição a orientações das autoridades nacionais de saúde relativas à execução da política nacional de saúde. Assim, a grande maioria dos preços praticados pelo CHLO é aprovada oficialmente, sendo o volume de produção, no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, contratualizado anualmente com o Ministério da Saúde, através da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e da Administração Central do Sistema de Saúde, IP.

11.1.5 - RECURSOS HUMANOS

Os órgãos sociais do CHLO nomeados para o triénio 2011-2013 são compostos pelos seguintes elementos:

Conselho de Administração

Maria João Reis Silva de Soares e Pais	Presidente
Maria Celeste Malveiro Serra S.S. dos Anjos Silva	Vogal Executivo
Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	Vogal Executivo
Fernanda Maria Rosa	Enfermeira Diretora

Fiscal Único

Foi nomeado para o triénio 2011-2013:

Fiscal Único Efetivo BDO & Associados, SROC, Lda., representada pelo Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias.

Fiscal suplente Manuel Aleixo Dias.

Pessoal ao serviço do CHLO

Em 31 de Dezembro de 2012, estavam ao serviço do CHLO 4.058 colaboradores, incluindo os membros do Conselho de Administração e outro pessoal dirigente, conforme se evidencia no quadro seguinte:

	Total
Conselho de Administração	4
Dirigentes	18
Pessoal com Contrato Individual Trabalho	1.898
Pessoal com Vínculo à Função Pública	1.987
Pessoal em Regime de Prestação de Serviços	151
Total	4.058

Em 31 de Dezembro de 2011 estavam ao serviço do CHLO, 4.203 colaboradores.

11.1.6 - ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

a) Manual de procedimentos

O CHLO dispõe de procedimentos instituídos nas diversas áreas e principais rotinas, os quais estão integrados num Manual de Procedimentos por área.

b) Livros de registo

Os movimentos são lançados ou integrados, para efeitos de apuramento da informação contabilística e de gestão do CHLO com recurso às diversas aplicações informáticas disponíveis e são registados nos Diários de Movimentos e no Razão.

c) Organização do arquivo dos documentos de suporte

Os documentos de suporte ao registo das operações contabilísticas estão arquivados, por “pagos” e “cobrados”, por número sequencial de caixa e por “Faturas em Aberto por Cliente” e “Faturas em Aberto por Fornecedor”. Existe ainda o arquivo relativo ao diário de “Operações Diversas”.

Em termos contabilísticos, algumas rotinas geram um número de documento interno, com numeração sequencial de base anual.

d) Sistemas informáticos utilizados

O Centro Hospitalar mantém os seus registos contabilísticos na plataforma informática SISCONT da SHI.

Os principais sistemas informáticos utilizados no CHLO são os seguintes:

- Contabilidade Patrimonial e Analítica – SISCONT da SHI ;
- Contas Correntes – SISCONT da SHI ;
- Caixa e Bancos – SISCONT da SHI ;
- Faturação – Sonho da ACSS ;
- Gestão de Recursos Humanos – RHV da ACSS;
- Gestão do Património – GIAF da INDRA;
- Gestão de Stocks – da GLINTT.

e) Demonstrações financeiras Intercalares

São preparadas demonstrações financeiras mensais que são enviadas para a ACSS, IP.

f) Descentralização contabilística

As instalações físicas do CHLO estão dispersas pelas três Unidades Hospitalares referidas em 11.1.1. e pelo Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental da Ajuda, pelo que algumas rotinas são descentralizadas, sendo a respetiva integração assegurada periodicamente.

11.2. NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

11.2.1 - NOTA INTRODUTÓRIA

Base de preparação das contas

O artigo 24º do Projeto de Estatutos publicado em Anexo ao Decreto-Lei nº 233/2005, de 29 de Dezembro, estabelece que o Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. deve seguir o Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde (POCMS), com as adaptações necessárias a estabelecer por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da Saúde.

Entretanto, foi publicado o Despacho nº 17164/2006, de 25 de Agosto, admitindo a possibilidade de existência de algumas contas previstas no POC – Plano Oficial de Contabilidade e a dispensa da utilização das contas de controlo orçamental e de ordem (classe 0 e contas 25), bem como os documentos previsionais e de prestação de contas inerentes.

Deste modo, as presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o POCMS, adaptado em função do referido Despacho.

Consequentemente, as notas a seguir indicadas estão de acordo com a numeração sequencial definida no POCMS. As notas cuja numeração não consta deste anexo, não são aplicáveis ao CHLO ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras em apreciação.

Os valores indicados são expressos em euros.

11.2.2 - COMPARABILIDADE DOS EXERCÍCIOS

Nos mapas das demonstrações financeiras, os valores do exercício são comparáveis com os do exercício anterior.

11.2.3 - CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS E MÉTODOS DE CÁLCULO

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos da empresa, segundo a convenção dos custos históricos e na base da continuidade das operações do Centro, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios.

11.2.3.1 - CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

Os principais critérios valorimétricos adotados foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

As imobilizações incorpóreas e corpóreas estão escrituradas ao custo histórico, com exceção dos bens móveis adquiridos até 31/12/2002 que foram valorizados com base numa avaliação independente, realizada por uma empresa da especialidade, nas três entidades que antecederam o CHLO.

O património Imóvel, não obstante também ter sido avaliado, não foi objeto de qualquer alteração, dado que foi determinado pela ACSS o adiamento do registo contabilístico do efeito da avaliação, enquanto não estiver perfeitamente definida a solução adotar relativamente ao modelo de gestão do património imobiliário afeto às entidades públicas empresariais do sector da saúde.

O novo edifício do Hospital de S. Francisco Xavier, transferido da Direcção Geral do Património em 2005, encontra-se valorizado ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes em regime de duodécimos.

As despesas de reparação e manutenção corrente do imobilizado são consideradas como custos do ano em que ocorrem.

b) Existências

As entradas de existências são registadas ao custo de aquisição. Como método de custeio das saídas e consumos é utilizado o custo médio ponderado.

Os saldos finais de balanço são ainda ajustados na sequência das contagens físicas efetuadas com referência ao final do exercício.

c) Provisões para clientes de cobrança duvidosa

Em face da análise dos riscos de crédito, o Centro Hospitalar adotou o critério de provisionar os créditos em mora em função do nível de risco atribuído a cada grupo de entidades (clientes e devedores diversos) e da antiguidade das respetivas dívidas, assumindo um critério semelhante ao fiscalmente definido como máximo aceitável.

Relativamente aos créditos de entidades públicas, que em alguns casos têm uma antiguidade significativa, têm, no entanto, vindo a ser progressivamente regularizados, razão pela qual se optou, já no exercício de 2006, por não efetuar quaisquer provisões para riscos de cobrança associados a estes créditos. Este critério foi mantido, de forma consistente, no decurso dos exercícios de 2006 a 2011.

Para as dívidas das Regiões Autónomas, foi entendimento do Conselho de Administração em anos anteriores que, dado a antiguidade bastante elevada da dívida e não terem ocorrido pagamentos, não era possível avaliar se, ou quando, se processaria a recuperação das dívidas destas entidades, razão pela qual o Conselho de Administração achou prudente manter e reforçar a provisão constituída em 2006 até 2010. Em 2011 foi vontade do Conselho de Administração alterar a política contabilística que vinha sendo adotada, passando a não reconhecer provisões para as dívidas das Regiões Autónomas e anulando, consequentemente, as provisões anteriormente constituídas para este fim. Esta posição do Conselho de Administração é tomada face à posição assumida pela ACSS – Administração Central dos Sistemas de Saúde, I.P., no âmbito da correspondência trocada, reitera as instruções de que “devem os estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde manter a faturação às Regiões Autónomas nos termos do ofício circular nº 11702, de 15/12/2006”.

A ACSS comunicou ainda, no âmbito da correspondência trocada, que “as dívidas das Regiões Autónomas aos serviços e estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde estão a ser objeto de análise por este instituto”.

d) Provisão para outros riscos e encargos

A provisão para outros riscos e encargos foi determinada com base na estimativa que o Centro Hospitalar e os seus advogados fazem dos riscos relacionados com a sua atividade e os decorrentes das ações judiciais em curso movidas por terceiros a 31 de Dezembro e tendo em conta também o histórico das ações julgadas no passado.

A provisão para taxas moderadoras, é determinada tendo em conta a probabilidade da cobrança da taxa moderadora e a antiguidade.

e) Provisões para existências

Estas provisões são determinadas em função da rotatividade das existências, bem como da sua data de validade, nos casos em que não se encontra assegurada a respetiva reposição pelos fornecedores, sempre com referência à data de encerramento de cada exercício.

f) Locação financeira

No ano de 2012 não foram adquiridos ativos imobilizados mediante contratos financeiros. Contudo quando se verifica a aquisição mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

g) Especialização dos exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos no momento em que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento (exceto no indicado na alínea j) abaixo).

Consequentemente, o CHLO regista nas rubricas de Acréscimos e Diferimentos, do Ativo e do Passivo, os efeitos decorrentes das operações de especialização associadas a custos e proveitos cuja documentação de suporte ainda não estava disponível à data de 31 de Dezembro, bem como outras estimativas associadas à aplicação do princípio da especialização dos exercícios, compreendendo designadamente:

- Reconhecimento dos proveitos imputáveis ao período e ainda não faturados, relativos a Internamentos e atos médicos, com exceção dos relativos aos atos médicos em curso à data do balanço;
- As remunerações e respetivos encargos relativos a horas extraordinárias, férias e subsídio de férias, vencidos e não pagos no final de cada exercício;
- Os prémios de seguro, repartidos pelos exercícios, de acordo com o respetivo período de vigência;
- Reconhecimento de compras e custos incorridos e ainda não faturados à data de encerramento das contas, provenientes de bens e serviços prestados por terceiros ainda no exercício em análise;
- Subsídio recebido a fundo perdido para financiamento de imobilizações, os quais serão reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações subsidiadas, a partir do momento em que as mesmas entrarem em funcionamento, de acordo com o referido na alínea seguinte.

h) Subsídios ao investimento

Os subsídios ao investimento são registados em proveitos diferidos aquando do seu recebimento e são transferidos para resultados na proporção das amortizações praticadas sobre os bens financiados.

i) Pensões de reforma

O Centro Hospitalar não tem responsabilidade de pagamento de complementos de Aposentações e de Pensões de sobrevivência de acordo com o estabelecido no artigo 159.º da Lei 55-A/2010, de 31 de Dezembro.

j) Registo dos proveitos correspondentes a atos médicos

Os proveitos correspondentes aos atos médicos efetuados no hospital são reconhecidos em resultados no momento em que são realizados, exceto nos casos de valorização dos atos médicos em curso à data do balanço, que só são faturados depois de codificados.

k) Imposto sobre o rendimento (IRC)

A contabilização do imposto sobre o rendimento é efetuada de acordo com o método corrente, com base na estimativa do imposto sobre o rendimento a pagar em relação ao ano a que respeita.

De acordo com o n.º 1 do artigo 52.º do CIRC, e para os prejuízos fiscais apurados a partir de 2010 inclusive os mesmos são reportáveis durante um período de quatro anos após a sua ocorrência, para os prejuízos fiscais apurados em anos anteriores ao exercício de 2010, os prejuízos fiscais continuam a poder ser deduzidos durante seis anos e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de Dezembro de 2011, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam 97.101.203,22 euros.

Exercicio	Prejuízo fiscal dedutível
2008	9.757.202,62
2009	24.305.346,44
2010	32.742.136,08
2011	18.475.688,05
2012	11.820.830,03
Total	97.101.203,22

Em 2012, à semelhança do sucedido em exercícios anteriores, não foram reconhecidos contabilisticamente, por uma questão de prudência, impostos diferidos ativos, não se tendo adotado os procedimentos previstos na Diretriz Contabilística nº. 28

11.2.3.2 - MÉTODOS DE CÁLCULO UTILIZADOS

a) Amortizações

Os bens do ativo imobilizado corpóreo são amortizados de acordo com as taxas do Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de Setembro, utilizando-se o método das quotas constantes a partir do dia da entrada em funcionamento dos bens, sendo calculadas numa base diária, de tal modo que os bens fiquem amortizados durante o seu período de vida útil estimada.

As principais taxas de amortização utilizadas são as seguintes:

	% Anual
Edifícios e outras construções	2% a 10%
Equipamento básico	12,5% a 33,33%
Equipamento transporte	14,28% a 25%
Ferramentas e utensílios	14,28% a 25%
Equipamento administrativo	10% a 33,33%
Outras imobilizações corpóreas	12,5% a 25%

Os bens cujo valor unitário não ultrapasse os 1.000,00 euros são amortizados integralmente no decurso do ano da aquisição.

b) Provisões

Foram constituídas as seguintes provisões:

- **Provisão de dívidas a receber**

Foram constituídas provisões para dívidas a receber, de acordo com o seguinte critério:

- Provisionadas em 25% as dívidas de entidades privadas (Clientes, Utentes e Companhias de Seguros) cujos saldos estejam em mora há mais de seis meses e até 12 meses;

- Provisionadas em 50% as dívidas de entidades privadas (Clientes, Utentes e Companhias de Seguros) cujos saldos estejam em mora há mais de 12 meses e até 18 meses;
- Provisionadas em 75% as dívidas de entidades privadas (Clientes, Utentes e Companhias de Seguros) cujos saldos estejam em mora há mais de 18 meses e até 24 meses;
- Provisionadas integralmente as dívidas de entidades privadas (Clientes, Utentes e Companhias de Seguros) cujos saldos estejam em mora há mais de 24 meses.

O Conselho de Administração entende que as provisões apuradas, de acordo com os critérios de avaliação de risco atrás referidos, no montante de 6.060.651,89 euros, acautelam, com razoável segurança, os riscos de crédito associados.

- **Provisão para riscos e encargos**

Foram constituídas provisões para riscos e encargos, de acordo com o seguinte critério:

- A provisão para taxas moderadoras, é determinada tendo em conta a probabilidade da cobrança da taxa moderadora e a antiguidade.
- A provisão para outros riscos e encargos é determinada com base na estimativa que o Centro Hospitalar e os seus advogados fazem dos riscos relacionados com a sua atividade e os decorrentes das ações judiciais em curso movidas por terceiros.

Face ao entendimento do Conselho de Administração, suportado na opinião expressa pelos seus Advogados, foi reforçada em 370.831,59 a provisão para processos judiciais em curso que se encontrava constituída e reforçada a provisão para risco da atividade em 461.519,81 euros em virtude da possibilidade de não se conseguir cobrar as taxas moderadoras especializadas no final do exercício.

.

- **Responsabilidades com complementos de pensões de reforma e sobrevivência**

O CHLO assumia a responsabilidade pelo pagamento de complementos de aposentações e de pensões de sobrevivência em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 498/72, de 9 de Dezembro, e no Decreto-Lei nº 141/79, de 22 de Maio.

A partir de 01 de Janeiro de 2011 e de acordo com o estabelecido no artigo 159.º da Lei 55-A/2010, de 31 de Dezembro essa responsabilidade passou a ser suportada pelas verbas de alienação dos imóveis do Estado afetos ao Ministério da Saúde e das Entidades integradas no SNS.

No exercício de 2012 foram pagos complementos de aposentação e sobrevivência no montante 216.344,78 euros. Em 2011 os pagamentos da mesma natureza ascenderam de 936.080,97 euros.

c) Impostos

O Centro Hospitalar encontra-se sujeito ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) . No exercício em apreço, atendendo, à existência de matéria coletável negativa, o montante de imposto apurado respeita apenas às situações sujeitas a tributação autónoma.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social).

As declarações fiscais do IVA, IRS e IRC respeitantes aos anos de 2009 a 2012 do Centro Hospitalar, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora o Conselho de Administração considere que eventuais correções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2012.

11.2.4 - DÍVIDAS DE E A TERCEIROS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira relacionam-se com aquisições no mercado externo e são contabilizadas em moeda nacional aos câmbios em vigor na data das operações, sendo atualizados os saldos de balanço, de acordo com os câmbios em vigor em 31 de Dezembro.

11.2.6 – IMOBILIZADO INCORPÓREO

No imobilizado incorpóreo a conta de "Despesas de instalação" expressa o valor relativo a despesas realizadas em anos anteriores com a constituição dos três Hospitais.

A conta de "Despesas de investigação e de desenvolvimento" contém os valores despendidos em anos anteriores com projetos de investigação e desenvolvimento.

11.2.7 – MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ATIVO IMOBILIZADO E NAS RESPECTIVAS AMORTIZAÇÕES.

Ativo Imobilizado

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alien.	Regular.	Transf/Abates	Saldo Final
Imobilizações Incorpóreas						
Despesas de Instalação	541.854,87	0,00	0,00	0,00	0,00	541.854,87
Desp. Investigação Desenvolvi/o	607.033,17	0,00	0,00	0,00	0,00	607.033,17
Sub-total	1.148.888,04	0,00	0,00	0,00	0,00	1.148.888,04
Imobilizações Corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	94.200.604,21	391.995,10	0,00	4.986,00	0,00	94.597.585,31
Equipamentos básicos	63.013.080,86	287.825,37	0,00	-4.986,00	-1.383.231,83	61.912.688,40
Equipamentos Transporte	2.219.237,72	1.216,47	0,00	0,00	0,00	2.220.454,19
Ferramentas e utensílios	604.294,57	0,00	0,00	0,00	-1.400,00	602.894,57
Equipalo administ. e informático	17.434.163,22	17.738,26	0,00	0,00	-237.303,82	17.214.597,66
Outras Imobilizações corpóreas	161.199,55	0,00	0,00	0,00	0,00	161.199,55
Imob. curso de imob. corpóreas	574.198,01	115.639,68	0,00	0,00	-35.571,47	654.266,22
Adiantalo p/conta imob. corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-total	178.206.778,14	814.414,88	0,00	0,00	-1.657.507,12	177.363.685,90

Amortizações Acumuladas

Rubricas	Saldo Inicial	Reforços	Regularizações	Saldo Final
Imobilizações Incorpóreas				
Despesas de Instalação	541.854,87	0,00	0,00	541.854,87
Desp. Investigação Desenvolvi/o	607.033,17	0,00	0,00	607.033,17
Sub-total	1.148.888,04	0,00	0,00	1.148.888,04
Imobilizações Corpóreas				
Terrenos e recursos naturais		0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	32.116.465,66	4.022.989,65	0,00	36.139.455,31
Equipamentos básicos	50.613.518,75	3.853.871,87	1.386.894,58	53.080.496,04
Equipamentos Transporte	1.812.386,72	77.961,85	0,00	1.890.348,57
Ferramentas e utensílios	593.930,85	7.163,81	1.400,00	599.694,66
Equipalo administ. e informático	15.244.649,91	1.016.679,15	243.029,83	16.018.299,23
Outras Imobilizações corpóreas	90.490,55	19.856,48	-0,01	110.347,04
Imob. curso de imob. corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantalo p/conta imob. corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-total	100.471.442,44	8.998.522,81	1.631.324,40	107.838.640,85

11.2.10 – DIPLOMAS LEGAIS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

De acordo com o estipulado nos diplomas legais que transformaram em sociedade anónima as Unidades Hospitalares que antecederam o Centro, foram efetuadas, no exercício de 2003, as avaliações dos respetivos ativos imobilizados corpóreos. Conforme referido na alínea a) da Nota 11.2.3.1., encontra-se pendente de decisão tutelar o reconhecimento nas demonstrações financeiras dos efeitos da avaliação dos bens imóveis que se encontram evidenciados em balanço.

As avaliações dos restantes bens de imobilizado, afetos às Unidades Hospitalares que antecederam o CHLO, realizadas em 2003, geraram uma reserva de avaliação no montante de 10.033.112,39 euros, de acordo com a seguinte discriminação:

Designação Hospital	Valor da Reserva
Hospital de Egas Moniz	8.234.289,96
Hospital S. Francisco Xavier	3.209.123,71
Hospital Santa Cruz	-1.410.301,28
Total	10.033.112,39

11.2.13 - BENS UTILIZADOS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA E OPERACIONAL

Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira e operacional e menção dos respetivos valores contabilísticos:

Nome do Locador		Descrição do Bem	Início	Fim	Valor aquis.
BPI	LO	Equipamento Ressonância Magnética	25-09-2010	25-08-2017	1.749.000,00
Toshiba, SA	LO	Equipamento Angiografia	14-01-2010	14-01-2018	1.159.995,84
General Electric, SA	LO	Equipamento Camara Gama	29-09-2011	23-08-2018	639.660,00
Total					3.548.655,84

11.2.23 - DEVEDORES DE COBRANÇA DUVIDOSA

Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
218111 ADSE	0,00	0,00	0,00	0,00
218112 Forças Armadas	0,00	0,00	0,00	0,00
218113 Forças Militarizadas	0,00	0,00	0,00	0,00
218114 SAMS	41.323,82	0,00	0,00	41.323,82
218115 IOSCTT - ACS Portugal Telecom	110.224,05	0,00	0,00	110.224,05
218116 Serviços Socias	47.424,95	0,00	0,00	47.424,95
218119 Outros Subsistemas	9.852,39	0,00	0,00	9.852,39
21813 Companhias de Seguros	1.306.871,29	0,00	502.680,40	804.190,89
21819 Outros Clientes	1.449.190,98	0,00	125.656,05	1.323.534,93
2183 Utentes, c/c	2.334.997,36	0,00	92.837,60	2.242.159,76
2189 Outros clientes	1.398.425,94	0,00	0,00	1.398.425,94
Total	6.698.310,78	0,00	721.174,05	5.977.136,73

Verificou-se no total das dívidas de terceiros uma redução de 721.174,05 euros.

11.2.24 - DÍVIDAS DO PESSOAL

O valor das dívidas relacionadas com Pessoal, era o seguinte:

Rúbricas	2012	2011
Dívidas Activas		
Reposições de Vencimento	227.310,75	219.108,84
Sub-total	227.310,75	219.108,84
Dívidas Passivas		
Remunerações a Pagar		
Despesas de Saúde	174.358,73	174.361,01
Férias e Subsídios de Férias	5.294.318,34	6.100.906,81
Encargos c/ Férias e Subsídios de Férias	6.953.255,27	1.214.196,70
Horas Extraordinárias e outros Abonos	1.766.405,04	1.766.405,04
Sub-total	14.188.337,38	9.255.869,56

Os valores a pagar referente a férias e subsídio de férias, encargos e horas extras, são valores a pagar em 2013 referente a custos incorridos no ano corrente. O aumento nos encargos c/ férias e subsídios de férias justifica-se com o acórdão 187/2013 do Tribunal de Constitucional que veio tornar obrigatório o reconhecimento do subsídio de férias aos trabalhadores do Estado a quem o mesmo havia sido retirado.

11.2.26 - DÍVIDAS AO ESTADO EM SITUAÇÃO DE MORA

O CHLO não tem qualquer situação de dívida ao Estado em situação de mora.

11.2.28 - GARANTIAS BANCÁRIAS

Existe um depósito a prazo na Instituição bancária Montepio, no montante de 47.650,00 euros, cuja finalidade é a de caucionar uma garantia bancária prestada por esse banco e constituída a favor do Tribunal de Trabalho.

11.2.31 - MOVIMENTOS DAS PROVISÕES

Os movimentos ocorridos foram os seguintes, em conformidade com os critérios anteriormente referidos:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Provisões p/ aplicações Tesouraria				
Provisões p/ cobrança duvidosa	6.060.651,89	0,00	0,00	6.060.651,89
Provisões p/ riscos encargos	4.354.477,45	832.351,40	0,00	5.186.828,85
Provisões p/ depreciação existências	205.138,51	88.359,78	13.336,68	280.161,61
Provisões p/ investimentos financeiros				0,00
Total	10.620.267,85	920.711,18	13.336,68	11.527.642,35

11.2.32 – VARIAÇÕES NAS CONTAS DE FUNDOS PRÓPRIOS

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
51 Capital	126.860.000,00	0,00	0,00	126.860.000,00
571 Reservas Legais	947.288,29	0,00	0,00	947.288,29
572 Reservas Estatutárias	58.831,59	0,00	0,00	58.831,59
574 Reservas Livres	12.774.118,72	0,00	0,00	12.774.118,72
576 Doações	1.778.503,86	70.298,98	0,00	1.848.802,84
577 Reservas dec. Transf. Activo	29.701.398,46	0,00	0,00	29.701.398,46
59 Resultados Transitados	-122.303.774,23	0,00	9.502.571,74	-131.806.345,97
88 Resultado Liquido do Exercício	-9.502.571,74	-9.746.812,86	-9.502.571,74	-9.746.812,86
Total	40.313.794,95	-9.676.513,88	0,00	30.637.281,07

O capital estatutário é detido pelo Estado Português e foi fixado no Mapa II do Anexo I do Decreto-Lei nº 233/2005, de 29 de Dezembro, em 126.860.000,00 euros, correspondendo ao somatório do capital social dos três Hospitais que o antecederam.

O montante de 70.298,98 euros na rubrica doações refere-se a donativos de equipamento e numerário, obtidos no decurso do ano.

A rubrica de resultados transitados foi debitada pelos resultados líquidos do exercício de 2011, no montante de 9.502.571,74 euros.

11.2.33 – DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Códigos Contas	Movimentos	Mercadorias	Matérias Primas, Subs. e Consumo
36	Existências iniciais	0,00	11.029.839,40
31	Compras	0,00	75.329.901,33
793 + 693	Regularização de existências	0,00	52.694,34
36	Existências finais	0,00	9.092.404,69
61	Custos no exercício	0,00	77.320.030,38

11.2.35 - VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ATIVIDADE E POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

A atividade do CHLO desenvolve-se exclusivamente em Portugal, pelo que os serviços prestados ocorreram todos no País.

11.2.37 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os custos e perdas financeiras no montante de 22.378,12 euros respeitam, essencialmente, ao pagamento de juros de contratos de locação financeira e serviços bancários diversos.

Custos e Perdas		Exercícios	
Cod	Designação	2012	2011
681	Juros Suportados	389,41	3.327,63
683	Amortizações investimentos em imóveis	0,00	0,00
684	Provisões p/ aplicações financeiras	0,00	0,00
685	Diferenças ed câmbio desfavoráveis	6,37	138,93
687	Perdas na alienação aplicações tesouraria	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiras	21.982,34	22.285,01
	Resultados financeiros (+/-)	2.270.745,40	96.468,53
	TOTAL	2.293.123,52	122.220,10

Os proveitos e ganhos financeiros respeitam essencialmente aos juros provenientes de descontos de pronto pagamentos obtidos e por notas de crédito recebidas no âmbito do Programa Extraordinário de Regularização de dívidas que por imposição da ACSS, foram contabilizadas, como desconto financeiro do ano de 2012, na conta 788 – outros proveitos e ganhos financeiros.

Proveitos e Ganhos		Exercícios	
Cod	Designação	2012	2011
781	Juros Obtidos	130.793,83	122.208,66
783	Rendimentos de Imóveis	0,00	0,00
785	Diferenças de câmbio favoráveis	87,83	0,00
786	Descontos p/pagamentos obtidos	798.085,94	0,00
787	Outros custos e perdas financeiras	0,00	0,00
788	Outros proveitos e ganhos financeiros	1.364.155,92	11,44
TOTAL		2.293.123,52	122.220,10

Em consequência dos custos e proveitos financeiros gerados, o resultado financeiro do exercício ascendeu a 2.270.745,40 euros.

11.2.38 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Custos e Perdas		Exercícios	
Cod	Designação	2012	2011
691	Transferências de capital concedidas	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	221.242,10	0,00
693	Perdas em existências a)	556.151,52	436.490,28
694	Perdas em imobilizações b)	79.307,29	23.245,93
695	Multas e penalidades	1.004,99	4.210,00
696	Aumentos amortizações e provisões c)	0,00	2.539.325,97
697	Correcções relativas exercicios anteriores d)	6.546.870,63	1.621.114,21
698	Outros custos perdas extraordinários	33.148,39	29.053,76
Resultados extraordinários (+/-)		-2.687.523,66	19.508.502,21
TOTAL		4.750.201,26	24.161.942,36

Proveitos e Ganhos		Exercícios	
Cod	Designação	2012	2011
792	Recuperações de dívidas	0,00	0,00
793	Ganhos em existências e)	680.671,40	272.327,98
794	Ganhos em imobilizações	0,00	919,05
795	Benefícios e penalidades contratuais	18.114,99	38.171,06
796	Reduções de amortizações provisões f)	13.336,68	12.607.858,45
797	Correcções relativas exercicios anteriores g)	3.650.397,32	10.732.143,22
798	Outros proveitos ganhos extraordinários h)	387.680,87	510.522,60
TOTAL		4.750.201,26	24.161.942,36

Os montantes mais expressivos de cada rubrica dizem respeito ao seguinte:

- a) As perdas em existências respeitam às quebras apuradas nas conferências físicas realizadas próximo do final do exercício e outros acertos efetuados ao longo do exercício;
- b) As perdas em imobilizações decorrem essencialmente dos movimentos de abates de imobilizado ocorrido no exercício;
- c) A redução de provisões contabilizado na rubrica de custos e perdas extraordinárias, justifica-se por em 2011 ter havido uma revisão no cálculo da estimativa para provisões de clientes de cobrança duvidosa. Estendendo-se esta provisão, aos subsistemas de saúde particulares e à rubrica outros devedores que não sejam entidades do estado.
- d) As correções relativas a exercícios anteriores respeitam, essencialmente, à correção de proveitos especializados em excesso no ano de 2011 (972.271,22) euros, correções ao contrato programa (2.770.520,75) euros, assunção de dívidas, faturas de fornecedores que não estavam registadas, mas eram devidas no montante de (1.672.784,76) euros.
- e) Os ganhos em existências englobam ajustamentos de existências da contabilidade às compras;
- f) As correções de provisões são devidas à redução da provisão para clientes de cobrança duvidosa;
- g) As correções relativas a exercícios anteriores respeitam essencialmente à faturação às Regiões Autónomas de atos médicos realizados em anos anteriores (451.009,10), emissão e correção de faturas a Instituições do Ministério da Saúde (2.274.487,47) euros, e correção da especialização de custos em anos anteriores (52.624,84) euros;
- h) Os Outros Ganhos e Proveitos Extraordinários englobam essencialmente o proveito imputado ao exercício da parte proporcional relacionada com o reconhecimento de subsídios ao Investimento recebidos em exercícios anteriores, destinados ao cofinanciamento de investimentos realizados.

11.2.39. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

11.2.39.1 - ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Decomposição dos saldos evidenciados no balanço em 31 de Dezembro de 2012:

Acréscimos de Proveitos		2012	2011
2711	Juros a receber	11.301,95	13.911,58
27191	Instituições Ministério da Saúde	3.777.266,29	27.033.932,29
27199	Outras Entidades	9.916.400,73	5.782.816,92
Total		13.704.968,97	32.830.660,79

Custos Diferidos		2012	2011
2729	Outros Custos Diferidos	3.404,02	7.163,62
Total		3.404,02	7.163,62

Acréscimos de Custos		2012	2011
2732	Remunerações a liquidar	14.013.978,65	9.081.508,55
2739	Outros acréscimos de custos	2.761.126,58	2.203.705,33
Total		16.775.105,23	11.285.213,88

Proveitos Diferidos		2012	2011
2745	Subsídios para Investimentos	2.513.924,65	2.878.121,68
2749	Outros proveitos diferidos	42.037,19	44.721,19
Total		2.555.961,84	2.922.842,87

Na rubrica acréscimos de proveitos estão registados nomeadamente, os proveitos provenientes dos atos médicos prestados em 2011 e 2012, mas ainda não faturados à ACSS no âmbito do Contrato Programa (3.777.266,29 euros) e faturação aos subsistemas, utentes e outros clientes de atos médicos, taxas moderadoras e medicamentos não emitida no valor de 9.916.400,73 euros;

Nos acréscimos de custos, remunerações a liquidar, estão registados os valores a pagar aos colaboradores no ano de 2013, mas respeitantes a 2012 e que dizem respeito a férias, subsídio de férias, trabalho extraordinário e encargos sobre remunerações relacionados com as mesmas. O aumento acentuado do valor de 2011 para 2012 justifica-se com acórdão 187/2013 do Tribunal de Constitucional que veio tornar obrigatório o reconhecimento do subsídio de férias aos trabalhadores do Estado a quem o mesmo havia sido retirado.

Na rubrica outros acréscimos de custos estão registados custos ocorridos em 2012, relacionados com Compras e Fornecimentos e Serviços Externos, mas cujas faturas ainda não tinham sido recebidas à data do fecho das contas ou são datadas de 2013.

Os proveitos diferidos contemplam essencialmente subsídios recebidos para o investimento mas cujos proveitos serão registados na proporção das amortizações dos bens associados.

11.2.39.2 - REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Órgão Sociais		2012
6411	Conselho de Administração	292.891,31
6223	Fiscal Único a)	16.557,13
Total		309.448,44

a) Inclui IVA à taxa legal

11.2.39.3 - DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro estas rubricas apresentavam a seguinte composição:

Activo		2012	2011
211	Clientes C/C	9.517.427,16	9.884.175,58
2111	Subsistemas	8.418.455,10	9.152.172,53
2113	Companhias de Seguros	701.034,55	518.884,59
2119	Outros Clientes	397.937,51	213.118,46
213	Utentes	568.933,60	329.675,48
215	Instituições do Estado	34.700.613,03	60.142.888,72
218	Clientes Cobrança Duvidosa	5.977.136,73	6.698.310,78
21811	Subsistemas	208.825,21	208.825,21
21813	Companhias de Seguros	804.190,89	1.306.871,29
21819	Outros Clientes	1.323.534,93	1.449.190,98
2183	Utentes c/c	2.242.159,76	2.334.997,36
2189	Outros Clientes	1.398.425,94	1.398.425,94
26	Outros Devedores		
262	Pessoal	227.310,75	219.108,84
268311	Instituições Ministério da Saúde	6.976.276,67	14.648.401,82
268319	Outras Instituições Públicas	1.607.607,51	1.781.421,33
26839	Outros Devedores Diversos	1.425.223,73	1.415.827,22

11.2.39.4 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Esta rubrica apresenta a seguinte desagregação, a nível de Ativo e de Passivo:

Activo		Exercícios	
Designação	2012	2011	
IRC - Pagamento Especial p/ Conta	350.000,00	276.214,11	
IRC - Retenção na Fonte	31.658,66	0,00	
IRC - Imposto a Recuperar	40.000,00	40.000,00	
IRS - Sobre Outros Rend.	181.183,96	185.234,96	
Total	602.842,62	501.449,07	

Passivo		Exercícios	
Designação	2012	2011	
IRS - Trabalho Dependente	704.416,09	1.085.783,79	
IRS - Trabalho Independente	32.988,40	36.730,08	
IRS - Prediais	0,00	0,00	
IVA a Pagar	158.613,26	211.076,86	
Contribuições Segurança Social	1.990.463,00	1.751.091,51	
IRC-Imposto a pagar	19.258,67	0,00	
Restantes Impostos	0,00	0,00	
Total	2.905.739,42	3.084.682,24	

11.2.39.5 - OUTROS CREDITORES

Em 31 de Dezembro esta rubrica tinha a seguinte composição:

Passivo		2012	2011
262	Pessoal	174.358,73	174.361,01
263	Sindicatos	11.089,68	11.084,29
26881	Credores Diversos Instituições Estado	21.841.699,23	22.176.813,57
26889	Outros Credores Diversos	1.130.067,28	1.797.305,44
Total		23.157.214,92	24.159.564,31

11.2.39.6 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O saldo decompõe-se principalmente das seguintes rubricas:

Rúbrica		2012	2011
621	Subcontratos	7.798.500,21	9.448.866,27
62211	Electricidade	1.916.100,38	1.549.426,11
62212	Combustível	2.138.835,89	1.636.343,31
62213	Água	577.592,84	556.674,15
62219	Rendas e Alugueres	937.418,24	749.591,37
62222	Comunicação	427.005,11	464.800,14
62229	Honorários	2.065.522,73	2.402.970,51
62232	Conservação e Reparação	4.698.003,63	5.071.263,01
62234	Limpeza, Higiene e Conforto	2.534.959,65	2.800.929,87
62235	Vigilância e Segurança	1.116.801,88	1.212.970,17
62236	Trabalhos especializados	4.832.646,30	6.636.256,58
6229	Outros Fornecimentos e serviços	50.837,63	187.011,10

11.2.39.9 – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS TERMO DO EXERCÍCIO

Não ocorreram quaisquer outros factos relevantes após o termo do exercício, que possam vir a ter impacto nas demonstrações financeiras do Centro Hospitalar em 31 de Dezembro de 2012.

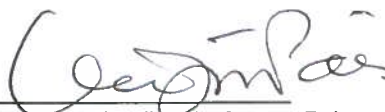
Técnico Oficial de Contas



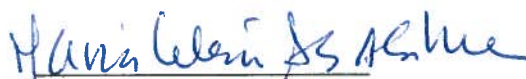
Dr. João Manuel Nunes Gonçalves

(TOC)

O Conselho de Administração



Dra. Maria João Reis Silva de Soares Pais
(Presidente)



Dra. Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva
(Vogal)



Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira
(Vogal)



Enf. Fernanda Maria da Rosa
(Enfermeira Diretora)

12 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. (adiante também designada por CHLO ou Empresa), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2012 (que evidencia um ativo líquido de 159 737 519 euros e um fundo patrimonial positivo de 30 637 281 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 9 746 813 euros), as Demonstrações de Resultados por Natureza e por Funções, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o Anexo, referentes ao exercício findo naquela data.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do CHLO, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Exceto quanto às situações mencionadas nos parágrafos 7 e 8 abaixo, o nosso exame foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objectivo de obtermos um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, por amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação da adequacidade das políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação da adequacidade, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. Os diplomas legais respeitantes à transformação, em sociedades anónimas, dos Hospitais de São Francisco Xavier, Egas Moniz e Santa Cruz, estipularam a obrigatoriedade de se proceder à reavaliação dos imobilizados corpóreos destas instituições, a reconhecer contabilisticamente até ao final de 2003 por contrapartida do Património. Ao que apurámos, por orientação da Tutela, as referidas reavaliações não foram refletidas contabilisticamente, sendo que não estão disponíveis elementos que permitam quantificar o efeito desta situação nas demonstrações financeiras do CHLO em 31 de dezembro de 2012, o que configura uma limitação ao âmbito e profundidade do nosso trabalho.

8. À data da emissão desta certificação, não havíamos sido habilitados com um conjunto significativo de respostas aos pedidos de confirmação de saldos e de outras informações, nomeadamente de clientes e fornecedores. Por outro lado, o processo de análise e reconciliação das respostas recebidas desenvolvida pelos Serviços do CHLO, evidenciam valores reclamados por fornecedores, ainda não reconhecidos e em grande parte relacionados com pagamentos efetuados no período complementar. Estas situações configuram limitações ao âmbito e profundidade dos nossos trabalhos, cuja análise e regularização está a ser acompanhada pela Administração.

Opinião

9. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam ser necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7 e 8 anteriores, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., em 31 de dezembro de 2012, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal no Sector Público da Saúde.

Ênfases

10. Sem afetar a opinião expressa nos parágrafos anteriores, chamamos a atenção para que o total do Fundo Patrimonial ascende a 30 637 281 euros, quando o Património do CHLO é de 126 860 000 euros que assim está perdido em mais de 50%, em virtude dos resultados transitados negativos acumulados, sendo que se admite que o princípio da continuidade, como entidade pública empresarial, será assegurado pelo Estado. O Conselho de Administração contempla especificamente no seu Relatório de Gestão a análise da sustentabilidade e o controlo do equilíbrio financeiro do CHLO.



Relato sobre outros requisitos legais

11. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 30 de abril de 2013

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Pedro Aleixo Dias'.

Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados - SROC

13 RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

No cumprimento do mandato que nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, vem o Fiscal Único emitir o seu relatório anual e parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas de 2011 do Conselho de Administração da Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. (adiante designado também por CHLO), datado de 20 de junho de 2012.

O Relatório de Gestão e Contas de 2012 responde, apropriadamente, às exigências legais aplicáveis em geral e, especificamente, às exigências de divulgação previstas no Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de dezembro, na sua atual redação.

Os referidos documentos de prestação de contas foram objeto de exame, ficando a Certificação Legal das Contas a fazer parte integrante do presente relatório. O Balanço, as Demonstrações de Resultados por Natureza e por Funções, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o respetivo Anexo e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira, dos resultados e dos fluxos de caixa do CHLO e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Do trabalho realizado, salientamos os seguintes aspetos:

- O CHLO tem apresentado nos últimos anos resultados negativos, estando o Património em 31 de dezembro de 2012 perdido em mais de 50%.
- Da revisão efetuada, não foi identificado qualquer incumprimento, por parte do CHLO, dos deveres especiais de informação, nos termos do Despacho nº14277/2008, de 23 de maio. O Relatório de Gestão cumpre, nomeadamente, os princípios de bom governo previstos na Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de março.
- Nos termos do nº 17º desta Resolução do Conselho de Ministros, é positiva a avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, bem como das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor no CHLO, durante o exercício de 2012.

- Foi implementado um plano de redução de custos, tendo o CHLO alcançado uma redução de custos global de 10% no exercício, quando comparado com o ano de 2011.
- No que concerne às reduções remuneratórias verifica-se que ao nível dos órgãos de administração e fiscalização, bem como ao nível dos trabalhadores, o CHLO procedeu às reduções com o objetivo de cumprir o disposto no n.º 1 do Artigo 12.º da Lei n.º 12 -A/2010, de 30 de junho, bem como no Artigo 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro e da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro. Assim, as reduções observadas em 2012, ao nível dos gastos com remunerações, foram de 6%, relativamente a 2011, exercício que já havia apresentado uma redução nestes gastos de 11% face a 2010.

Face ao exposto, somos de parecer:

- Que seja aprovado o Balanço, as Demonstrações de Resultados por Natureza e por Funções, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o respetivo Anexo e o Relatório de Gestão, apresentados pelo Conselho de Administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012;
- Que seja aprovada a Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 30 de abril de 2013

O Fiscal Único,



Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados - SROC

